

GERSON MACHADO

**MEMÓRIAS E RELAÇÕES ÉTNICAS: UM OLHAR A PARTIR DA  
ORALIDADE (DISTRITO DE BANANAL - SC, 1930-1940)**

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em História, Curso de Pós-Graduação em História, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Prof. Dr. Antonio Cesar de Almeida Santos

CURITIBA

2003



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ  
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES  
COORDENAÇÃO DOS CURSOS DE PÓS GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA  
Rua General Carneiro, 460 6º andar fone 360-5086 FAX 264-2791

## PARECER

Os Membros da Comissão Examinadora designados pelo Colegiado dos Cursos de Pós-Graduação em História para realizar a arguição da Dissertação do candidato Gerson Machado, sob o título ““Memórias e relações étnicas: um olhar a partir da oralidade (Distrito de Bananal, 1930-1940)”, para obtenção do grau de **Mestre em História**, após haver realizado a atribuição de notas são de Parecer pela *aprovação*.....sendo-lhe conferidos os créditos previstos na regulamentação dos Cursos de Pós-Graduação em História, completando assim todos os requisitos necessários para receber o grau de **Mestre**.

Curitiba, 17 de setembro de 2003

Prof. Dr. *Antonio*.....  
Presidente

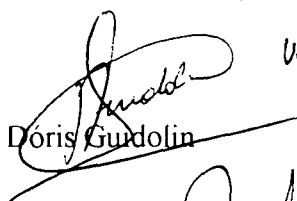
Prof. Dr. *Aracide Neli Viduar*.....  
1º Examinador

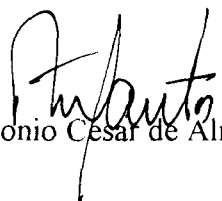
Prof. Dr. *Roberto Elgas Loure*.....  
2º Examinador



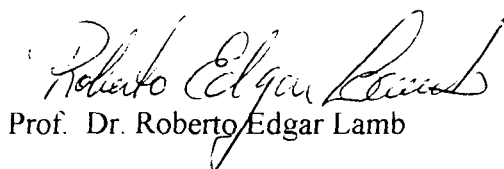
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ  
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES  
COORDENAÇÃO DOS CURSOS DE PÓS GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA  
Rua General Carneiro. 460 6º andar fone 360-5086 FAX 264-2791

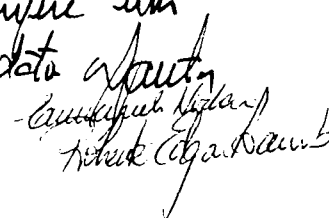
**Ata da sessão pública de arguição de Dissertação para obtenção do grau de Mestre em História.** Aos dezessete dias do mês de setembro de dois mil e três, às quatorze horas, na sala Homero de Barros, 1º andar, Edifício D. Pedro I, da Universidade Federal do Paraná, foram instalados os trabalhos de arguição do candidato **Gerson Machado** em relação a Dissertação intitulada "Memórias e relações étnicas: um olhar a partir da oralidade (Distrito de Bananal, 1930-1940)". A Banca Examinadora, designada pelo Colegiado dos Cursos de Pós-Graduação em História, foi constituída pelos seguintes professores: Antonio Cesar de Almeida Santos, orientador, Eunice Sueli Nodari (UFSC), Roberto Edgar Lamb (UEPG), sob a presidência do primeiro. A sessão teve início com a exposição oral do candidato sobre o estudo desenvolvido. Logo após o senhor presidente concedeu a palavra a cada um dos Examinadores para suas respectivas arguições. Em seguida, o candidato apresentou sua defesa. Na sequência, o senhor presidente retomou a palavra para as considerações finais. A seguir a banca examinadora reuniu-se sigilosamente, decidindo-se pela *aprovação* do candidato. Finalmente, o senhor presidente declarou *aprovado* o candidato que recebeu o título de **Mestre em História**. Nada mais havendo a tratar o senhor presidente deu por encerrada a sessão, da qual eu, Dóris Guidolin, lavrei a presente Ata que vai assinada por mim e pelos membros da Comissão Examinadora. *Em tempo, a Banca Examinadora confere um*

*voto de louvor ao trabalho do candidato.*  
  
Dóris Guidolin

*aprovação*  
  
Prof. Dr. Antonio Cesar de Almeida Santos

  
Prof.ª Dr.ª Eunice Sueli Nodari

  
Prof. Dr. Roberto Edgar Lamb

*Em tempo, a Banca Examinadora confere um voto de louvor ao trabalho do candidato.*  
  
Antonio Cesar de Almeida Santos



*Aos meus pais*

## AGRADECIMENTOS

*La Ka Ayê  
Moju Re!*

Agradecer é um ato nobre. Mas longe de lisogenar-me, quero expressar publicamente alguns agradecimentos que considero importante. Pessoas, instituições e outros...

Primeiro as pessoas. Inicialmente a meus pais, Carlos e Maria Conceição Machado, que com sua simplicidade e sabedoria souberam contribuir com o trabalho. Suas narrativas foram pistas que ajudaram-me a entender alguns significados expressos nas entrevistas. Também, às minhas irmãs, Elizabete, Eliane e Elaine. Com essa última, compartilhei diversos momentos da pesquisa e, juntos, aprendemos a respeitar a memória das pessoas que nos são tão familiares e a percebê-las com um olhar de historiador.

Aos meus entrevistados, com os quais eu tenho uma dívida especial. Agradeço a confiança que depositaram em mim. Muitos deles me viram apenas duas ou três vezes mas, mesmo assim, “confessaram seus pecados” no dizer de um deles. Gostaria de ter mais tempo para ouvi-los e apreender com eles. Agradeço especialmente à primeira entrevistada que foi D. Chica. A partir de sua entrevista encorajei-me para desenvolver a pesquisa. Com ela pude entender mais aprofundadamente o quão complexas são as relações da memória.

À D. Rosa, minha vizinha em Guaramirim, de quem eu guardo uma grata lembrança da infância sendo a generosidade, sempre, a sua marca principal.

À D. Mariquinha, suas rezas e seus “bem-quereres” me foram muito úteis, além é claro, das lembranças compartilhadas.

À D. Irma Stein que ao trabalhar e retrabalhar suas lembranças, buscava expressar o quanto aquilo que ela dizia era importante, testemunhando tempos e significados diferentes.

Ao Sr. Fernandes, também vizinho, que com muita atenção e respeito nos acolheu entre suas lembranças, mesmo que a materialização de algumas delas estivessem comprometidas.

À Dona Maria Unlauf que, da sua frágil condição física, revelou-se uma mulher forte, apaixonada e com um imenso desejo de viver.

Ao Sr. Walter Adam, sempre prestativo com toda comunidade, com quem partilha sua sabedoria e experiências.

Ao Sr. Daniel Graudin, zelador de uma importante memória, pelas lembranças compartilhadas e pelo trabalho com patrimônio histórico de Guaramirim.

À D. Maria Juliana, uma apreciadora das belezas das flores, por suas lembranças.

Ao Sr. Adolfo e à D. Irmigard Leitzke, pela coragem de dizerem o que pensam mesmo sabendo da existência de um discurso autorizado.

Ao meu tio José Tomaz Machado, pela apaixonada declaração de amor ao Bananal.

Ao Prof. Antonio Cesar de Almeida Santos que, pacientemente, orientou-me e orientou-me e, com o qual pude trilhar os caminhos do território da memória.

Ao Alafangi pela amizade e companheirismo...

Ao Clóvis desbravador de uma Curitiba, até então, inóspita para os que vinham de Joinville como nós. Pela leitura crítica que fez desta dissertação e pela contribuição dada. À Simone pelas trocas de idéias e aos dois que, prontamente, me acolheram nesta cidade revelando-a e ensinando-me a ver o belo que há nela.

Aos “Cavaleiros do Apocalipse”: Andréia, Amarildo e Vitória.

À Prof<sup>a</sup> Mara Rese, pelas contribuições dadas ao texto.

À Eleni pelo interesse e pela confiança.

Ao Fernando D. Sasse, pelo auxílio na elaboração do *Abstract*.

A todo corpo docente e discente do Programa de Pós-Graduação em História da UFPR, especialmente da Linha Espaço e Sociabilidades, dos quais recebi maior contribuição. Gostaria de destacar, além do nome do meu orientador, outros dois: prof<sup>a</sup>. Maria Luiza que, atenciosamente, contribui com diversos aspectos das minhas reflexões. À prof<sup>a</sup>. Ana Maria Burmester, por quem nutro um respeito especial. Suas

aulas tiraram o chão sobre o qual eu caminhava permitindo-me voar, pois elas lançaram luzes e encantamentos sobre o meu estudo, obrigado.

Ao Museu Arqueológico de Sambaqui de Joinville, pelo apoio recebido e aos amigos (as) que lá trabalham: Flávia, Judith, Ricardo, Andréia, Joice, Thaís, Tatiane e Alexandrina que acompanharam de perto minhas divagações, leituras, delírios, frustrações e expectativas. Também, Dione, Miriam, Melita, Anilton, Pedro, Eunice. A todos, obrigado pela paciência.

Ao Arquivo Histórico de Joinville.

À CAPES pela bolsa que auxiliou-me, principalmente nos momentos finais.

Todavia, como diria Halbwachs, este trabalho só foi possível pela coletividade em que estou inserido e na qual me constituo. Porém, para ser politicamente correto, tudo o que foi dito e escrito neste trabalho é de exclusiva responsabilidade minha.

*Patakorì Ori Orişa.*

Aprendi a vida da vida  
O amor aprendi de um só beijo.  
e não pude ensinar a ninguém nada  
a não ser o que vivi,  
o quanto tive em comum com outros homens,  
o quanto lutei com eles:  
o quanto disse de todos em meu canto.

(Pablo Neruda)

### **O Pressentimento**

O pressentimento  
é a sonda da alma  
no mistério.  
Nariz do coração  
que explora na treva  
do tempo

Ontem é o murcho.  
O sentimento  
e o campo funéreo  
da recordação

Anteontem  
é o que morreu.  
Madrigueira de idéias moribundas  
de pégasos sem freios  
Malezas de memórias  
e desertos  
perdidos na névoa  
dos sonhos.

Nada turva os séculos  
Passados.  
Não podemos  
arrancar um suspiro  
do velho.  
O passado põe  
sua couraça de ferro  
e tapa os ouvidos  
com algodão do vento.  
Nunca se poderá arrancar-lhe  
um segredo.

Seus músculos de séculos



e seu cérebro  
de murchas idéias  
em feto  
não darão o licor que necessita  
o coração sedento.

Porém o menino futuro  
nos dirá algum segredo  
quando brincar em sua cama  
de luzeiros  
E é fácil enganá-lo;  
por isso,  
demos-lhe com doçura  
nosso seio.  
Que a toupeira silenciosa  
do pressentimento  
nos trará suas soalhas  
quando estiver dormindo.

(Frederico Garcia Lorca)

## SUMÁRIO

<b>LISTA DE ILUSTRAÇÕES</b> .....	<b>IX</b>
<b>LISTA DE TABELAS</b> .....	<b>X</b>
<b>RESUMO</b> .....	<b>XI</b>
<b>ABSTRACT</b> .....	<b>XII</b>
<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>1</b>
<b>TERRITÓRIO DA DIVERSIDADE</b> .....	<b>12</b>
LOCALIDADES .....	13
ERA UMA VEZ BANANAL .....	16
TRAJETÓRIAS DE VIDA E O DISTRITO BANANAL .....	27
D. Chica .....	29
D. Rosa .....	32
D. Mariquinha .....	35
D. Irma .....	37
Sr. Fernandes .....	41
D. Maria Unlauf .....	45
Sr. Walter .....	46
Sr. Daniel .....	50
D. Maria Juliana .....	53
Casal Leitzky (Sr. Adolfo e D. Irmigard) .....	57
Sr. Machado .....	59
CONFIGURANDO RELAÇÕES .....	62
<b>LEMBRANÇAS E IDENTIDADES ÉTNICAS NO DISTRITO DE BANANAL</b> .....	<b>67</b>
EM DEFESA DAS IDENTIDADES .....	69
VIVÊNCIAS NA CAMPANHA DE NACIONALIZAÇÃO .....	77
FAMÍLIA .....	81
ESCOLA .....	93
RELIGIÃO .....	97
TRABALHO .....	104
LAZER .....	109
ESTRATÉGIAS LOCAIS .....	114
<b>SIGNIFICANDO ESPAÇOS</b> .....	<b>117</b>
GUARAMIRIM SEMPRE .....	120
BANANAL ONTEM, GUARAMIRIM HOJE .....	126
Polifonias .....	127
O OUTRO, DIFÍCIL OU NECESSÁRIO? .....	135
O PROBLEMA DAS IDENTIDADES .....	140
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	145
<b>FONTES</b> .....	<b>150</b>
<b>ENTREVISTAS</b> .....	<b>150</b>
<b>ESCRITAS</b> .....	<b>150</b>
<b>DOCUMENTOS</b> .....	<b>151</b>
<b>DIGITAL</b> .....	<b>151</b>
<b>CINEMATOGRAFICA</b> .....	<b>151</b>
<b>BIBLIOGRAFIA</b> .....	<b>152</b>

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1 – MAPA DA MICROREGIÃO DE JOINVILLE/SC .....	18
FIGURA 2 – MAPA DOS LIMITES DO MUNICÍPIO DE GUARAMIRIM .....	19
FIGURA 3 – DONA CHICA .....	34
FIGURA 4 – DONA ROSA .....	34
FIGURA 5 – DONA MARIQUINHA .....	40
FIGURA 6 – DONA IRMA STEIN .....	40
FIGURA 7 – SR. FERNANDES .....	44
FIGURA 8 – SR. FERNANDES EM FRENTE DE SUA ATUAL RESIDÊNCIA .....	44
FIGURA 9 – DONA MARIA UNLAUF .....	49
FIGURA 10 – SR. WALTER ADAM .....	49
FIGURA 11- SR DANIEL .....	56
FIGURA 12 - DONA MARIA JULIANA .....	56
FIGURA 13 – CASAL LEITZKY .....	61
FIGURA 14 – SR. JOSÉ .....	61
FIGURA 15 – DIRIGÍVEL ALEMÃO SOBREVOA O CENTRO DE JOINVILLE/SC .....	83
FIGURA 16 – GRUPO DE “JUVENTUDE” DA IGREJA LUTERANA DE BRÜDERTHAL ....	86
FIGURA 17 – IGREJA DOS IMIGRANTES .....	102
GRÁFICO 1 – FREQUÊNCIA ÉTNICA POR SOBRENOMES NO DISTRITO DE BANANAL (Período 1887 – 1929) .....	17
GRÁFICO 2 – LOTES NEGOCIADOS NO DISTRITO DE BANANAL (1887 – 1949) .....	24
GRÁFICO 3 – FREQUÊNCIA ÉTNICA POR SOBRENOMES NO DISTRITO DE BANANAL NEGOCIAÇÕES NAS DÉCADAS 1930 – 1940 .....	25

## LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - FREQUÊNCIA ÉTNICA DE SOBRENOMES POR LOCALIDADE (Período, 1887 – 1929) .....	21
TABELA 2 – LOTES NEGOCIADOS POR LOCALIDADES NAS DÉCADAS DE 1930 E 1940 .....	24
TABELA 3 – FREQUÊNCIA ÉTNICA POR SOBRENOME NO DISTRITO DE BANANAL – LOTES NEGOCIADOS NAS DÉCADAS 1930 – 1940 .....	26

## RESUMO

O objetivo deste trabalho é o de compreender a dinâmica das relações interétnicas do antigo Distrito de Bananal (atual Município de Guaramirim/SC), através da memória e do imaginário expressados por pessoas que vivenciaram essas relações nas décadas de 1930 e 1940. As fontes orais foram coletadas junto a 11 pessoas, representantes de identidades étnicas distintas. As lembranças dos entrevistados foram gravadas e transcritas, observando-se a metodologia da história oral. A memória (um conjunto ordenado de lembranças) de cada indivíduo foi trabalhada em relação ao conjunto obtido, formando daí uma trama. Além das entrevistas, foram colhidas informações referentes às negociações de compra e venda de terras na região, nos Fundos Carlos Ficker/Arquivo Histórico de Joinville/SC. A análise das lembranças individuais e dos dados colhidos em documentação permitiu entender que o espaço simbólico e de relações sociais, *construído em Guaramirim, é plural e polifônico*. O trabalho com as memórias individuais possibilitou perceber que, frente à ação nacionalizadora do Estado Novo de Getúlio Vargas, a comunidade daquele distrito buscou estratégias para a manutenção de sua estabilidade. Nesse sentido, a construção das identidades assume um caráter político, existindo tensões em níveis diferenciados, entre os membros de um dado grupo, entre grupos identitários distintos e destes frente a uma memória oficial em construção. As memórias, atualizadas pelo presente, revelaram que os seus portadores são parte de um processo de construção de identidades ligadas a uma rede de atritos, conflitos, acomodações e solidariedade.

**Palavras-chave:** História oral; Memória; Etnicidade e identidade social.

**Áreas do conhecimento:** 7.05.05.00-4 (História do Brasil); 7.05.01.00-9 (Teoria e Filosofia da História)

### **Banca Examinadora:**

Prof. Dr. Antonio Cesar de Almeida Santos - Orientador/UFPR  
Profª. Drª. Eunice Sueli Nodari / Universidade Federal de Santa Catarina  
Prof. Dr. Roberto Edgar Lamb / Universidade Estadual de Ponta Grossa

## ABSTRACT

The objective of this work is to understand the dynamic of inter-ethnic relations in the former District of Bananal (presently Municipality of Guaramirim), using the real and imaginary recollections of people that lived those relations between 1930 e 1940. The oral sources were collected among eleven individuals, representing distinct ethnic groups. The statements were recorded and transcribed, according to the Oral History methodology. Each individual memory (an ordered set of recollections) was considered in the whole context, thus forming a structured net of relations. Besides the interviews, informations regarding regional land dealings were collected from Historical Archives of Joinville/Carlos Ficker. The analysis of individual recollections and collected data led to the conclusion that the symbolic and social relations space built in Guaramirim is plural and polyphonic. The individual statements showed that, facing the Nationalist actions of Getúlio Vargas *Estado Novo*, the community in this district searched for strategies to keep their stability. In this sense, the construction of public identities takes a politic character. This originated social tensions, in different levels, among members of the same group, among different groups, and among these and the officially imposed memory that was being built. The memories, now updated, revealed that their bearers are part of a building process of identities linked to a net of frictions, conflicts, accommodations and solidarity.

Keywords: Oral History, Memory, Ethnicity and Social Identity.

## INTRODUÇÃO

*Os jovens nos olharão com estranheza, curiosidade: nossos valores mais caros lhes parecerão dissonantes e eles encontrarão em nós aquele olhar desgarrado com que, às vezes, os velhos olham sem ver, buscando amparo em coisas distantes e ausentes.*

*(Ecléa Bosi)*

Nos idos de 1980, na localidade de Caixa D'Água, município de Guaramirim (nordeste do estado de Santa Catarina), um colono alemão, irritado com os constantes estragos provocados por um porco, feriu-o gravemente. O animal era de propriedade de uma família italiana, que morava na vizinhança. Após o incidente, os moradores do local dividiram-se em dois partidos: um deles criticava o *alemão*, bruto e autoritário, que ferira o pobre animal; outros vizinhos acusavam o *italiano*, relapso, que não continha seus animais, os quais provocavam prejuízos.

Esse episódio, se de fato ocorreu, foi narrado por D. Rosa Schmidlin, antiga moradora daquela comunidade. Não obstante sua veracidade ou ficcionalidade, o episódio ilustra, à perfeição, o que pretendemos realizar neste trabalho: ouvindo antigos moradores do, então, distrito de Bananal, vamos procurar saber como foram construídas as identidades de grupos étnicos que povoaram aquela região, como se davam as relações, nos mais diversos espaços de sociabilidades, entre brasileiros (caboclos), alemães, italianos, negros (afro-descendentes), poloneses e russos.<sup>1</sup>

Vamos entender melhor o que estamos propondo. Para isso, é importante que expliquemos outras questões: primeiramente, este trabalho transita por um território demarcado pela memória, ou seja, estamos considerando a afirmação de Maurice Halbwachs, para quem “não é na história aprendida, é na história vivida que se apóia

---

<sup>1</sup> Especialmente nos casos dos indivíduos alemães, italianos, polônês e russos, não significa que os mesmos sejam estrangeiros. Todavia, são indivíduos descendentes de imigrantes, que perpetuam determinados traços diacríticos da etnicidade de origem. Todos os entrevistados estão nesta condição. Ou seja, sua etnicidade é uma elaboração que trabalha com uma herança transmitida de um grupo originariamente imigrante, com elementos identificadores da nacionalidade brasileira. Geralmente esses indivíduos são etnicamente denominados com um prefixo que representa a sua etnicidade de origem seguida do sufixo “brasileiro”: teuto-brasileiro, italo-brasileiro, nipo-brasileiro, etc.

nossa memória”<sup>2</sup>. Com esta posição, Halbwachs contrapõe-se, na primeira metade do século XX, a proposições de Henri Bergson, seu antigo mestre. Bergson buscava entender o fenômeno da memória tomando o indivíduo como ponto focal de suas análises, atomizando-o. Nesse sentido, suas pesquisas voltavam-se ao entendimento de como se processava, ao nível corpóreo-cerebral, os mecanismos da memória, e a principal contribuição de Bergson, no que se refere a tais mecanismos, aponta para a possibilidade de “*conservação dos estados psíquicos já vividos; conservação que nos permite escolher entre as alternativas que um novo estímulo pode oferecer...*, [sendo que] a memória é essa reserva crescente a cada instante e que dispõe da totalidade da nossa experiência adquirida”.<sup>3</sup>

De modo diverso, Halbwachs, refletindo o meio acadêmico ao qual se filiou, a escola sociológica francesa, focalizou seus estudos no sentido de identificar a memória como um fato social. Assim, a memória era entendida como algo que assegurava ao grupo social, ou ao conjunto da sociedade, mecanismos de coesão, solidariedade e identidade.<sup>4</sup> Halbwachs afirma, sobretudo, a necessidade da vivência como mecanismo que possibilita a memória, tanto no sentido de sua experimentação primeira, quanto na sua rememoração posterior. Algo somente é vivenciado e/ou lembrando mediante uma relação social. Ou seja, é na sociedade que ocorre a vivência, e esta acontece em espaços distintos, que ele denominou de “quadros sociais da memória”. Destes fazem parte a família, a classe social, a escola, a religião, a profissão, entre outros grupos de referência e de convívio.

Inspirada nas propostas de Bergson e Halbwachs, mas também de Bartlett e Stern, Ecléa Bosi, em seu estudo, **Memória e sociedade: lembranças de velhos**, constrói duas imagens para a memória: a “memória-sonho” e a “memória-trabalho”.<sup>5</sup> A memória-trabalho caracteriza-se pela ação da lembrança, refazendo, reconstruindo, repensando, com as imagens de hoje as experiências do passado. A lembrança.

---

<sup>2</sup> HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. 2. ed. São Paulo: Vértice, 1990, p.60.

<sup>3</sup> BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade: lembranças de velhos**. 2.ed. São Paulo: T. A. Queiroz, 1987, p. 47. (destaque no original)

<sup>4</sup> MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. A História, cativa da memória? In: **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**. N. 34, São Paulo, 1992, p. 11-15.



portanto, é uma imagem construída pelos materiais que estão, agora, à nossa disposição. “Halbwachs amarra a memória da pessoa à memória do grupo e esta última à esfera maior da tradição, que é a memória coletiva de cada sociedade.”<sup>6</sup> Isto posto, o trabalho de lembrar ocorre mediante o interesse social do fato que é lembrado, sendo que o grupo convencionaliza elementos que tornam a lembrança possível e identificável por todos os seus membros.<sup>7</sup>

E os sonhos? Para Bergson, a memória em sua essência tem na manifestação onírica o fluxo mais puro, distante de todo o condicionante que a estrutura num sistema organizado e racional. Porém, nos sonhos – em que pese o trocadilho –, o presente está sempre presente. Eles só acontecem utilizando as noções gerais de espaço, tempo e consequência, definidas socialmente pela vivência. Os sonhos se assemelhariam a uma bailarina que parece flutuar enquanto dança mas que, na verdade, todo o seu peso está colocado sobre um único ponto localizado na ponta dos pés, ou seja, a ponta de toque com a realidade social.<sup>8</sup> Como afirma Jean Duvignaud, no prefácio de **A Memória Coletiva**, “a memória individual existe, mas ela está enraizada dentro dos quadros diversos que a simultaneidade ou a contigência reaproxima momentaneamente”.<sup>9</sup>

Todavia, a discussão que estabelecemos, a partir e dentro do território da memória, aponta para além da dualidade estabelecida, por um lado, pelos que defendem a possibilidade de uma memória pura, distante de condicionantes grupais e sociais e, por outro, por aqueles para quem uma memória só é possível em relação ao meio social no qual os indivíduos que lembram estão inseridos. Nosso entendimento é o de que, na memória, a individualidade é portadora de elementos vivenciados socialmente. Portanto, há em cada processo de rememoração (lembrança e

<sup>5</sup> Ver especialmente, p.5-29.

<sup>6</sup> BOSI. *Op. Cit.*, p. 55.

<sup>7</sup> O conceito de convencionalização é desenvolvido por Charles Bartlett e alia o processo cultural de um determinado momento histórico ao trabalho da memória. Afirma BOSI que há uma “coincidência entre as formulações de Halbwachs e as de Bartlett: o que um e outro buscam é fixar a pertinência dos ‘quadros sociais’ e das instituições e das redes de convenção verbal no processo que conduz à lembrança”. (p.64)

<sup>8</sup> BOSI. *Op. Cit.*, p. 56.

<sup>9</sup> HALBWACHS. *Op. Cit.*, p.14.

esquecimento, principalmente) a estampa da vivência que cada sujeito possui, considerando a afetividade, os sentidos que o corpo manifesta, a relação mesma com o corpo e os significados construídos em relação a estes aspectos, e outros mais, variando de um sujeito para outro, mesmo que eles estejam inseridos num mesmo grupo. Contudo, há mecanismos que aproximam a memória e a fazem ecoar no meio social em que é requerida. Neste sentido, a posição de William Stern “concilia a suposição de que existe uma memória ‘pura’, mantida no inconsciente, com a suposição de que as lembranças são refeitas pelos valores do presente”.<sup>10</sup>

As idéias de Stern fundamentam-se no postulado de que todo ser humano possui um “fundo ininterrupto” no qual imagens ficariam latentes, permitindo, no momento em que a vivência exigir, a reanimação de uma imagem depositada neste fundo, no passado. Esta reanimação está matizada por elementos que lhe são típicos, como “a dimensão afetiva e descontínua das experiências humanas, sociais e políticas; a função ‘criativa’ inscrita na memória de atualização do passado”.<sup>11</sup> Entendemos, assim, que “a memória, individual ou coletiva, é necessária à atualização da percepção da realidade, e é o que torna possível a compreensão das transformações operadas na sociedade”<sup>12</sup>. Diante disto, a memória, mais do que um ato de referência ao passado, é a ferramenta (individual e/ou coletiva) que os seres humanos possuem para equacionar os desafios que o presente estabelece. Contudo, vale refletirmos como a memória é apropriada, organizada, e como são atribuídos significados a feitos passados, dando a impressão de que o presente é o seu prolongamento.

Foi a partir de um ato mnemônico que tivemos a inspiração primeira para o desenvolvimento deste trabalho. Foi a narração de lembranças por D. Francisca Martins que primeiro contribuiu para a realização deste trabalho; a entrevista que ela nos concedeu revelou uma vivência riquíssima. Ao trabalharmos com o conteúdo dessa entrevista pudemos traçar as rotas possíveis para uma pesquisa na qual

---

<sup>10</sup> BOSI. *Op. Cit.*, p.68. (destaques no original).

<sup>11</sup> SEIXAS. *Op. Cit.*, p.44. (destaques no original)

<sup>12</sup> SANTOS, Antonio Cesar de Almeida. **Memórias e cidade**: depoimentos e transformação urbana de Curitiba (1930-1990). 2. ed. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 1999, p.21.

investigamos as questões relativas à história dos contatos interétnicos na região do antigo distrito de Bananal.

D. Irma Stein, uma outra entrevistada, além das lembranças, nos mostrou uma caixa de papelão que continha uma infinidade de fotografias. As fotos estavam embaralhadas e, quando as manuseamos, percebemos que muitas delas se repetiam inúmeras vezes. Foi interessante o manuseio dessas fotografias, pois, analogamente, entendemos como a memória trabalha.

Da parte dos entrevistados, enxertos, omissões, resignificações, composições variadas com fatos, elementos e personagens que se misturam, compondo novos e outros significados, expressam o mecanismo da rememoração. Da mesma forma como estavam organizadas as fotografias, D. Irma construiu suas lembranças: aparentemente repetitivas e desconexas. Mas se considerarmos que a função do lembrar na vida de pessoas idosas como ela, é possível entender que, longe de ser uma confusão do passado, suas lembranças eram a busca de um sentido para a atualidade da qual ela participava.

De fato, “a memória é menos um entender um passado do que um agir; impossibilidade, portanto, de se cogitar uma memória desinteressada, voltada para o conhecimento puro e descompromissado do passado”.<sup>13</sup> De nossa parte, trabalhar com lembranças de vários indivíduos implicou também em fazer escolhas, em construir significados. “Se cada escolha é entendida como definitiva, mais difícil torna-se abrir as gavetas, retirar as caixas de cima dos armários e rever cada fotografia, identificando uma a uma, e formar, daquele todo amorfo, daquela confusão de tempos e memórias, uma narrativa com uma linguagem clara.”<sup>14</sup> No entanto, dentro do que nos propusemos realizar, acreditamos haver construído uma narrativa coerente aos significados das memórias daqueles indivíduos com os quais estabelecemos um frutífero diálogo.

---

<sup>13</sup>SEIXAS, Jacy Alves. Percursos de memórias em terras de História: Problemáticas atuais. In: BRESCIANI, Stélla; NAXARRA, Márcia (org.). **Memória e (res)sentimento: indagações sobre uma questão sensível**. Campinas: Editora da UNICAMP, 2001, p. 53.

<sup>14</sup>BARROS, Myriam Moraes Lins de. Memória e família. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro: v.2, n.3, 1989, p. 38.

As lembranças com as quais trabalhamos foram registradas por intermédio de entrevistas orais, realizadas com moradores do município de Guaramirim/SC, no período de fevereiro de 1999 a agosto de 2002.<sup>15</sup> O pesquisador, em diversas ocasiões, esteve acompanhado de um auxiliar,<sup>16</sup> que o ajudou na realização de 11 entrevistas, depois transcritas e analisadas;<sup>17</sup> também realizamos a edição de algumas passagens, retirando repetições desnecessárias e adequando o texto às normas da língua portuguesa, mantendo-se, porém, em algumas passagens, a fala coloquial empregada. Neste trabalho, as falas dos entrevistados estarão apresentadas em itálico.

Por estarmos mais interessados nas tramas que as memórias dos entrevistados nos propunham, não delimitamos nenhuma área especial de investigação dentro do território do município de Guaramirim. Mesmo assim, após um balanço geral das entrevistas, foi possível perceber que trabalhamos com um certo equilíbrio, atingindo localidades e/ou bairros distribuídos por boa parte do município de Guaramirim: os entrevistados tinham suas residências nos bairros de Imigrantes, Amizade, Avaí, Caixa d'Água, Beira Rio, Guamiranga, Rio Branco e na localidade de Brüderthal I.

Algumas pessoas foram entrevistadas mediante um conhecimento prévio; outras foram indicadas por moradores das localidades. Entretanto, tínhamos alguns critérios: o primeiro, era a necessidade de a pessoa ser moradora de Guaramirim e ter vivido a maior parte de sua vida no município, especialmente nas décadas de 1930 e 1940. Isto implicou num, conseqüente, segundo critério, a de que os entrevistados tivessem no mínimo 65 anos; a faixa etária garantiria, pelo menos, terem vivido suas infâncias e/ou adolescências durante as décadas de 1930 e 1940.

---

<sup>15</sup> Juntamente com as fontes orais, utilizamos documentação escrita depositada no Arquivo Histórico de Joinville e no Arquivo Nacional do Rio de Janeiro. Outras fontes bibliográficas referentes à região de Guaramirim também foram usadas.

<sup>16</sup> O trabalho em equipe, além de facilitar o manuseio dos equipamentos, permitia que enquanto um entrevistava o outro anotasse momentos importantes da entrevista, reações significativas, palavras e outros detalhes que não são registrados pelo gravador mas que são importantes para a construção de significados.

<sup>17</sup> Como forma de publicizarmos as nossas fontes, as fitas originais serão depositadas no Arquivo Histórico de Joinville, já que o mesmo é uma instituição de referência para pesquisadores interessados em discutir a história na região.

Privilegiamos as décadas de 1930 e 1940, por entendermos que, durante esse período, as relações interétnicas em comunidades como o antigo distrito de Bananal foram potencializadas por um elemento externo: o Estado Novo de Getúlio Vargas que, orientado por um caráter nacionalizador e integrador das diferenças, desencadeou a Campanha de Nacionalização (1937-1945). Essa campanha discriminava as comunidades que manifestassem identidades estrangeiras, em especial as alemãs e as italianas.<sup>18</sup> Colônias formadas por indivíduos dessas etnias distingüiam-se, mantendo sinais inequívocos de nacionalidades diversas da brasileira: idioma e, em especial no caso alemão, instituições de ensino, clubes de lazer, credos religiosos. O estado getulista, assim, passou a valorizar as comunidades que se alinhassem ao padrão nacional e a estimular a delação de indivíduos que mantinham sinais diacríticos de outras identidades. Essa situação atingia em cheio as comunidades existentes em Bananal, e nossos entrevistados são testemunhas dessa situação.

Interessou-nos, portanto, investigar como indivíduos moradores dessa região constroem, hoje, lembranças relativas às vivências daquele período, buscando perceber que estratégias possibilitaram a manutenção de alguns sinais diacríticos de etnicidade que congregam as pessoas até hoje. Nesse sentido, em muitos casos, essas lembranças afloraram de forma bastante espontânea; porém, para alguns entrevistados, foi necessário direcionar o foco de suas lembranças para esse tema.

Portanto, nosso principal objetivo é o de apreender o imaginário decorrente das interações ocorridas entre os diversos grupos étnicos presentes no antigo distrito de Bananal, procurando compreender as estratégias de manutenção dos grupos em relação ao contexto sócio-político dos anos 1930-1940.

Quando optamos por trabalhar com um imaginário expresso em lembranças foi por concordarmos com Castoriadis, quando este afirma que o imaginário, ao mesmo tempo em que é instituído, institui a realidade e os espaços de relações e

---

<sup>18</sup> De certo modo, a presença das comunidades e famílias germânicas ganham destaque neste trabalho. Embora não tenhamos nos apoiado em dados estatísticos, a forte presença alemã no antigo distrito de Bananal pode ser demonstrada por intermédio dos negócios com os lotes de terra da Companhia colonizadora de Hamburgo.

significações.<sup>19</sup> Paradoxalmente, estamos lidando com o que as pessoas entrevistadas têm de mais tangível: os significados que as suas vivências possibilitam construir. “O dispositivo imaginário assegura a um grupo social quer um esquema colectivo de interpretação das experiências individuais, tão complexas quanto variadas, quer uma codificação das expectativas e das esperanças. (...) o imaginário social informa acerca da realidade, ao mesmo tempo que constitui um apelo à acção, um apelo a comportar-se de determinada maneira.”<sup>20</sup> Desta forma, compreende-se que muitas práticas concretas do cotidiano dos indivíduos assentam-se no imaginário, e que o mesmo torna a realidade possível.

Não estamos justapondo pares antitéticos, mas relacionando conjuntos de elementos que se interrelacionam e se resignificam. É bastante ingênuo pensarmos que as ações concretas de um determinado cotidiano, não estejam perpassadas por valores intangíveis, constituídos e reconstituídos a partir de ações e eventos concretos.<sup>21</sup>

Segundo Adriana Mariz,

A ciência e o imaginário estão de tal forma entrelaçados que é inútil persistir na idéia e no erro de se acreditar que existam categorias puras, e que a ciência escape da trama simbólica de que é feita a complexa malha que envolve a organização social e as demais manifestações humanas. A ciência, durante muito tempo, tem se colocado na posição de *sujeito* em relação ao imaginário, reduzindo à categoria de objeto. É hora, no entanto, de se estabelecer a tão cara equivalência que buscamos resgatar nas diferenças e empreender uma dialogia profícua entre o *eu* e o *outro*, a ciência e o imaginário, de modo a tornar possível a travessia.<sup>22</sup>

Nessa direção, este trabalho caracteriza-se como um olhar sobre este universo significativo. Olhar que, conforme Alfredo Bosi, é um movimento interno do ser que

<sup>19</sup> Cf. CASTORIADIS, Cornelius. **A instituição imaginária da sociedade**. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. “A instituição da sociedade é toda vez instituição de um magma de significações imaginárias sociais, que podemos e devemos denominar um *mundo* de significações (...) o que unifica uma sociedade é a unidade de seu mundo de significações.” (p.405)

<sup>20</sup> BACZKO, Bronislaw. Imaginação Social. In: **Enciclopédia Einaudi**, v.9. Lisboa: Casa da Moeda/Imprensa Nacional, 1985, p.311.

<sup>21</sup> Cf. BACZKO. *Op. Cit.*

<sup>22</sup> MARIZ, Adriana Dantas de. A bruxaria europeia. In: COSTA, Cléria Maria Botelho da; MACHADO, Maria Salete Kern. **Imaginário e História**. Brasília / São Paulo: Paralelo 15 / Marco Zero, 1999, p. 77. (destaques no original)

se coloca em busca de informações e de significados.<sup>23</sup> Este ser, contudo, é parte do universo que olha, e, portanto, o significado que ele busca tem muito a ver consigo mesmo, com suas histórias, com a sua subjetividade. Desse modo, o interesse e a motivação da pesquisa que realizamos são explicados, em grande parte, por termos sido moradores do município de Guaramirim, onde vivenciamos a realidade que iremos discutir neste trabalho. É um espaço familiar que se revelou desconhecido à medida que cada entrevistado construía outros espaços e outras relações, distintas daquelas que imaginávamos conhecer.

Retomemos algumas reflexões advindas da entrevista com D. Francisca Martins. Com ela, pudemos entender o quão complexas são as relações estabelecidas entre as diferentes identidades em Guaramirim. Na entrevista, ela revelou a percepção de que era observada pela comunidade com a qual convivia. Diante disto, ela demonstrava preocupação com a opinião que os outros tinham a seu respeito. Suas lembranças foram construídas com a finalidade de representar a sua pessoa como a de alguém aceito pela comunidade, mesmo em se tratando de uma mulher negra, viúva e trabalhadora rural, em convívio com uma maioria branca. Importante destacar que suas lembranças estavam sendo construídas e comunicadas num momento em que as relações de trabalho estavam profundamente modificadas em relação àquelas vivenciadas por ela até o início de sua velhice.

No primeiro capítulo da dissertação, com a finalidade de entendermos o cenário no qual se inserem os entrevistados, desenvolvemos uma análise da configuração dos espaços de relações pelos quais transitaram os nossos entrevistados. Procuramos indicar um perfil da distribuição étnica nas localidades que compunham o antigo distrito de Bananal e, para tanto, consideramos informações constantes dos documentos de compra e venda de terras da região. A partir dessa documentação, identificamos as etnias que compraram lotes de terras em Bananal, distribuindo-as por localidades. O conjunto dos dados permitiu-nos traçar como as localidades existentes até a década de 1930 estavam organizadas, bem como identificar aquelas que surgiram

---

<sup>23</sup> BOSI, Alfredo. Fenomenologia do Olhar. In: NOVAES, Adauto *et alli*. *O olhar*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p.65-87.

durante aquela mesma década e na subsequente. No primeiro capítulo, também apresentamos os nossos entrevistados, a partir de breves trajetórias de vida resultantes das entrevistas e do conhecimento prévio que tínhamos de alguns deles.<sup>24</sup> Ao final do capítulo, desenvolvemos uma discussão aproximando as lembranças individuais de um quadro que as integra a uma comunidade de sentidos. Essa ação tornou-se possível a partir de elementos que tornavam os indivíduos familiares entre si, ainda que não se conhecessem e que estivessem geograficamente distanciados.

Apoiados nas lembranças dos entrevistados, nos propusemos a construir alguns espaços de relações. Com isso, percebemos espaços de convivência onde elementos constituidores de etnicidades eram negociados.<sup>25</sup> No segundo capítulo, também discutimos as estratégias que a sociedade do antigo distrito de Bananal organizou para a preservação de sua estabilidade frente à intervenção provocado pelo Estado Novo e a Campanha de Nacionalização. As lembranças construídas pelos entrevistados referentes a este período são advindas de suas vivências desse período histórico. Enfocamos, à princípio, essas discussões, pois as entrevistas nos deram uma noção de como as diferentes etnias que ocupavam aquela região organizavam suas relações, a fim de constituírem espaços de convivência comuns e, ao mesmo tempo, produzir símbolos diferenciadores que as distinguissem. Isso, mesmo em um momento em que o estado nacional brasileiro empreendeu uma intensa e violenta campanha com vistas à homogeneização das diferenças, inclusive nas localidades com que trabalhamos. Em suma, o segundo capítulo traz uma discussão em torno das identidades, entendidas como um fenômeno de negociação entre grupos diferentes num mesmo espaço de interação.

---

<sup>24</sup> Não é demais reafirmar que o pesquisador foi morador da região e que ainda mantém laços familiares em Guaramirim.

<sup>25</sup> Para uma discussão sobre os problemas semânticos que envolvem o termo etnia, principalmente por sua vinculação aos conceitos de raça e cultura, ver POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FENART, Jocelyne. **Teorias da etnicidade**. São Paulo: Editora da UNESP, 1998. Especialmente páginas 176-184.



Percorrer territórios de constituição de significados é considerar, como fez Jacques Le Goff, que “a memória coletiva é não somente uma conquista, é também um instrumento e um objeto de poder.”<sup>26</sup> Assim, no terceiro capítulo, temos uma reflexão em torno das disputas entre a memória oficial, que procura veicular uma identidade para o município de Guaramirim, a partir de um discurso homogeneizador, centrado nas idéias de progresso e de modernidade, e as memórias coletivas e individuais, caracterizadas como “espaços outros”<sup>27</sup>, que se distinguem pela marginalidade e pela diferenciação em relação ao conjunto estabelecido de significados que apóiam a dizibilidade oficial. Essas disputas, apesar de serem decompostas analiticamente, interpenetram-se e retroalimentam-se, influenciando diretamente na problemática das identidades e das relações entre elas. “Orgulho... se é este o motor do esquecimento no plano do Estado, da sociedade ou do ‘eu’, o que está em jogo é a manutenção de uma imagem ou representação de si mesmo – vamos chamá-la por seu nome: identidade – e a segregação do que a ameaça: a diferença.”<sup>28</sup>

Por fim, antes de encerrar esta introdução, queremos registrar nossos agradecimentos a D. Francisca Martins, D. Rosa Schmidlin, D. Maria da Silva Rodrigues, D. Irma Stein, Sr. Fernandes Laudelino Cândido, D. Maria Unlauf, Sr. Walter Adam, Sr. Daniel Graudin da Silva, D. Maria Juliana Martins, Sr. Adolfo Leitzky e D. Irmigard B. Leitzky e ao Sr. José Tomaz Machado. Sem a participação dessas pessoas não teríamos construído este trabalho que pretende, ainda, constituir-se como uma memória afetiva ao lugar em que vivi a minha infância, ao lado de ‘alemães’, ‘italianos’, ‘negros’ e outros descendentes de ‘cablocos’ como eu.

---

<sup>26</sup> LE GOFF, Jacques. *A História nova*. 1.ed. São Paulo: Martins Fontes, 1990. p. 476.

<sup>27</sup> FOUCAULT, Michel. Espaços-outros: utopias e heterotopias. *Revista Outra*, n. 1. Londrina/PR, jun. 1984.

<sup>28</sup> GONDAR, Jô. Lembrar e esquecer: desejo de memória. IN: COSTA, Icléia Thiesen Magalhães; GONDAR, Jô (orgs.). *Memória e Espaço*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2000, p.37.

## TERRITÓRIO DA DIVERSIDADE

Percorreremos, neste trabalho, espaços marcados por relações constituídas e constituidoras de significados diversos, sendo muitas as representações possíveis de serem discutidas. Buscaremos inicialmente reflexões acerca da forma como se estruturou o município de Guaramirim/SC, palco de nossa pesquisa. Procuraremos analisar as formas de ocupação do município, discutindo como as relações constituidoras de identidades étnicas se organizaram a partir da década de 1930. Nessa década ocorreu uma intensificação do processo de ocupação do território do antigo distrito de Bananal. Alguns dos entrevistados são frutos deste processo; outros acompanharam a chegada de novos moradores e a organização de novas localidades e de novas relações.

O conceito “espaço” será um conceito que permeará toda a discussão. Para tanto, é necessário explicarmos que sentido está sendo dado a ele. Esta explicação assume, por hora, um caráter mais breve, pois entendemos que o conceito ficará mais claro a partir do desenvolvimento de toda a discussão. Entendemos por espaço o resultado das relações humanas entre si, entre os mais diferentes seres, e do homem com o meio ambiente. O espaço é possuidor de significados diversos à medida que envolve sujeitos distintos que podem possuir bagagens culturais diferentes, como é o caso que propomos analisar.

O cenário dessa pesquisa é hoje uma pequena cidade, possuidora de uma memória matizada pelas vivências múltiplas de moradores os quais, bem mais do que testemunhas da constituição do município, constroem para si mesmos cidades imaginárias que, na concretude dos significados, operam no seu cotidiano.

Guaramirim é um município relativamente pequeno, localizado no nordeste do Estado de Santa Catarina, numa das regiões mais industrializadas do estado, entre os municípios de Joinville, Jaraguá do Sul e Blumenau (Figura 1). Conta, atualmente, com uma população de 23.792 habitantes, sendo 19.012 na área urbana e 4.782 na área

rural.<sup>29</sup> O nome Guaramirim está relacionado a uma ave (*Eudocimus ruber* L.), uma garça de plumagem avermelhada que parece nunca ter existido na região. Hoje em dia, essa ave é encontrada no litoral do sudeste brasileiro, especialmente na baixada santista e na Ilha do Bananal, no estado de Tocantins.

Guaramirim é parte do território que, até o ano de 1943, era conhecido como distrito de Bananal do município de Joinville. A partir de então chamou-se distrito de Guaramirim, cuja emancipação política e administrativa ocorreu no ano de 1949.<sup>30</sup>

O município tem seu território organizado em diversos bairros e localidades (Figura 2). As localidades dão um sentido de pertencimento e referência aos habitantes. Eles moram nas localidades, mas são habitantes do município. O morar implica numa relação de familiaridade e afetividade com o território. Por outro lado, ser habitante é se colocar numa postura mais pública, com interesses políticos racionalizados e com laços afetivos menores. Não são, contudo, espaços díspares. Eles são circunstanciais e, muitas vezes complementares, sem anularem aquilo que os tornam específicos.

## LOCALIDADES

Localidade é um termo comumente usado pelos moradores de Guaramirim/SC para se referirem aos espaços de vivência das comunidades. É em torno desta estrutura que eles vivenciam, mais intensamente, os espaços de sociabilidades.

Em uma localidade podem coexistir diversas comunidades, constituídas freqüentemente pelo sentido de pertencimento e vivência de uma determinada religião. Nesse sentido, as religiões que mais se destacam são as cristãs, católica, luterana, pentecostais e as assembléias.

---

<sup>29</sup>INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Cidades@*. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/xtras/perfil.php?codmun=420650r=1>> Acesso em: 07/02/2002.

<sup>30</sup>O atual Município de Schröder também fazia parte do território do distrito de Bananal (Cf. Figura 1). É comum a afirmativa de que o distrito de Bananal deu origem ao Município de Guaramirim, porém, em 04.06.1964, desmembrou-se de Guaramirim o Município de Schröder, desconfigurando o território político e administrativo original do distrito de Bananal. (TERNES, Apolinário. *Joinville, a construção da cidade*. São Bernardo do Campo: Bartira, 1993. p. 149 e 160.)

Comumente, as localidades se organizam e se identificam a partir de uma estrutura baseada numa estrada principal, com poucas ramificações, a qual, normalmente, recebe o nome da localidade. As residências dos moradores são construídas bem próximas dessas estradas.

Cada localidade possui um pequeno centro, que é o espaço de maior convivência. Geralmente, ele se configura pela existência de uma estrutura religiosa. Os templos católicos são denominados de capelas e fazem parte de uma das duas paróquias do município, denominadas de matriz. Pelo menos uma vez por ano, cada uma das capelas, bem como cada matriz, organizam a festa de seu padroeiro. Estas são realizadas em grandes salões, onde a comunidade se organiza para a venda de refeições e atividades recreativas como baile, rifa, bingo, campeonato de futebol, entre outras. As famílias também doam prendas em espécie ou em dinheiro, a fim de custear a realização do evento. Tudo o que é arrecadado é administrado por uma diretoria composta por membros da comunidade, que aplica os recursos na manutenção predial, no pagamento das contas de água, luz e dos serviços prestados pelo sacerdote. Nas igrejas luteranas, também há festas comunitárias sendo que, obviamente, o motivo de sua organização não é o festejo de um padroeiro, mas sim a organização da comunidade para a manutenção de sua estrutura funcional e para o pagamento do pastor.

Na maioria dos casos, próximos a esses templos existem unidades escolares, encarregadas de oferecer o ensino de 1ª a 4ª séries do ensino fundamental. Em sua maioria são unidades isoladas, com salas multiseriadas, em que um único professor atende, ao mesmo tempo, a duas séries ou mais. O ensino de 5ª a 8ª séries e o ensino médio são ofertados nos bairros centrais da cidade, exigindo um deslocamento dos escolares até esses locais.

Pequenas casas comerciais denominadas vendas e/ou mercados estão localizadas ao longo das estradas e fornecem produtos básicos ao consumo. Em localidades maiores pode haver posto bancário e unidade sanitária (posto de saúde). Nas localidades mais distantes do centro da cidade há também cemitérios, geralmente administrados por uma comunidade religiosa.

Apesar de a maior parte da população do município estar na área urbana, a economia do município baseia-se principalmente na agricultura. Os moradores das áreas rurais ocupam-se em atividades diversas, sendo que o município notabiliza-se pela produção de arroz e de bananas. Há, também, uma agroindústria bastante desenvolvida, dedicada à produção de produtos alimentícios em conserva (pepino, palmito, pickles entre outros).

A partir da década de 1970, muitas indústrias passaram a se instalar no município e hoje há um importante parque industrial, com empresas dos mais variados ramos. Isso implicou, em muitos casos, numa mudança de hábitos, fazendo com que o agricultor dedicasse parte do seu tempo ao trabalho industrial, garantindo-lhe uma renda mensal fixa, principalmente nos períodos entre safras.<sup>31</sup> Todavia, se a descrição precedente indica uma modificação nas relações produtivas das localidades, até então baseadas numa relação mais próxima com a agricultura, as lembranças reconstroem um espaço que serve de contraponto a esta situação, especialmente considerando o período da pesquisa, as décadas de 1930 e 1940. Este outro espaço, denominado Bananal, vem acompanhado de um estilo de vida onde as relações familiares, escolares, religiosas, de trabalho e de lazer vêm acompanhadas pelas marcas da vivência e convivência com as diferenças, que eram possibilitadas pela própria forma de estabelecimento dos (i)migrantes nos lotes do referido distrito.

---

<sup>31</sup> Para uma discussão mais detida a respeito das práticas não agrícolas como opção aos agricultores, ver: ELESBÃO, Ivo. O turismo como atividade não agrícola em São Martinho-SC. In: ALMEIDA, Joaquim Anécio; REIDL, Mário (orgs.). **Turismo rural: ecologia, lazer e desenvolvimento**. Bauru: EDUSC, 2000; SCHÖRNER, Ancelmo. **O arco-íris encoberto**. Joinville: Oficina Comunicações, 2000.

## ERA UMA VEZ BANANAL...

O Bananal era uma organização administrativa resultante do processo de ocupação européia na região. Ao se pensar a história desta ocupação devemos ter em mente que, num sentido macro, ela é partícipe de todo um processo de ocupação do continente americano por colonos provenientes das mais variadas regiões do planeta, principalmente da Europa e da Ásia.<sup>32</sup> O processo de implantação de colonos europeus ocorre a partir de 1886, quando a Sociedade Colonizadora de Hamburgo inicia a colonização de uma área de quatro léguas quadradas, a qual fazia parte do patrimônio dotal da Princesa Dona Francisca<sup>33</sup>. Essa área situava-se na porção oeste da Colônia Dona Francisca e fazia divisa com o patrimônio dotal da princesa Isabel e Conde d'Eu.<sup>34</sup>

Para se adquirir um lote de terra na Colônia Dona Francisca, o colono assinava, inicialmente, um documento intitulado contrato de compra e venda.<sup>35</sup> Em alguns casos, ao se cumprir cerca de  $\frac{3}{4}$  das parcelas de pagamento era emitido um Título Provisório. Quitando-se a dívida seria emitido, então, o Título Definitivo. O tamanho médio dos lotes negociados era de 29,32 ha, variando de 1,25 ha até 375,56 ha.

---

<sup>32</sup> HOBBSAWM, Eric. *A era do capital*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977. Especialmente o 11º capítulo p. 207-219, que discute a mobilização de uma massa populacional migrante, nunca antes vista na história, pois, como este historiador mesmo afirma, "Movimentos populacionais e industrialização andam juntos, já que o desenvolvimento econômico moderno do mundo pede mudanças substanciais junto aos povos e, por outro lado, facilita tais movimentos tornando-os tecnicamente baratos e mais simples através de comunicações novas e melhores, assim como evidentemente permite ao mundo manter uma população bem maior." (p. 207)

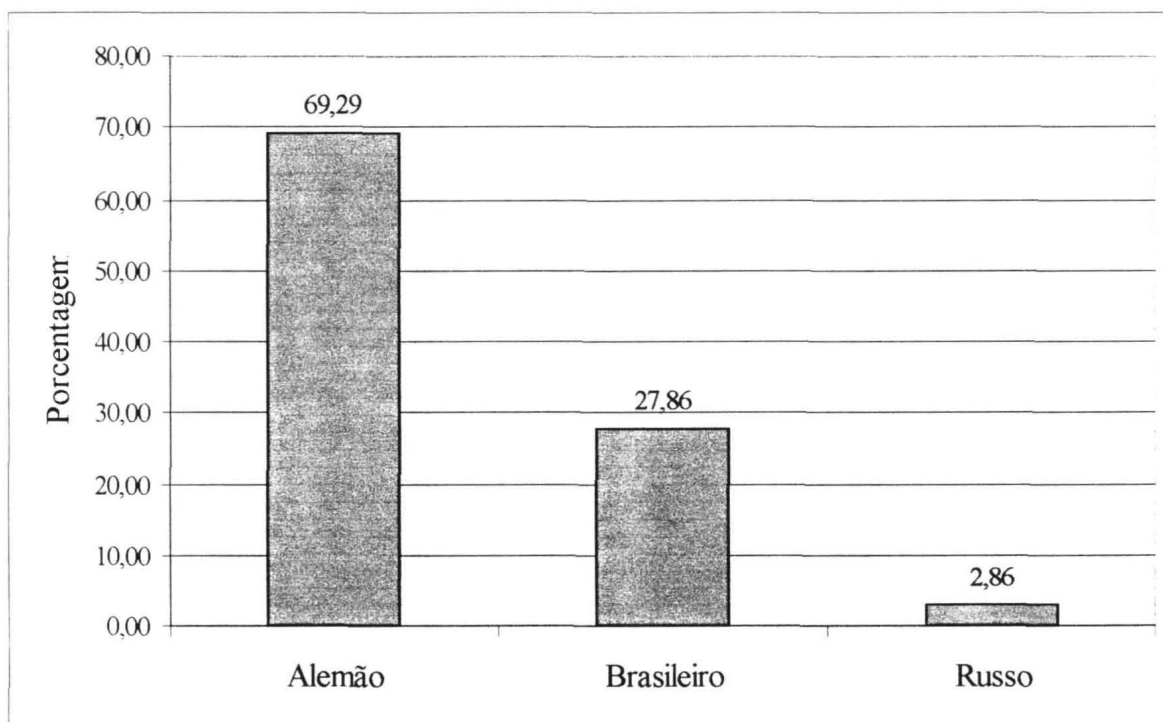
<sup>33</sup> O casamento entre a Princesa Dona Francisca e o Príncipe de Joinville ocorreu em 1843. O "domínio" Dona Francisca era administrado por uma empresa, chamada Sociedade Colonizadora de Hamburgo, que atuou desde o início da colonização, em 1851 até o ano de 1896, quando transfere todas as suas propriedades à *Hanseatische Kolonisations-Gesellschaft m.b.H.*, mais conhecida no Brasil como Sociedade Colonizadora Hanseática (FICKER, 1965).

<sup>34</sup> MACHADO, Andréia e GUEDES, Sandra P.L. de Camargo. *A colonização de Guaramirim*. In: *Caderno de Iniciação à Pesquisa: História*. Joinville: UNIVILLE, nov., 1999. p. 34.

<sup>35</sup> A nomenclatura deste tipo de documentação pode variar das seguintes maneiras: Contrato de Compra e Venda, Escritura de Compra e Venda ou Contrato de promessa de venda e compra, ou, ainda, Contrato para compra e venda.

A partir de dados constantes dos documentos de terras referentes às localidades pertencentes ao distrito de Bananal, é possível uma aproximação à distribuição dos grupos étnicos existentes nas décadas de 1930 e 1940.

GRÁFICO 1 – FREQUÊNCIA ÉTNICA POR SOBRENOMES NO DISTRITO DE BANANAL (Período 1887 – 1929)

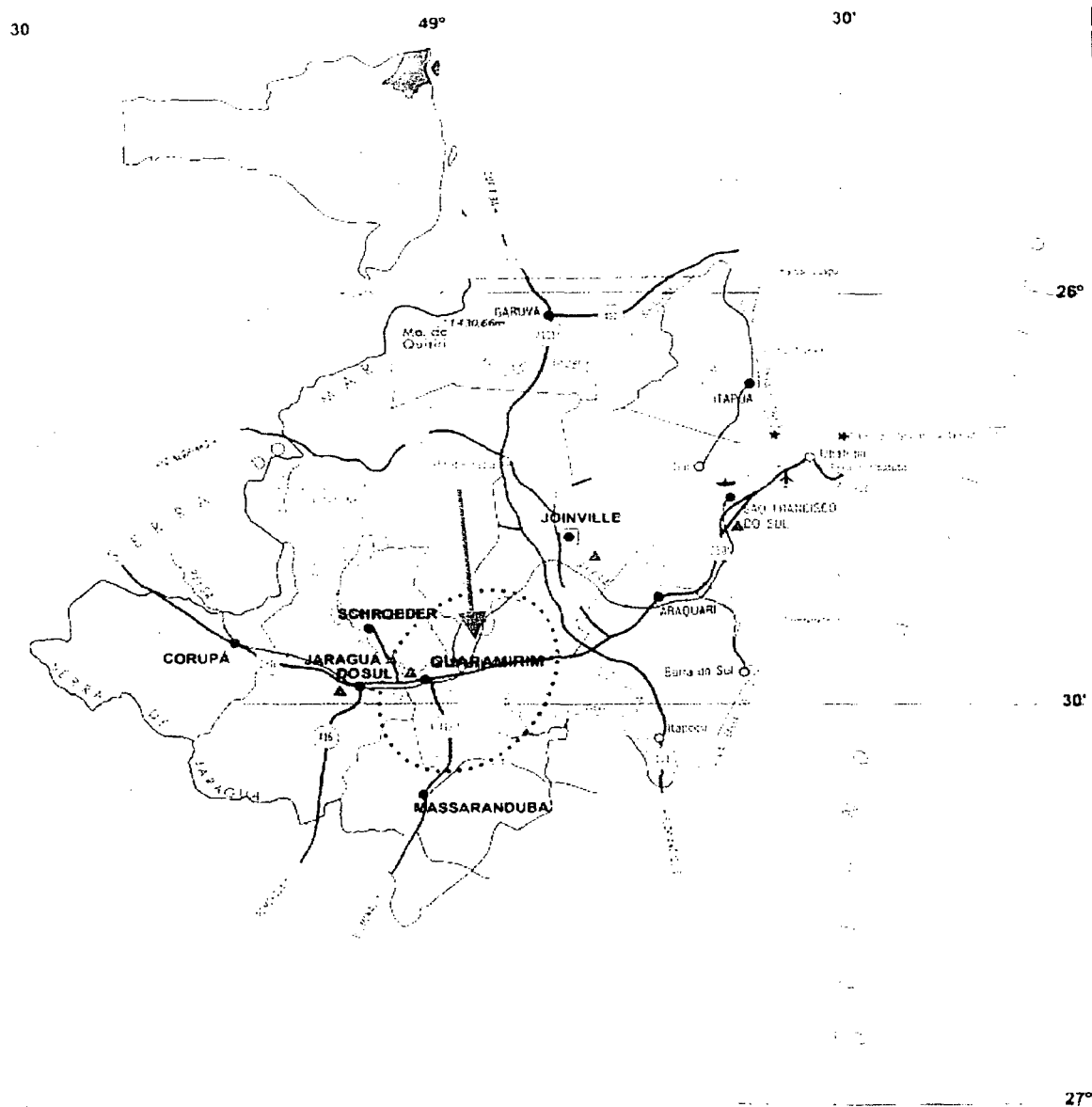


FONTE: Arquivo Histórico de Joinville – Fundos Carlos Ficker – Documentos de Terra

Conforme o Gráfico 1, antes da década de 1930 havia basicamente três tipos de sobrenomes étnicos para a região do distrito de Bananal: alemães, brasileiros e russos.<sup>36</sup>

<sup>36</sup> Sabemos que os sobrenomes não garantem o pertencimento a um grupo étnico determinado nem a uma nacionalidade. Porém, em alguns casos, se considerarmos o imaginário expresso pelas narrativas dos entrevistados, confirmam-se as configurações abstraídas das análises destes dados sem, contudo, perdermos de vista a relativização necessária quando quantificamos estas informações que são, acima de tudo, qualitativas. Trata-se, portanto, de um exercício interpretativo.

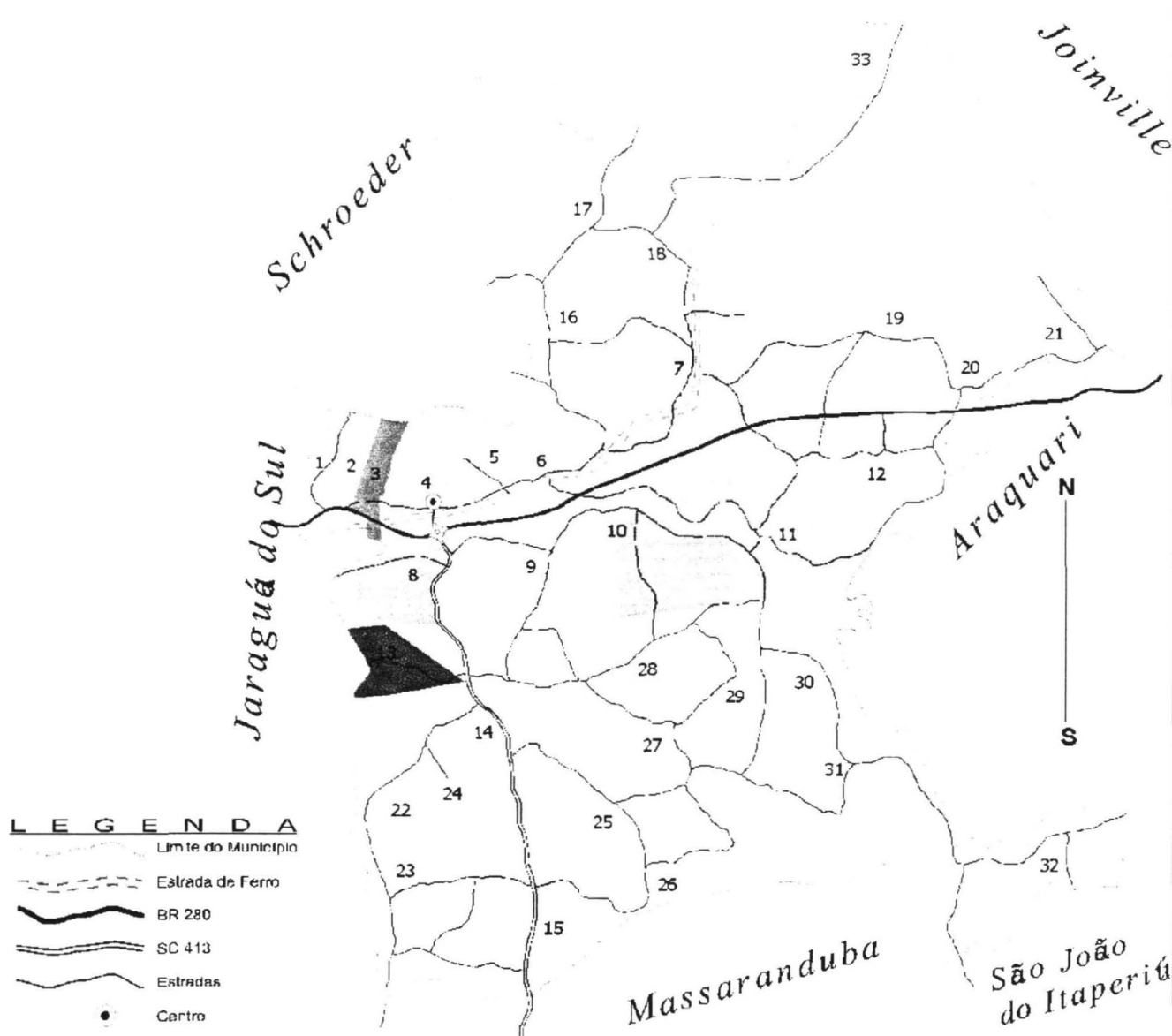
FIGURA 1 – MAPA DA MICROREGIÃO DE JOINVILLE/SC



FONTE: ESTADO DE SANTA CATARINA. Secretaria de Estado de Coordenação Geral e Planejamento. Subsecretaria de Estudos Geográficos e Estatísticos. **Atlas escolar de Santa Catarina**. Rio de Janeiro: Aerofoto Cruzeiro, 1991 (sem escala)



FIGURA 2 – MAPA DOS BAIRROS E DAS LOCALIDADES DE GUARAMIRIM



FONTE: Prefeitura Municipal de Guaramirim/ Conselho de Desenvolvimento Municipal - CD Rom Guaramirim em Dados. 2001

## NOTAS:

**Bairros:**

- 1 – Recanto Feliz
- 2 – Imigrantes
- 3 – Nova Esperança
- 4 – Centro
- 5 – Amizade
- 6 – Avaí
- 7 – Caixa D' Água
- 8 – Ilha da Figueira
- 9 – Beira Rio
- 10 – Bananal do Sul
- 11 – Guamiranga

- 12 – Corticeira
- 13 – Figueirinha
- 14 – Rio Branco
- 15 – Barro Branco

**Localidades**

- 16 – Brüderthal I
- 17 – Brüderthal II
- 18 – Serenata
- 19 – Quati
- 20 – Poço Grande I
- 21 – Poço Grande II

- 22 – Jacu-Açu I
- 23 – Jacu-Açu II
- 24 – Perdidos
- 25 – Tibagi
- 26 – Putanga
- 27 – Novo Tibagi
- 28 – Ponta Compida
- 29 – Timbiras
- 30 – Guamiranga Sul I
- 31 – Guamiranga Sul II
- 32 – Ribeirão do Salto
- 33 – João Pessoa

Tendo por base esse Gráfico e a Tabela 1, percebemos que a distribuição desta população reflete o que foi inferido por Emílio Willems a respeito das colônias de imigração e ocupação, especialmente as administradas por empreendimentos particulares, como é o caso em questão: “Onde é economicamente vantajoso evitarem-se choques culturais entre imigrantes de nacionalidade diversas ou entre imigrantes e nativos, constituem-se núcleos *eticamente homogêneos*.”<sup>37</sup> Em outro trecho, Willems afirma que “as empresas de colonização verificaram que a segregação das nacionalidades era economicamente vantajosa. (...) A nucleação homogênea implica preços mais elevados dos lotes e maior estabilidade econômica dos imigrantes.”<sup>38</sup> Fazendo eco a essas afirmações, as localidades formadas antes de 1930 apresentavam uma configuração étnica caracterizada pela predominância de um determinado grupo (Tabela 1). Em algumas, havia a predominância dos alemães, como era o caso das localidades de Schröder, Itapocuzinho e Brüderthal, enquanto em outras, a predominância era de brasileiros: Poço Grande, Margem Esquerda do Rio Itapocu, Itapocu, Guamiranga e Estrada Bananal. Os russos foram identificados como grupo minoritário na localidade de Itapocuzinho.

Conforme o Gráfico 1, antes da década de 1930 havia basicamente três tipos de sobrenomes étnicos para a região do distrito de Bananal: alemães, brasileiros e russos.<sup>39</sup> Tendo por base esse Gráfico e a Tabela 1, percebemos que a distribuição desta população reflete o que foi inferido por Emílio Willems a respeito das colônias de imigração e ocupação, especialmente as administradas por empreendimentos particulares, como é o caso em questão: “Onde é economicamente vantajoso evitarem-se choques culturais entre imigrantes de nacionalidade diversas ou entre imigrantes e

---

<sup>37</sup> WILLEMS, Emílio. **A aculturação dos alemães no Brasil**. 2ª ed. São Paulo: Editora Nacional, 1980, p. 46. (destaques no original)

<sup>38</sup> WILLEMS. *Op cit.*, p. 84.

<sup>39</sup> Sabemos que os sobrenomes não garantem o pertencimento a um grupo étnico determinado nem a uma nacionalidade. Porém, em alguns casos, se considerarmos o imaginário expresso pelas narrativas dos entrevistados, confirmam-se as configurações abstraídas das análises destes dados sem, contudo, perdermos de vista a relativização necessária quando quantificamos estas informações que são, acima de tudo, qualitativas. Trata-se, portanto, de um exercício interpretativo.

nativos, constituem-se núcleos *eticamente homogêneos*.<sup>40</sup> Em outro trecho, Willems afirma que “as empresas de colonização verificaram que a segregação das nacionalidades era economicamente vantajosa. (...) A nucleação homogênea implica preços mais elevados dos lotes e maior estabilidade econômica dos imigrantes.”<sup>41</sup> Fazendo eco a essas afirmações, as localidades formadas antes de 1930 apresentavam uma configuração étnica caracterizada pela predominância de um determinado grupo (Tabela 1). Em algumas, havia a predominância dos alemães, como era o caso das localidades de Schröder, Itapocuzinho e Brüderthal, enquanto em outras, a predominância era de brasileiros: Poço Grande, Margem Esquerda do Rio Itapocu, Itapocu, Guamiranga e Estrada Bananal. Os russos foram identificados como grupo minoritário na localidade de Itapocuzinho.

TABELA 1: FREQUÊNCIA ÉTNICA DE SOBRENOMES POR LOCALIDADE (Período, 1887 – 1929)

Localidade	Tipo de sobrenome (%)		
	Alemão	Brasileiro	Russo
Brüderthal	100	-	-
Estrada Bananal	-	100	-
Guamiranga	-	100	-
Itapocu	36	64	-
Itapocuzinho	80,96	9,52	9,52
Margem Esquerda do Rio Itapocu	-	100	-
Poço Grande	-	100	-
Schröder	98,11	1,89	-

FONTE: Arquivo Histórico de Joinville – Fundos Carlos Ficker – Documentos de terras

Além da colonização explorada pela Colônia Dona Francisca, havia o Núcleo Colonial Barão do Rio Branco, instalado em 13 de fevereiro de 1913. Tratava-se de um empreendimento federal iniciado no governo do Marechal Hermes Rodrigues da Fonseca, situado na porção Sul do distrito. Willems observa que os empreendimentos estatais se diferenciam dos particulares, já que “os interesses que movem a colonização governamental trazem não só maiores possibilidades de choques culturais,

<sup>40</sup> WILLEMS, Emilio. **A aculturação dos alemães no Brasil**. 2ª ed. São Paulo: Editora Nacional, 1980, p. 46. (destaques no original)

<sup>41</sup> WILLEMS. *Op cit.*, p. 84.

mas também uma instabilidade maior<sup>42</sup>, ou seja, as áreas colonizadas pelo governo geralmente apresentam uma configuração étnica mais heterogênea, gerando conflitos étnicos e, em alguns casos, implicando na inviabilidade de alguns projetos de colonização.

Com a intensificação das atividades colonizadoras, em 02 de junho de 1919, a região oeste da colônia passa ao status de distrito do Município de Joinville com o nome de distrito de Bananal.<sup>43</sup> A este cumpria administrar outras localidades, conforme a Resolução nº 281, que criou e delimitou a área do mesmo:

O padre Dr. Gercino Sant'Anna e Oliveira, 2º substituto do Superintendente Municipal de Joinville, em exercício, faço saber a todos os habitantes deste Município que o Conselho Municipal adotou e eu sanciono a seguinte resolução:

Artigo 1º - Fica criado um distrito de Paz no município de Joinville, com a denominação de Bananal, com os seguintes limites:

Partindo da ponte sobre o rio soada, na Estrada do Sul, seguindo por este rio até suas cabeceiras; daí por diante por uma reta até o lugar Salto do Pirai, e daí por outra reta até encontrar o rio Itapocuzinho, na altura do término da estrada Schroeder, continuando pela margem esquerda deste rio até encontrar a sua barra; daí pela margem esquerda do rio Itapocu, até o ribeirão do Poço Grande, seguindo pela margem esquerda deste ribeirão até a sua barra com o rio Pirai, e daí por este último (margem direita) até a barra do rio D. Cristina e por este rio acima até a barra Soada e daí até o ponto de partida.

Artigo 2º - O novo Distrito terá a designação de quarto.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se

Joinville, 2 de junho de 1919.

Onde hoje se situa o centro da cidade de Guaramirim funcionava a sede do distrito de Bananal (Figura 2). Essa localidade substituiu, em termos de importância, outras que, em momentos anteriores à instalação de uma estação ferroviária, ocupavam lugares mais destacados política e economicamente. Diversas narrativas indicam que a

<sup>42</sup> WILLEMS. *Ibid.*, p. 46.

<sup>43</sup> No censo de 1926, promovido pela municipalidade joinvilense, contava com uma população de 4.231 habitantes, sendo 208 na sede e 4.023 na zona rural. (TERNES *Op. Cit.*, p. 138).

instalação de uma estação ferroviária em 1910 deslocou o eixo de desenvolvimento da colônia, antes concentrado nas localidades de Itapocuzinho e Brüderthal.<sup>44</sup>

O destaque alcançado pela localidade é reconhecido quando, em 1º de dezembro de 1938, ela é elevada à categoria de vila, pelas Leis Estaduais nº 86 e 238, de 31 de março de 1938 e de 1º de dezembro de 1938. Enquanto o distrito de Bananal foi desmembrado do município de Joinville, em 1948, e anexado ao recém criado município Massaranduba<sup>45</sup> para, em 28 de agosto de 1949, conquistar a autonomia política e administrativa.<sup>46</sup>

Ao considerarmos a totalidade dos documentos que registram as negociações de terras, percebe-se que 48,34% das negociações relativas ao distrito de Bananal foram feitas nas décadas de 1930 e 1940 (Gráfico 2). De 393 negociações, 190 são efetivadas nesse período, evidenciando também a expansão da área colonizada, com características diferenciadas de ocupação. A partir desse período surgem localidades como Rio da Prata, Quati, João Pessoa, Estrada do Sul, Estrada de Ferro, Estrada Braço do Sul, Duas Mamas, Corticeira e Serenata, conforme Tabelas 2 e 3.

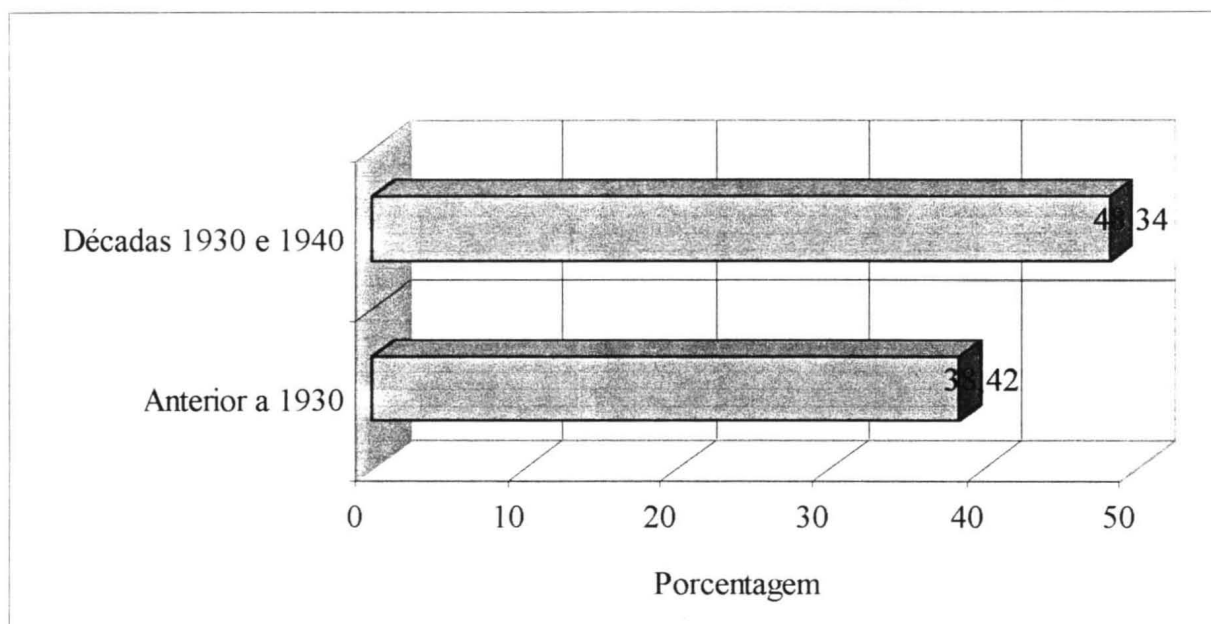
---

<sup>44</sup> EMMENDÖRFER FILHO, Victor. **Primeira História de Guaramirim**. 1.ed. Jaraguá do Sul: Correio do Povo, 2001, p.(77-78).

<sup>45</sup> TERNES, Apolinário. **Joinville, a construção da cidade**. São Bernardo do Campo: Bartira, 1993. p. 149 e 160.

<sup>46</sup> Lei Estadual n.º 295, sancionada pelo Governador José Boabaid. (PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM. Conselho de Desenvolvimento Municipal. Secretaria Executiva. Planejamento Estratégico. **Guaramirim em dados – 2001**. Guaramirim, 2001 CD-ROM)

GRÁFICO 2 – LOTES NEGOCIADOS NO DISTRITO DE BANANAL (1887 – 1949)



FONTE: Arquivo Histórico de Joinville – Fundos Carlos Ficker - Documentos de terras

TABELA 2 – LOTES NEGOCIADOS POR LOCALIDADES NAS DÉCADAS DE 1930 E 1940

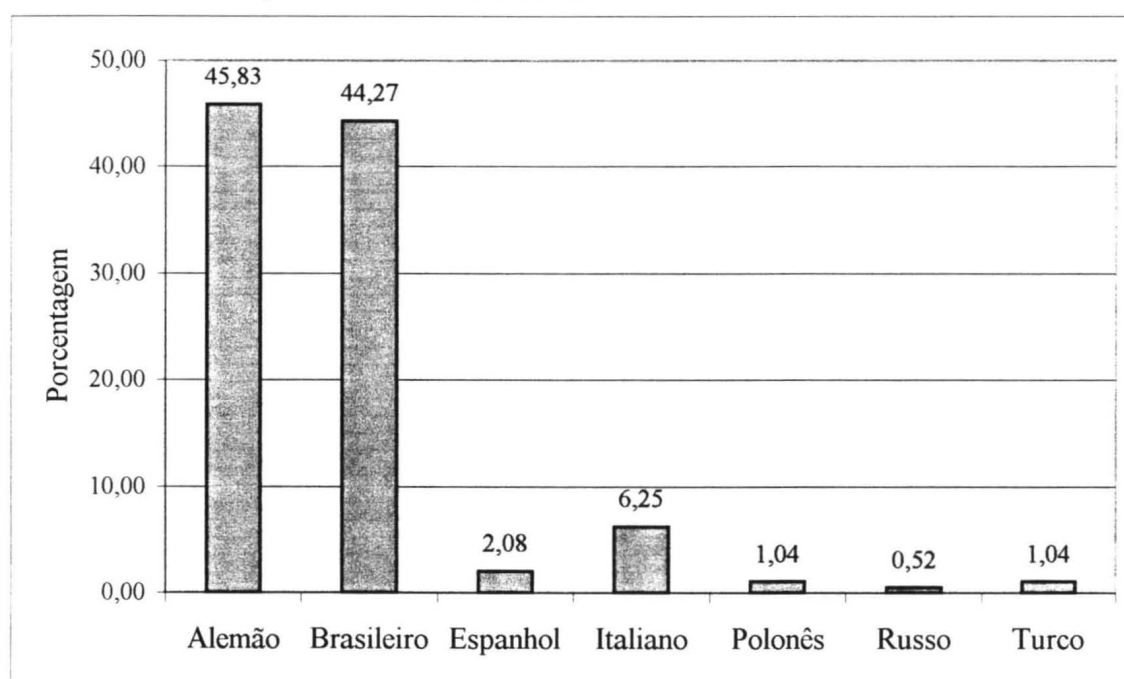
Localidade	1930		1940	
	QTD	%	QTD	%
Brüderthal	0	0	0	0
Corticeira	18	34,62	27	51,92
Duas Mamas	2	28,57	5	71,43
Estrada Bananal	2	66,67	0	0
Estrada Braço do Sul	7	25	11	39,29
Estrada de Ferro	1	10	5	50,00
Estrada do Sul	0	0	5	83,33
Guamiranga	1	9,09	3	27,27
Itapocu	0	0	1	3,45
Itapocuzinho	0	0	0	0
João Pessoa	0	0	2	25
Margem Esquerda do Rio Itapocu	0	0	0	0
Poço Grande	4	36,36	3	27,27
Quati	14	29,79	12	25,53
Rancho Bom	3	100	0	0
Rio da Prata	28	44,44	23	36,51
Schröeder	4	6,25	8	12,50
Serenata	0	0	1	50
<b>Totais</b>	<b>84</b>	<b>21,37</b>	<b>106</b>	<b>26,97</b>

FONTE: Arquivo Histórico de Joinville – Fundos Carlos Ficker - Documentos de Terra

Frente aos dados recolhidos, supomos que nestas duas décadas houve uma grande confluência de culturas e de visões de mundo para a região, que se colocaram numa constante negociação de identidades e de diferenças.

Considerando, ainda, os sobrenomes obtidos através dos documentos de terras referentes ao distrito de Bananal, para as décadas de 1930 e 1940 temos a seguinte distribuição étnica, conforme o Gráfico 3:

GRÁFICO 3 – FREQUÊNCIA ÉTNICA POR SOBRENOMES NO DISTRITO DE BANANAL  
NEGOCIAÇÕES NAS DÉCADAS 1930 – 1940



Fonte: Arquivo Histórico de Joinville – Fundos Carlos Ficker - Documentos de terras

De acordo com o Gráfico 3, para o período de 1930 - 1940, ainda temos dois grupos preponderantes no cenário de estudo: os alemães (com 45,83 % das negociações de terras) e os brasileiros (44,27 % das negociações). Por outro lado, em menor escala, verificamos a existência de outros grupos que passaram a fazer parte deste cenário, como é o caso dos espanhóis, dos italianos, dos poloneses e dos turcos, além dos russos que já constavam anteriormente.

Entretanto, a Tabela 3 evidencia, se compararmos com a Tabela 1, uma mudança na estratégia de povoamento das localidades. No período anterior a 1930, as negociações que envolviam lotes de terras no antigo distrito procuravam respeitar as configurações étnicas das localidades. A localidade de Itapocu foi a que apresentou a

característica mais heterogênea em termos étnicos para o período anterior a 1930. Ainda assim havia a preponderância de, no mínimo, 64 % de brasileiros, contra 36% de alemães. Já nas décadas de 1930 e 1940, a ocupação do território deu-se de forma muito mais heterogênea. As localidades que apresentam uma tendência à homogeneização, em verdade apresentaram poucas negociações, o que em termos percentuais fica tendencioso.<sup>47</sup> Porém, se considerarmos as duas localidades que mais tiveram negociações de terras no período, Corticeira e Rio da Prata, fica claro que a configuração das novas áreas de colonização passou a privilegiar a convivência dos diferentes e a dissolução dos contrastes étnicos por localidades. A convivência com o diferente passou a se dar de forma muito mais próxima. As fronteiras não eram mais territoriais, elas passaram a ser negociadas no espaço das múltiplas relações presentes no cotidiano das localidades.

TABELA 3 – FREQUÊNCIA ÉTNICA POR SOBRENOME NO DISTRITO DE BANANAL – LOTES NEGOCIADOS NAS DÉCADAS 1930 – 1940.

Localidade	Sobrenome/Tipo						
	Alemão	Brasileiro	Polonês	Russo	Italiano	Espanhol	Turco
Corticeira	51,11	40	2,22	-	6,67	-	-
Duas Mamas	14,29	-	-	-	85,71	-	-
Estrada Braço do Sul	88,24	11,76	-	-	-	-	-
Estrada de Ferro	-	83,33	-	-	16,67	-	-
Estrada do Sul	60	20	-	20	-	-	-
Guamiranga	50	50	-	-	-	-	-
João Pessoa	50	50	-	-	-	-	-
Poço Grande	-	100	-	-	-	-	-
Quati	19,23	80,77	-	-	-	-	-
Rancho Bom	100	-	-	-	-	-	-
Rio da Prata	28,57	44,44	1,59	-	17,46	4,76	3,18
Schröder	54,55	27,27	-	-	18,18	-	-

FONTE: Arquivo Histórico de Joinville – Fundos Carlos Ficker – Documentos de terras

<sup>47</sup> Como são os casos: Rancho Bom apenas 3 ocorrências; Poço Grande 7 ocorrências e Bananal 2 ocorrências.



No decorrer das décadas de 1930 e 1940, o estado brasileiro investe maciçamente na nacionalização e na integração do diferente ao padrão nacional. Dessa forma, supomos que este fator tenha influenciado para que as novas localidades formadas a partir de 1930 tenham uma heterogeneidade maior. No mesmo sentido, as que antes tinham uma caracterização mais determinada passaram a receber colonos de uma diversidade maior. É o caso da localidade de Schröder que, no período anterior a 1930, teve os lotes negociados por 98,11% de compradores com sobrenomes alemães e somente 1,89% de compradores com sobrenomes brasileiro. Entretanto, nas décadas de 1930 e 1940, os lotes desta localidade foram negociados por diversos colonos: 54,55% deles com sobrenomes alemães, 27,27% com sobrenomes brasileiros e 18,18% com sobrenomes italianos.

As considerações feitas até aqui servem para refletirmos sobre a construção de etnicidades e relações étnicas, discutindo a existência de “espaços” de negociação entre diferentes etnias. Considera-se, nessa discussão, tanto os que imigravam de outras regiões, quanto aqueles que migraram internamente, passando a conviver com novas relações identitárias. Recordemos que nas décadas de 1930 e 1940 as configurações da ocupação do território do antigo distrito de Bananal possibilitaram relações mais heterogêneas do que as décadas precedentes. Esse cenário foi vivenciado pela maioria das pessoas entrevistadas para a realização deste trabalho. Suas narrativas são documentos de vivências de uma dada configuração que, de certa forma, deu o tom das relações interétnicas nas décadas subseqüentes

## TRAJETÓRIAS DE VIDA E O DISTRITO BANANAL

“Haveria, portanto, para o velho uma espécie singular de obrigação social, que não pesa sobre os homens de outras idades: a obrigação de lembrar, e lembrar bem.”

(Ecléa Bosí)

Como já tivemos a oportunidade de indicar, a principal matéria-prima para a confecção deste estudo deriva de informações prestadas por 11 entrevistados.

Com o intuito de conhecermos um pouco melhor essas pessoas e a forma como cada uma organizou a narrativa de sua vida, apresentamos algumas considerações a respeito de cada entrevistado, procurando destacar pontos importantes de suas vivências nos períodos da infância, juventude, fase adulta e velhice.

Além de todos os entrevistados terem mais do que 65 anos de idade, possuem em comum a vivência no antigo distrito Bananal. É importante frisar que privilegiamos trabalhar com pessoas que viveram a maior parte, ou a totalidade, de suas vidas em Guaramirim, por entendermos que invocar memórias de pessoas que sempre viveram numa mesma região, acompanhando e participando dos diversos processos de continuidade e de rupturas da história do local, é dar voz às pessoas que vivem o espaço em seus cotidianos.<sup>48</sup> Assim, o espaço com o qual trabalhamos é aquele presente nas memórias de antigos moradores do distrito de Bananal que caminharam com ele até aqui.

Em nossa sociedade, conforme afirma Ecléa Bosi, as pessoas idosas, por se encontrarem fora do círculo produtivo, assumem o papel de guardiães da memória da sociedade. Para essa faixa etária, a principal ocupação é a construção de lembranças e a conseqüente retroalimentação da memória do grupo do qual fazem parte; seja no sentido restrito, familiar, por exemplo, seja no amplo, comunitário, político etc.<sup>49</sup> Todavia, a postura de reflexão histórica está para além de perceber quais os papéis que o homem ocupa na sociedade ocidental. Fugindo à lógica do processo identitário que constrói o passado apresentando-o como uma perpetuação, é preciso discutir como o passado é dito do e no presente, pois são temporalidades que se refletem.

Hoje, com mais de 65 anos, os entrevistados que apresentamos percebem que o que lhes é familiar os distancia daquele que lhes solicita a narração de suas lembranças. As vivências são os pontos-chave deste trabalho, pois considerando-as como fato primordial para a constituição da memória coletiva, permite visualizar uma

---

<sup>48</sup>SANTOS. *Op. Cit.*, p.09.

<sup>49</sup> BOSI. *Op. Cit.*; BARROS, *Op. Cit.*; POLLAK, POLLACK, Michel. Memória, esquecimento e silêncio. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro: v. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.

“comunidade afetiva”, no dizer de Halbwachs<sup>50</sup>, que permite a lembrança a partir de um espaço multifacetado e diverso e de um tempo comum. Necessariamente, portanto, os entrevistados não apresentam relações explícitas de proximidade ou vizinhança. Sua afetividade dá-se com o tempo e o território, comuns a eles, por onde os seus desejos e as suas vivências foram constituídos.

Estamos trabalhando, portanto, com os significados que o antigo distrito de Bananal tem para essas pessoas, que o vivenciaram e que se lembram dele no presente. A partir de lembranças de pessoas comuns, estaremos acompanhando a construção de laços significativos, estabelecendo um diálogo com a história, no sentido de entender por quê determinadas lembranças foram construídas e a forma como elas foram expressas.

#### D. Chica

Enquanto a boca der para falar e a língua der para mexer, a gente fala um pouquinho! Eu vou embora, vou sumir!

(D. Chica)

Francisca Martins foi a primeira entrevistada. A partir de sua entrevista, pudemos vislumbrar a possibilidade de uma pesquisa na qual se discutiria a problemática da convivência de grupos étnicos diferentes num pequeno município, em um período de tempo determinado. D. Chica, como era conhecida por toda a comunidade, viveu com sua família composta pela mãe, irmã e irmão, pelo menos uns trinta anos no local onde ocorreu a entrevista.<sup>51</sup>(Figura 3). D. Chica faleceu alguns meses depois da realização da entrevista, em setembro de 1999.

D. Chica era filha de Martinho de Souza e Maria Laureana Martins. Seu pai foi uma espécie de marinheiro e, provavelmente, deve ter trabalhado em embarcações que faziam a navegação de cabotagem no litoral brasileiro. A figura materna esteve muito

<sup>50</sup> HALBWACHS. *Op. Cit.*, p. 33-36 (especificamente nestas páginas ele discute essa questão. Porém, em toda a sua obra o aspecto coletivo é o enfoque principal e determinante, em se considerando a questão da memória).

<sup>51</sup> MARTINS, Francisca. *Entrevista*. 13 de fev. de 1999.

presente no decorrer de toda a narrativa, talvez pela situação em que se encontrava: aos 98 anos de idade, demonstrava sinais de que a vida já lhe era um fardo. Seu corpo fragilizado a impedia de fazer aquilo que mais gostava: trabalhar.

A narrativa da morte de sua mãe confundia-se com o desejo, expressado mais de uma vez durante a entrevista, que era o de que *Deus a levasse!*

*Eu, quando chegar a morrer, morro falando, porque eu puxei à mamãe. A mamãe conversava, conversava, que meu Deus do Céu! Ela morreu falando! Eu estava com ela na cama, ali, deitada, um pouco, e eu encaixei assim, aí ela chamou assim: - 'Oh Chica!'*

- Senhora mamãe!

- 'Eu vou embora.'

- Para onde a mãe vai?

- 'Ai, eu vou pro céu!'

*Eu não sei se ela foi, mas que ela disse assim, ela disse! (risos!).*

- 'Eu vou pro céu!'

*Aí eu me abracei com ela, me atraquei com ela e chorei e ela ficou ali... Naquele tempo da miséria do dinheiro, sabe, o João queria ir lá para Rio do Sul. Eu saí por aqui atrás de dinheiro, nessas minhas conhecidas, aí ela me chamou de novo. Faz anos, mas eu não me esqueço! Mas é triste quando uma mãe diz que vai embora! Sabe como é!? E ali se fecham os olhos e vai embora. Ai meu Deus, ai meu Santo Deus, eu lembro até hoje, e choro, choro!<sup>52</sup>*

Segundo D. Chica, seus avós eram cativos da região do Itapocu, que atualmente pertence ao Município de Araquari/SC.<sup>53</sup> Em suas lembranças, afirmou que sua mãe foi doada pela avó, para outros criarem. Nesse aspecto, histórias do tempo do cativo foram transmitidas por sua mãe, que já as teria recebido de sua avó. A mais forte história, que marcava bem o significado do cativo, envolvia uma tia:

*Ela contava, a mamãe contava e a minha tia contava também, que os coitados estavam trabalhando, às vezes raspando mandioca; aí, os cativos pegavam e mandavam arrancar o aipim lá, e quando os dois foram buscar aipim lá na roça, um trazia o aipim e o outro trazia a batata e, quando chegou cá, botou no monte assim e, lá o rapaz estava conversando com a mulher. O rapaz era filho desse coisa. O coisa ruim viu! Não*

<sup>52</sup> Ela fez toda esta narrativa com lágrimas escorrendo, como se estivesse revivendo aquele momento.

<sup>53</sup> Na região há uma comunidade de negros que preservam traços culturais bastante característicos dentre eles a dança do Catumbi, estudada por ALVES, Jucélia Maria *et alli* (orgs.) **Cacumbi: um aspecto da cultura negra em Santa Catarina**. Florianópolis: Ed. da UFSC/ Secretaria da Cultura e do Esporte de Santa Catarina, 1990.

*enterrou a minha tia viva! ... Enterrou viva! O cativo! O cativo! Esses matavam, amarravam a gente assim tudo!*

Seus pais, após o casamento, vieram para a antiga localidade Bananal, próximo ao atual centro de Guaramirim. Após a morte do seu pai, mudaram-se para Hansa, atual município de Corupá/SC. Nesse período, ela casou-se e teve dois filhos *Um eu sei onde ele está, Deus levou! Morreu na água. E o outro até agora não apareceu!* Este último foi prestar o serviço militar em Joinville e nunca mais retornou para casa.

D. Chica, quando veio para a atual residência em meados da década de 1950, já estava viúva. Seu marido, assim como o seu pai, morreu de *doença* (provavelmente febre tifóide).

*Quando ele morreu, nós estávamos no Poço da Anta, lá em Hansa. De lá ele ficou doente e foi para Mafra, Curitiba ou Mafra eu já não sei mais e, de lá, foi para Joinville. Ele morreu em Joinville. Quando nós fomos visitar ele lá, ele já tinha morrido e eu não sabia. Eu e a mamãe fomos de lá do Poço da Anta a Joinville de trem. Porém, o dinheiro não deu e, voltamos à pé, porque um outro roubou-nos. Olha o que nós andamos! E a estrada de ferro não era assim como é agora. A gente andava um bocadinho, uns dois ou três dormentes e, quando esquentava o pé, tinha que pisar fora. E tudo descalça!*<sup>54</sup>

A longevidade, para D. Chica, parecia ser um fator de orgulho e de problemas. Problemas de saúde que exigiam tratamentos às vezes demorados para serem encaminhados. Talvez a pior experiência que ela viveu em relação a isso foi o fato de ter ficado, durante anos, praticamente cega, devido à catarata. Bastou-lhe uma cirurgia para que recobrasse a visão. A idade avançada, ao mesmo tempo, possibilitou-lhe ter orgulho de si mesma, ao fazer um balanço de sua vida e perceber que sempre foi respeitada pela comunidade, em decorrência de ser muito trabalhadora. Esta foi a imagem que ela construiu em torno de sua pessoa. Sua narrativa aponta para o arquétipo de “pobre sim, trabalhador também”. Nunca foi à escola, não sabia ler e escrever nem o seu próprio nome.

---

<sup>54</sup> A distância de Joinville à antiga Hansa, atual Corupá/SC, é de cerca de 85 km. Normalmente os dormentes eram recobertos de piche que, com o sol escaldante, derretia, dificultando a caminhada especialmente a pé, como foi o caso.

D. Rosa

Eu sou brasileira!  
(D. Rosa)

Rosa Schmidlin é moradora da localidade Caixa D' Água. (Figura 4). Sua residência localiza-se a cerca de uns 500 metros da estrada principal, em meio a uma densa vegetação.<sup>55</sup> É importante mencionar que este não é um padrão muito comum para a fixação de residências na localidade. Normalmente, os moradores procuram situar suas casas bem próximas da via principal.

Contudo, isto a mantém isolada de uma vida comunitária, podendo selecionar aqueles com os quais ela constitui uma relação de maior proximidade. Vive em função das lidas em sua propriedade, especialmente a criação de animais e a plantação de algumas culturas que lhes servem de subsistência. O cultivo de plantas ornamentais garante-lhe que sua casa esteja sempre rodeada de uma vegetação natural, com flores e plantas diversas, utilizadas também para o tratamento de doenças diversas. De forma geral, D. Rosa vivencia hábitos que a deixam próxima da uma família de origem alemã, sobrevivendo da agricultura de subsistência, em uma pequena propriedade. Atualmente, ela e sua filha, com quem mora, vivem da aposentadoria que recebem do Governo e, em menor monta, das pequenas atividades agrícolas desenvolvidas.

Filha de Francisca Schubert Beck e de Gustavo Beck, nasceu em 09 de março de 1923, na localidade de Schröder I, no antigo distrito de Bananal. Lá viveu até os 12 anos de idade. Depois, mudou-se para Corticeira. Teve 9 irmãos, 3 homens e 6 mulheres. Aos 16 anos, com a morte da mãe, D. Rosa voltou para Schröder I e morou com um irmão. Após se casar, veio para a atual residência, em Caixa D' Água.

Aprendeu a falar, primeiro, em alemão, que era a língua doméstica: seus pais não falavam o português. *Lá eram todos assim, todos eles sabiam falar em alemão.* Na escola que frequentou, na localidade de Brüderthal, nas quartas-feiras e nos sábados,

---

<sup>55</sup> SCHMIDLIN, Rosa. *Entrevista*. Guaramirim, 05 de fev. de 2000.

recebia aulas em alemão. Nos demais dias, inclusive nas quartas-feiras pela manhã, o ensino era feito em português. Quando a sua família se mudou para a localidade Corticeira, a maioria da população, segundo ela, era de brasileiros e, com isto, aprenderam a falar o português.

Lembrou-se de que o namoro dela com o seu marido acontecia em espaços comunitários. Os dois iam à *juventude* juntos. “Juventude” era o encontro dos jovens de sua igreja. *O namoro de antes não era como hoje (risos)! Que era melhor, era, né! Não era como hoje, que namoram e, ou casam obrigados, para depois não saberem para onde ir. Antigamente, não era assim. Primeiro, era ter aonde ir.* Em 1943 casou-se com Erwin Schmidlin, já falecido, na localidade Brüderthal. Nesse mesmo ano, vieram morar em Caixa D’Água. Tiveram um casal de filhos. Das suas lembranças, a mais alegre refere-se ao seu casamento. *O casamento foi simples, nós não fizemos nada. só para as testemunhas; não havia convidados, não tinha nada.*

Atualmente, ela vivencia um período de resignação, principalmente devido ao seu estado físico. Tem o antebraço esquerdo quebrado há anos, e por não confiar na medicina, prefere não se submeter a tratamento. Como forma de fixá-lo, utiliza uma espécie de tala feita em couro, que envolve todo o antebraço. Apesar do seu estado físico ela explica, em um tom ameno, mas que não esconde um certo orgulho, que *andar... longe, eu não posso. Mas eu roço com o ferrinho. O médico diz que não é para eu trabalhar, carregar peso e também andar muito. Mas, assim, ao redor de casa, eu roço. Serviço de dentro de casa eu faço. Tiro leite...* A idéia de depender de outros para sobreviver parece ser uma ameaça, para quem sempre pautou sua vida no trabalho da roça. Assim, ela procura manter um ritmo diário de atividades. Em decorrência de sua doença (osteoporose), D. Rosa tem dificuldade para se locomover, o que a impede de manter hábitos públicos, como a visita a alguns vizinhos com os quais mantém uma relação de solidariedade.

Professa a religião luterana e participava dos cultos dominicais, indo até um templo situado no centro da cidade de Guaramirim, distante cerca de 9 km da sua residência. Todo o percurso era feito a pé. Hoje, porém, dado o seu estado físico, somente sua filha é quem frequenta os cultos.

FIGURA 3 – DONA CHICA



NOTA: Este quadro foi pintado por um retratista, e representa Dona Chica, à direita, sem lenço na cabeça, a mãe está ao centro e a sua irmã Luiza, à esquerda.

FIGURA 4 – DONA ROSA





## D. Mariquinha

Eu ajudei muito, mas aí eles não viram que eu era negra!  
(D. Mariquinha)

Maria da Silva Rodrigues (Figura 5) é filha de Luiz Bom da Silva e Maria Julia da Silva, naturais de Itajaí. D. Mariquinha nasceu em 05 de maio de 1930, na localidade de Itapocuzinho, no antigo distrito de Bananal. Foi a segunda numa família de nove irmãos.<sup>56</sup> Sua família morou na localidade de Schröder, onde, lembra-se, o italiano e o alemão eram os idiomas da maioria dos moradores locais. Dessa época, ela guarda recordações pouco afetivas dos seus vizinhos. *Eram muito racistas! Chamavam a gente de negro e debochavam.*

Depois de algum tempo, a família mudou-se para a localidade de Putanga, uma região na divisa entre os atuais município de Guaramirim e Massaranduba, onde compraram uma propriedade no projeto de assentamento de colonos do Núcleo Rio Branco<sup>57</sup>. Das lembranças relativas a esta localidade ela frisou muito a situação de isolamento em que sua família vivia, dada a pequena densidade demográfica do local. Outra marca de suas lembranças são as dificuldades enfrentadas pelos colonos em decorrência das enchentes, que causavam muitas perdas nas plantações de arroz.

Um relato interessante é a descrição da antiga a casa da família que, inicialmente, era feita de ripas de palmeira e coberta de palha. Essa estrutura resultava em sérios problemas, principalmente quando ocorria tempestade de granizo. Frente a isso, protegiam alguns locais da casa com folhas de zinco ou tábuas de madeira, dispostas acima da cobertura de palha. Posteriormente, quando ela tinha 13 anos de idade, a família construiu uma casa de madeira mais confortável.

Em Putanga, aos sete anos de idade, ela já trabalhava na casa de uma família de poloneses de sobrenome Sindesky. Eram vizinhos que, apesar de manterem uma

---

<sup>56</sup> RODRIGUES, Maria da Silva. *Entrevista*. Guaramirim, 31 de mar. de 2001.

<sup>57</sup> Sobre o núcleo Rio Branco, ver: EMMENDÖRFER FILHO. *Op. Cit.*, p.79-88.

empregada, *eram pobres* como a maioria das famílias do lugar. Sua rotina diária, durante a infância, era ir à escola pela manhã e, à tarde, ao trabalho.

Suas lembranças são marcadas pela pobreza, pelas dificuldades e pelo intenso trabalho, mas também pelo respeito e pela educação centrada no núcleo familiar. A família era o espaço onde se preparavam para o convívio social, que se iniciava na escola. Para ela, atualmente, algumas coisas atrapalham essa seqüência, destacando a televisão, o rádio e os direitos da criança, à medida que, conforme seu entendimento, estes dificultam a educação das crianças. Essa afirmação decorre de sua experiência de mais ou menos 20 anos como merendeira numa escola, na localidade de Pedreira.

Em contraposição à forma como atualmente as relações se dão, ela frisou como aconteciam os namoros no seu tempo:

*Mas o namoro, o nosso namoro era diferente de agora. Uma moça não podia ir ao baile sozinha com o namorado. Não, não deixavam! O pai com a mãe não deixavam. E assim, o pai ou a mãe ia levar a moça para o baile, com o namorado. Podia ir, podia namorar mas, era um ali, outro ali. E isso antigamente não existia tanto esse negócio de moça grávida, de modo que não tinha esse problema de agora, que eles se beijam muito e isso vem disso. E antigamente não tinha esse problema. Casava a moça virgem. Casava uma moça que Deus o livre! Não é que nem agora, agora é um perigo! Qualquer menina...! Deus o livre, não dá!*

Apesar da seriedade que aparentemente atingia a todos os relacionamentos, ela admitiu haver casos em que os namorados fugiam, para depois casarem.

A lembrança de seu pai distingue-se de forma especial dos demais membros da família, principalmente pelas caçadas de veados, que eram marcadas pelo medo de onças. As histórias de antigamente, contadas pelo pai, eram sobre caçadas de senhores que se embrenhavam na Mata Atlântica com os escravos, os quais, segundo ela, eram preferidos pelas onças, por terem o sangue mais adocicado do que o branco ... *E dizem que o branco elas nunca pegavam, mas, elas gostavam do preto que dizem ter sangue mais doce. Assim eles inventavam! E daí pegou mesmo! Pegou o preto, mas foi uma gritadeira! Então eles mataram a onça. (risos)*

Ela conheceu o seu marido, Sr. João, lavando roupas para ele. Ele é branco e o casamento foi difícil por causa disto. A família dele não aceitava. Ela também,

inicialmente, não aceitava a idéia de se casar com um branco. Do seu casamento resultaram 10 filhos, todos adotivos.

D. Mariquinha é muito conhecida na região pelos benzimentos que realiza. Desde pequena foi incentivada pelo pai e pela comunidade. Para ela, é um dom de Deus. Informa que a bisavó também fazia benzimentos. Ela esclarece que é devota de Deus, primeiramente. Nossa Senhora Aparecida, Caravaggio, São Jorge e Nosso Senhor Bom Jesus também são santos de sua devoção.

Em relação à vida política do país, D. Mariquinha externou uma profunda indignação com as fraudes, os roubos e a desigualdade social do país. O presidente que ela mais gostou foi Getúlio Vargas. Ela sempre o escutava pelo rádio. *No tempo dele, as coisas eram mais baratas. Com Juscelino, as coisas começaram a aumentar de preço e Collor estragou tudo.*

#### D. Irma

Eu pra mim tanto faz Bananal ou Guaramirim.  
(D. Irma)

Sentada em uma cadeira de palha, na varanda de sua casa, somente acompanhada de um cachorro, o Topi, Irma Stein nos recebeu para a entrevista. (Figura 6). Durante nossa conversa, D. Irma, nascida em 17 de abril de 1906, revelou um profundo desejo de chegar aos cem anos e uma saudade imensa do passado.<sup>58</sup> A entrevista foi realizada em 07 de abril de 2001, 10 dias antes da comemoração do seu aniversário de 95 anos, o qual ela aguardava ansiosamente. Para ela, a data do aniversário é uma forma de reunir a família em torno de si e compartilhar suas lembranças.

O pai tinha o sobrenome Stein. A mãe, com sobrenome de solteira Egerth, morreu relativamente cedo, quando ela tinha mais ou menos 7 anos de idade. D. Irma lembrou-se que os pais casaram-se em Guarani, no município de Massaranduba, onde não tinha escola. Depois, mudaram-se para a localidade de Rio Branco, no antigo

---

<sup>58</sup> STEIN, Irma. **Entrevista**. Guaramirim, 07 de abr. de 2001.

distrito de Bananal. Lembrou que quando veio um professor da Alemanha, ela e seus irmãos já sabiam ler, em virtude de que o pai os ensinava em alemão e, por isso, eram mais adiantados em relação aos colegas. Seu pai sabia falar em alemão somente. Esclareceu que tanto ela como seus irmãos sabiam, também, falar em português. Frequentaram um escola em Jacu-Açu.

Após a morte de sua mãe, seu pai casou-se com uma mulher chamada Redigardt. Os filhos, porém, preferiam que ele tivesse se casado com Alvina, que sempre acompanhou a família. Por volta dos 25 anos de idade, D. Irma saiu para trabalhar em casas de família, indo a Jaraguá do Sul, Joinville e, por último, Curitiba/PR, onde conheceu o marido, Sr. Santi Lunardini.

Quando D. Irma tinha 40 anos de idade, a madrasta Redigardt faleceu. Em decorrência, seu pai teve sérios problemas e foi internado no Hospício Schröder, em Joinville. Nessa instituição não ficou por muito tempo, pois fugiu. Dada a situação, D. Irma teve que voltar para cuidar da família e, com isso, o homem que viria a ser seu marido também veio. O Sr. Santi Lunardini foi apresentado por ela como sendo um homem muito sabido. Em determinada situação, conforme a entrevistada, ele livrou a família de ser lograda por um vizinho na demarcação das terras.

*Santi, Santi Lunardini, ele era italiano. Eu não era casada, vivi com ele lá e aqui ficamos assim. Depois, ele morreu aqui. Agora, seu Santi foi um ótimo homem. Ele sabia muita coisa. Nós tínhamos um vizinho, um tal de Jacob que tinha comprado, parece, um pedaço de terra do pai. O Jacob quis tirar não sei quanto, e o seu Santi disse: aqui não se mede assim, mede-se assim. Assim não se faz, assim não. Aquele homem chorava de raiva! Queria nos lograr!*

Apesar de não terem se casado oficialmente, nem a família nem a comunidade, conforme ela, viam problema nisto.

Posteriormente, ela e o marido mudaram-se para a localidade de Rio Branco, onde tinham comércio, cancha de bocha, engenho de beneficiamento de arroz e caminhões, usados, principalmente, para o transporte do arroz aos grandes centros consumidores: Rio de Janeiro e São Paulo. O nome do comércio era “Santi-Lunardini” e vendia de tudo para os colonos.

Com orgulho disfarçado, lembrou de um momento crucial de sua relação com o marido. Foi quando este recebeu um convite do irmão dele para voltar à Itália. *O irmão veio e queria levar ele junto para a Itália. Queria me levar junto, também! Aí eu disse: "Seu Santi, se quiser ir para a Itália vai, pois eu não vou! Eu tenho os meus irmãos todos aqui e também não posso sair."* Também ele não foi. Morreu aqui.

O Sr. Santi Lunardini faleceu por volta de 1990. Em decorrência de seu falecimento, o comércio foi fechado. D. Irma guarda, num rancho, atrás da casa, toda a documentação da empresa. Destes documentos, o principal era o livro de fiado, com valores que ela ainda espera receber dos devedores. Por isso, ela não permitiu acesso ao livro.

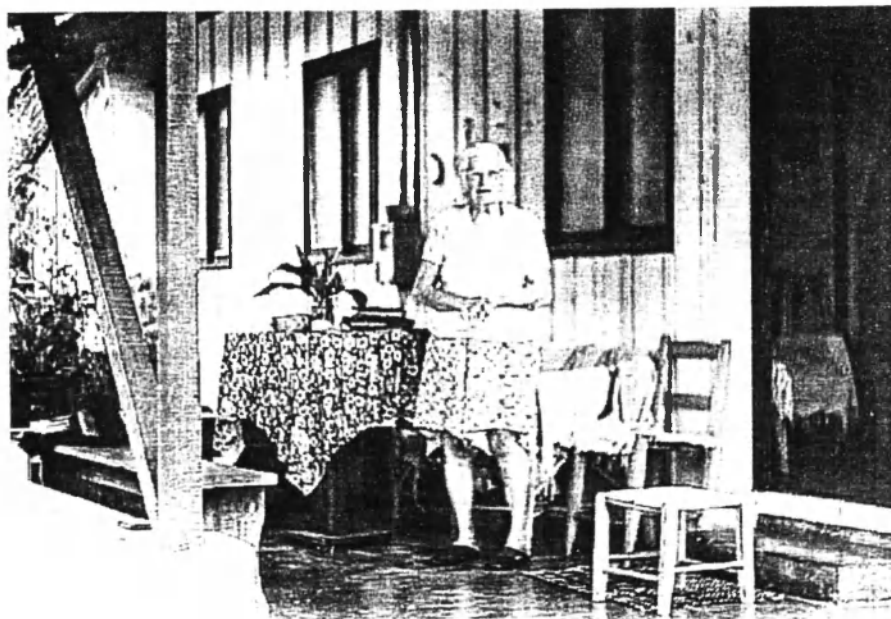
Ela frequenta a igreja evangélica luterana quando a família a leva. Mas reza o terço católico, possivelmente em decorrência da religião professada pelo Sr. Santi Lunardini. Pode ser também uma forma de se aproximar das pessoas da comunidade.

Atualmente, D. Irma está aposentada e conta com os serviços de uma mulher durante a semana. Nos finais de semana, uma sobrinha passa a noite de sábado com ela, com quem reza o terço e, segundo ela, conversam bastante.

FIGURA 5 – DONA MARIQUINHA



FIGURA 6 – DONA IRMA STEIN



Sr. Fernandes

Naquele tempo nós tínhamos violão, cavaquinho, pandeiro. Nós misturávamos tudo e íamos ao baile cantando pela estrada afora. Chegava lá no baile, a gente dançava. Ia lá pro baile do Eleotério!

(Sr. Fernandes)

Fernandes Laudelino Cândido (Figura 7) nasceu em Piçarras/SC, em 14 de dezembro de 1921. Piçarras é uma cidade à beira-mar e, da infância passada nesse local, ele lembra que era esperto e ágil, devido às brincadeiras que ele denomina de capoeiragem, jogada na areia da praia.

Mudou-se para o distrito de Bananal com a família quando tinha aproximadamente 18 anos de idade, fixando-se na localidade de Santa Luzia. Ficaram lá por cerca de um ano. Sua família retornou a Piçarras e ele ficou trabalhando com o *senhor Bonifácio, dos Bentos*<sup>59</sup>.

O Sr. Fernandes, ao ser questionado sobre como era Bananal na época de sua chegada ao distrito, em 1939, disse: *era a estação ferroviária, o comércio da velha Limberg, do Kinas*<sup>60</sup>, *o Banco INCO*<sup>61</sup> *e o Hotel Butschardt*. Para ele, a idéia do distrito parece estar mais vinculada às questões administrativas municipais do que a um espaço referencial.

Casou-se com dona Isaura Cândido da Silva, com quem teve quatro filhos.

*na hora de casar.... fomos confessar com o padre Acho que era o padre João... Era o padre João, se eu não me engano. Meu Deus! Minha mulher confessou-se, ela era mais religiosa do que eu. Depois eu fui lá. O padre me mandou ajoelhar. Ajoelhei e.: '- me conte os pecados!' Ai., agora.... a gente faz tanta coisa que, eu disse: Olha, seu vigário, eu nunca matei e nem roubei. O resto eu fiz de tudo! O homem ficou bravo comigo! (risos). Ah! Esse homem ficou tiririca comigo! 'Ah, mas então não vou dar o sacramento para ti, que eu não sei o quê...' Eu disse: Para mim tanto faz. Não posso contar mais nada. Só não matei e não roubei... o resto eu fiz de tudo e eu fazia um pouco né! Ai, depois ele aceitou... De certo aceitou porque... (risos) Ai ele deu o sacramento, aí fez o casamento (risos)!*

<sup>59</sup> CANDIDO, Fernandes Laudelino. **Entrevista**. Guaramirim, 07 de abr. de 2002.

<sup>60</sup> O comércio Kinas, além da venda, *possuía ataçona, serraria e alambique*.

<sup>61</sup> Antigo Banco da Indústria e Comércio de Santa Catarina.

Depois de casado, o Sr. Fernandes construiu e morou em uma casa no terreno do sogro, Sr. Manoel Maximiano Narciso. Esse terreno localizava-se na Estrada do Sul. Posteriormente, seu sogro vendeu esse lote e adquiriu outro, propriedade de um turco, *o velho Tobias*, que possuía uma casa de alvenaria. Essa casa foi desmanchada para se construir uma outra em seu lugar, em madeira, que pertenceu ao Sr. Maximiano.

Trabalhou em diversos locais. Aliás, suas lembranças são marcadas, sobretudo pelas relações de trabalho. Trabalhou numa mina de ferro<sup>62</sup>, com colonos de toda a região e na Rede Ferroviária Federal, na manutenção e na extração e venda de lenha para as locomotivas a vapor. Seu último emprego foi no Departamento Estadual de Estradas de Rodagem. Apesar de morar no meio rural, a terra disponível não era o suficiente para o sustento de todo o grupo familiar, por isso a venda de sua força de trabalho era necessária para garantir a sobrevivência de sua família.

Sr. Fernandes explicou que só foi ter documentos de identidade após o casamento, isso porque foi solicitado pela Rede Ferroviária Federal, onde trabalhava, em Mafra/SC, na equipe de reforço de pontes.

*E aí, então, fui lá para baixo, para Piçarras. Naquele tempo, era tudo a pé.... Ah! Eu saía de manhã, tipo umas 4 horas da madrugada e, ao chegar umas 11 horas já estava lá. Eu perguntei para o meu pai: A certidão? Naquele tempo eles usavam um canudo comprido assim, para guardar os documentos. Ele disse: Não, tá aí, tá aí, tá aí! Então, eu nem liguei. Quando foi na hora "H", fomos lá, reviramos tudo e não encontramos nada. Então eu disse: agora, o que é que eu vou fazer? Ele disse: Tu vais lá na tua madrinha. Eu já era batizado. Aí eu fui à madrinha que morava em Itajai/SC. E eu fui para lá, tudo a pé. Cheguei lá, era meio dia, e fomos na Paróquia. Perguntei à secretária do padre o que ele estava fazendo? Ela explicou que ele estava fazendo a oração porque era meio dia. Cada um tem a sua penitência. Depois que ele terminou foi me atender. Aí acertamos o negócio e ele foi lá para dentro e trouxe o batistério. Paguei 10\$000, naquela época. Voltei a Penha e, aí que fui fazer o meu registro. Então, eu voltei para Bananal trazendo o registro. Casei no civil aqui e, depois eu fui para cima, outra vez, trabalhar. Trabalhei um ano e 6 meses, em Mafra/SC.*

Da convivência com seu sogro e cunhados, lembrou-se que formavam um grupo bastante unido. Um dos momentos mais alegres desta relação ocorria quando o grupo

---

<sup>62</sup> Esta mina localizava-se na divisa de Guaramirim com Joinville, após a localidade de Brüderthal.



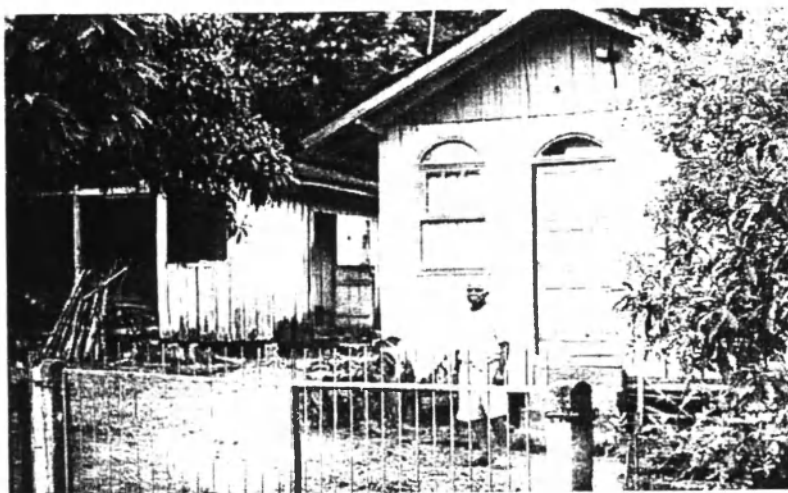
se reunia para festejar: *Naquele tempo nós tínhamos violão, cavaquinho, pandeiro. Nós misturávamos tudo e, íamos ao baile cantando pela estrada afora. Chegava lá no baile, a gente dançava. Ia lá pro baile do Eleotério!* Também se reuniam para se defenderem em situação de conflitos, bem como para se ajudarem mutuamente no trabalho.

Sua antiga residência está em ruínas, conforme mostra a Figura 8. Mora atualmente onde antes funcionava a Igreja Sabatista Glória Vindoura, que fora construída sobre o seu terreno. Ele lembra que foi católico, porém, hoje, pertence a essa religião. Seu sobrinho é o pastor e o entrevistado cuida do novo templo, construído em terreno de sua propriedade. Faz pequenos serviços de jardinagem e manutenção. A mudança de religião foi em decorrência de incentivos da mulher. *Primeiro foi a mulher, né! A mulher começou a frequentar e ela sempre convidava e eu dizia: “Eu não vou, não! Tu vai e eu não vou!” A cada ir ela me dizia: “vamos lá, vamos lá,” porque eu não sei o quê... A gente acompanhou ... aí eu disse: “então eu vou”, e comecei a ir... Gostei e fiquei.*

FIGURA 7 – SR. FERNANDES



FIGURA 8 – SR. FERNANDES EM FRENTE DE SUA ATUAL RESIDÊNCIA



NOTA: Ao fundo as ruínas de sua casa anterior.

## D. Maria Unlauf

Aquele tempo que era bom  
(Maria Unlauf)

Em 07 de abril de 2002, cerca de 19h, D. Maria Unlauf, aos 92 anos de idade, recebeu-nos em sua casa. (Figura 9). A entrevista foi marcada por três temas principais: trabalho, solidão e saudosismo. No primeiro momento, em que o gravador ficou ligado, suas lembranças trataram do quanto foi dura e penosa sua vida de esposa, mãe e mulher.

D. Maria é natural do Município de Luiz Alves/SC, de onde se mudou para Garuva/SC, com os pais. Foi lá que conheceu o homem que veio a ser o seu marido, Antônio Unlauf. Ela confessou que não gostava muito dele, porém, era do agrado dos seus pais. Casou-se com 17 anos; *nova*, segundo ela. O marido tinha 23 anos de idade. Estranhou a convivência com a família do marido, pois *falavam tudo em alemão*. A mãe dele só falava em alemão, *a mãe até era da Europa*.<sup>63</sup> Segundo a entrevistada, entre ela e a sogra era só atrapalho, devido aos diferentes idiomas que falavam. Do casamento resultaram dois filhos. Um deles já falecido.

Após o casamento, mudaram-se para o terreno onde, até hoje, mora: no Bairro Avaí, na entrada para o Bairro Caixa D' Água. Inicialmente, porém, em uma outra casa, em local um pouco distante (cerca de uns 500 m) da atual residência. Ela lembra que assim que chegou, o lugar era mato. Com o passar do tempo, a paisagem foi sendo paulatinamente ocupada.

Sempre foi agricultora e, como a maioria das mulheres nesta condição, além do trabalho na roça, era responsável pelas coisas da casa e pelos cuidados da família e dos animais. *Trabalhava, trabalhava. Para mim..., eu não escolhia serviço, era pesado, era tudo... Cortar cana, fechar cana, carregar feixe de cana, carregar lenha, carregar tudo, tudo nas costas. Trabalhei muito neste morro. Meu Deus do Céu!*

---

<sup>63</sup> UNLAUF, Maria. **Entrevista**. Guaramirim. 07 abr. 2002.

Seu marido era protestante, porém o casamento dos dois ocorreu na Igreja Católica. Tempos depois, o marido passou a freqüentar a Igreja Católica, inclusive ajudando a ampliar a Matriz de Guaramirim, bem como o cemitério municipal. Mais tarde, com a mudança do pároco, ele não quis mais participar. *O Padre Mathias foi ruim, e ele se afastou tanto da Igreja Católica quanto da Protestante.* De acordo com D. Maria Unlauf, este padre cobrava prendas e dízimos muito altos. Em que pese a aludida postura truculenta do padre, ela recorda que discutia com ele. Ele cobrava, sobretudo, o fato de o filho dela ter casado na Igreja Protestante

*Ele brigava comigo por causa disso: "É porque tu carrega muito pecado contigo! Tu tens muito pecado porque tu deixaste teu filho casar com protestante!" Eu dizia: "Padre, ele queria casar, ele queria!" "Mas não era pra deixar! Não era pra deixar!" Nós brigávamos assim. Discutíamos, nós dois. Mas, às vezes, ele ia para o Poço Grande dar missa lá, eu ia com ele e aproveitava visitar a minha filha que morava lá. Eu pedia carona e ele dava. Nós iam conversando sobre tudo. Mas sempre brigávamos, sempre brigávamos por causa do casamento do meu filho.*

D. Maria é viúva e vive sozinha em sua casa. Sua neta, que a auxilia nas tarefas cotidianas, é sua vizinha. É uma proximidade bastante confortante visto que, segundo ela, a solidão sempre a acompanhou. D. Maria possui muito medo de ficar sozinha. Ela fica sempre em casa por causa de problemas com a sua saúde que, sobretudo, dificultam em muito sua locomoção. Extremamente católica, sente muito não poder mais freqüentar a igreja, como fazia anteriormente. Hoje, ela acompanha tudo pelo rádio e pela televisão.

Sr. Walter

Dezenove. meia. sete. era o meu número...  
(Walter Adam)

Numa manhã de domingo, na varanda de sua casa estilo enxaimel, situada na Estrada Brüderthal, o Sr. Walter Adam aguardava-nos para ser entrevistado.(Figura 10). Em sua mão, um papel com anotações acerca da história de sua família e da comunidade protestante da qual faz parte.

Ele posicionou-se, inicialmente, como o porta-voz do grupo comunitário do qual ele é um dos membros mais antigos, sendo, inclusive, um dos diretores da Igreja dos Imigrantes. Aos poucos, porém, a oficialidade do discurso foi sendo substituída pela narrativa amistosa de suas vivências.

Filho de José Adam Júnior e de Paulina Ernestina Maria Nickel Adam, vinha de uma família de quatro filhos. Nascido em 09 de julho de 1925, estudou até o 4º ano primário na escola da comunidade, mantida pelo governo do Estado de Santa Catarina. O ensino era feito em português, sempre no período matutino. Porém, nas terças e sextas-feiras, no período vespertino, eram ministradas aulas de ensino religioso, em alemão, pelo pastor da comunidade: *A gente voltava para casa, almoçava, voltava lá outra vez para freqüentar depois a escola alemã. Terça-feira e sexta-feira, à tarde. A doutrina alemã, a doutrina religiosa, que era só parte de religião. De hinos, bíblia, catecismo e Pequena Harpa, mas tudo em alemão. Tudo em alemão, porque eu leio alemão e escrevo alemão.*<sup>64</sup>

Em casa, o Sr. Walter primeiro aprendeu a falar em alemão para, posteriormente, aprender o português, com a comunidade de brasileiros com a qual tinha convivência, principalmente na escola. Lembrou, também, que o seu pai trabalhou na Rede Ferroviária, onde só se falava o português, o que possibilitou aprendizagem desta língua dentro do núcleo familiar.

Com a idade de 21 anos serviu o exército, sendo recrutado para o Batalhão de Guarda, por um ano, na Capital Federal, Rio de Janeiro. Esse batalhão, conforme ele, era o responsável pela segurança nas instituições públicas do Rio de Janeiro, inclusive no Hospital do Exército que, no período (1946), atendia os soldados feridos da 2ª Guerra Mundial. *Dezenove, meia, sete*, era o seu número no quartel. Era sempre identificado por ele, quando chamado pelos superiores.

Dois anos depois regressou do Rio de Janeiro e casou-se. Porém, não tem descendentes. *E a gente se encontrou naquele salão do Grüba, lá em baixo no salão da Caixa D'Água, no salão do Grüba, velho Henrique Grüba, é o salão, ali a gente se encontrou. Mas a gente se conheceu porque eles eram membros da nossa igreja. A*

*gente se conheceu, assim, de festa, e assim foi indo. A gente namorando, namorei dois anos e pouco, depois casei, mas esperei passar o batalhão primeiro.*

Por diversas vezes lamentou a situação em que a comunidade se encontra. Para ele, ela está em franca decadência, tanto em termos econômicos, quanto em termos populacionais, especialmente a comunidade luterana, que teve um decréscimo no número de famílias registradas. Para o Sr. Walter, Brüderthal deixou de ser a principal paróquia da região de Guaramirim, com a transferência dela para a região central da cidade, há cerca de 30 anos. Economicamente, há algum tempo, havia empresas de beneficiamento de alimentos, de madeira e um comércio relativamente diversificado. Hoje, quase tudo faliu, levando a comunidade a se desintegrar.

A casa do Sr. Walter é bastante antiga e motivo de orgulho para ele. Ela foi erguida em 1909. Suas treliças de madeira são todas numeradas, permitindo os encaixes perfeitos dos sarrafos, que depois foram preenchidos por tijolos. Ele atribui a ela um valor histórico, *porque uma casa dessa não pode ser desmontada por lei.*

Atualmente, ele planta alguma lavoura para sua subsistência: milho, arroz, aipim, cará etc., porém a maior parte dos seus terrenos estão arrendados para o cultivo de arroz. Ele normalmente cobra 30% do arrendatário sobre cada safra, livre de qualquer ônus. Afora isto, ele é chamado pelos colonos da região para medicar animais, pois possui alguns conhecimentos veterinários.

---

<sup>64</sup> ADAM, Walter. **Entrevista**. Guaramirim, 14 abr. 2002.

FIGURA 9 – DONA MARIA UNLAUF



FIGURA 10 – SR. WALTER ADAM



Sr. Daniel

Porque o certo fica para a memória.  
(Daniel Graudin da Silva)

A frase em epígrafe, dita pelo Sr. Daniel Graudin da Silva, em 29 de abril de 2002, resume bem o teor do que foi a sua entrevista. (Figura 11). Funcionário público aposentado, trabalhou no serviço de patrulagem das ruas do Município de Guaramirim. Nascido em 06 de abril de 1935, em Blumenau, viveu em diversos locais: na localidade de Rio Branco do distrito de Bananal, Niterói/RJ, Itararé/MG, Mogi Mirim/SP, Florianópolis/SC, Rio de Janeiro/RJ, Itajaí/SC e, por último, em Guaramirim, no bairro Avai. Revelou-se profundamente frágil quando falou de suas vivências, de suas experiências de vida.<sup>65</sup>

Seu pai era natural de Itajaí/SC, e foi noviço em Rodeio/SC, ou Ascurra/SC. O entrevistado não soube precisar exatamente, qual a cidade, pois ambas possuem seminários católicos. Depois, seu pai foi ao Rio de Janeiro, onde sofreu de tuberculose.

*Ele contraiu uma tuberculose porque era muito jaguara! Andava só no meio de escola de samba, de carnaval e naquilo lá... ele não podia! E vivia lá, dormindo pelos cantos que nem gurizada, foi onde pegou uma tuberculose. Ele quase morreu. Ai eles vieram lá e sabe como são os crentes; tem esse negócio de orar e fazer essas rezas para os doentes, ai parece que ele ficou curado daquilo e voltou! Pegou esse navio aqui (apontando para a fotografia) pra vir para Santa Catarina. Essa é a história dele, do velho André.*

Sua mãe, hoje com 90 anos, é descendente de russos-letos, de sobrenome Graudin, que significa *grãozinho*, conforme o entrevistado. O Sr. Daniel narrou que os seus avós e bisavós maternos vieram da Rússia, da região de Nova Goroda. *Fugiram por causa do comunismo que se implantava*. O avô veio com 28 anos e a avó com 16 anos. Eram da Igreja Batista, que sofria perseguições no território russo, amplamente dominado pelos católicos ortodoxos. De 1895 a 1901, essas famílias migraram para a

---

<sup>65</sup> SILVA, Daniel Graudin. **Entrevista**. Guaramirim, 29 abr. 2002.



Alemanha, onde receberam nomes alemães. De lá emigraram para o Brasil, pois o Brasil não tinha tratado de imigração com a Rússia. Daí, conforme ele, *os russos não serem mencionados na história de Guaramirim*. Chegaram no Porto de São Francisco do Sul/SC e depois foram para Joinville/SC e de lá para a localidade de Itapocuzinho. Fundaram-se 5 *colônias* russas em Bananal: Figueirinha e Jacu-Açu, no núcleo colonial Rio Branco que, segundo o entrevistado, receberam também migrantes que fugiram da Guerra do Contestado e Schröder, Itapocuzinho e Bröderthal no distrito de Bananal.<sup>66</sup>

O Sr. Daniel explicou que o registro de famílias, na Rússia, era feito na Bíblia e que, devido às altas taxas cobradas neste país, os que moravam na fronteira iam se registrar na Polônia, onde não se cobravam taxas e o serviço militar era de um ano, contra três anos na Rússia. Porém, o nome era dado pelo estado polonês, tendo todos eles o sufixo “sky” ou “ski”.

Os russos que vieram a Guaramirim/SC depois migraram para Nova Odessa, Americana, Varta, Quatá (próximo a Bauru), no Estado de São Paulo. Ficaram apenas umas 15 famílias, algumas com os sobrenomes poloneses (Getnersky, Gnosky, Lechinsky, Bromosky). Todos seriam letos, que passaram pela Polônia.

O Sr. Daniel foi extremamente loquaz quando se dispôs a falar de sua família, dando um tom épico à narrativa, o que se repetiu quando discorria sobre a história do município de Guaramirim. O Sr. Daniel é tido como o “guardião da memória histórica do Município” e, por conta disso guarda, em sua casa, num cômodo específico, móveis, documentos, souvenirs, imagens, livros, compondo um pequeno gabinete de curiosidades submetido à sua lógica. O acesso é permitido a quem ele bem entende. Diante disso, ele é visto com respeito e é uma referência a todos os que se “aventuram” em conhecer a história local.

---

<sup>66</sup> Esta informação foi baseada em RONIS, Osvaldo. **Uma epopéia de fé: História dos Batistas Letos no Brasil**. Rio de Janeiro: Casa Publicadora Batista, 1974, p.141. Porém, há uma diferença em relação às localidades “entre Blumenau e Joinville, a partir de 1893, desenvolveram-se seis colônias de imigrantes letos, em sua grande maioria batistas. Foram elas: Alto Guarani, também conhecida como Massaranduba, Jacu-Açu, Linha Telegráfica, Bruedertal, também chamada Schroderstrasse, Ponta Comprida, mais tarde denominada “Núcleo Colonial Barão do Rio Branco” ou simplesmente Rio Branco e Terra de Zimmermann, hoje conhecida como Campina”.

Tanto seu “acervo” quanto a sua fala comungam do discurso oficial. Sua narrativa procurou encadear as sucessivas fases de ocupação do território até o momento atual. Seu discurso apresenta um “sentido para a História”, o sentido do progresso. Percebe-se, entretanto, um pequeno distanciamento dele para com o discurso oficial, à medida em que ele atribui aos colonos de religião Batista e aos da Assembléia de Deus um destaque dentro do suposto progresso, desagradando à elite local, muito ligada ao catolicismo e ao luteranismo. Apesar disso, ele tornou-se uma pessoa bastante influente, recebendo inclusive o título de cidadão honorário de Guaramirim, dado pela Câmara de Vereadores. Ele se vê como o herdeiro, o resultado da confluência da Igreja Batista, Assembléia de Deus, Presbiteriana e Católica e, portanto, teria a legitimidade em falar sobre *o que é certo e o que é mito*, o que deve ser lembrado e, conseqüentemente, o que deve ser esquecido.<sup>67</sup>

Ele declarou-se participante da Igreja Assembléia de Deus, a mesma de seu pai. Vive atualmente com a esposa e a mãe, esta ainda é da Igreja Batista. Segundo ele, seus pais se separaram devido às diferenças religiosas.

O acervo de seu gabinete é dividido numa parte político-administrativa e em outra religiosa. Possui documentos originais (fotos, certidões, escrituras, mapas, plantas, móveis, bíblias antigas etc.) Em suma, seu discurso revela que Guaramirim é uma cidade moderna, graças ao pioneirismo dos colonos que nela vieram morar primeiro. Em todas as comemorações oficiais do município, o Sr. Daniel procura participar, montando pequenas exposições com o seu acervo. Manifestou um profundo desejo de organizar um museu municipal, mas acha que poderá ser excluído deste empreendimento em decorrência da sua formação escolar, pois estudou até a 4ª série do ensino fundamental.

---

<sup>67</sup> É interessante confrontar o discurso oficialmente produzido a respeito da História de Guaramirim, com o depoimento do Sr. Daniel Graudin da Silva, percebendo as sintonias e o distanciamento entre eles. Ver especialmente: SILVA, Emilio. *Jaraguá do Sul*. Jaraguá do Sul: s.ed., 1975; SILVEIRA JÚNIOR, Norberto Cândido. *Memórias de um menino pobre*. Florianópolis: Lunardelli, 1977 e EMENDÓERFER FILHO.

## D. Maria Juliana

Lembro-me como se fosse hoje: aqui não tinha ninguém!  
Agora, vai ver. Está tudo cheio!  
(D. Maria Juliana)

D. Maria Juliana Martins foi entrevistada em 28 de julho de 2002, no bairro Imigrantes, em Guaramirim/SC.(Figura 12). Filha de José Francisco Kasprich e de Juliana Yaguewa Kasprich. Ele veio com seis anos de idade da Polônia e sua mãe foi descendente direta de pais poloneses. D. Maria Juliana enfocou bastante a história do seu grupo familiar, sendo que a narrativa da chegada de seus ascendentes é uma construção imaginária, recebida de herança daqueles que experimentaram emigrar: no caso, o seu próprio pai e a avó materna, com a qual a entrevistada conviveu até a sua juventude.

*A minha avó veio da Polônia e trouxe 2 nenéns. Eles viajaram não sei quantos dias, acho que eram três meses ou uma coisa assim. E um dos nenéns deu aquele negócio da febre amarela e morreu no navio. Eles eram tão sem recursos! Hoje em dia tem tudo. Antigamente não. E ela..., coitada! Dizem que a minha avó falou: “Não quero dizer para ninguém que essa criança faleceu”. Ela ficou apavorada! Mas aí foram e foram até que descobriram, porque tem aquele boto que andava querendo virar esse naviozinho, onde eles viajavam e aí, precisaram jogá-lo no mar. Eu tenho um tio jogado no mar. Então adoeceu, também, o último neném que ela tinha. Coitadinha! Aí dizem que ela tapou e deixou. Deixou e dizem que fez de conta que estava amamentando, mas quando chegou bem na margem..., eu não sei onde é que eles ficaram. Não sei se era em São Francisco..., não sei porque eu já esqueci tudo isso. Aquele, também, faleceu. Mas deu tempo de desembarcar e, eles enterraram na beirada do cais... Ficou meio complicado. Depois fizeram o resto da família aqui. Mas minha mãe nasceu aqui. Eu não sei direito onde é que eles instalaram-se. Para mim, o meu pai foi para as bandas de Massaranduba, por ali. Depois ele achou a mamãe, casaram-se e, ficaram ali, porque a mamãe não era da Polônia não.*

A narrativa da entrevistada a respeito da instalação dos colonos de origem polonesa na região faz sentido, pois em Massaranduba/SC havia um núcleo colonial

constituído principalmente por poloneses e alemães.<sup>68</sup> Seus pais casaram-se e mudaram-se para o distrito de Bananal, onde a entrevistada nasceu, na localidade Duas Mamas. Nasceu em 01 de março de 1932, em uma família de 7 irmãos, dos quais, atualmente, somente 3 estão vivos.

No ano de 1939, sua família mudou-se para a localidade de Caixa D'Água, antiga Rio da Prata, pois compraram um lote de terra de um *turco*. Ao cruzarmos a entrevista de D. Maria Juliana com a do Sr. Fernandes, percebemos que, provavelmente, o terreno da família dela pode ter sido o mesmo que, posteriormente, pertenceu ao sogro do Sr. Fernandes. O turco a que ela se referiu era o Sr. Bocos Feres Dequech, dono de uma extensa propriedade de terra, cerca de 300 ha, na referida localidade.

Depois, sua família mudou-se para a região central do distrito, na localidade de Bananal, em um morro isolado. Nestes tempos, sua família, além de continuar cultivando arroz na região da Caixa D'Água, mantinha nessa residência diversas criações de aves, suínos, bovinos, bem como um engenho de produção de melado de cana e aguardente. Esse alambique, conforme ela, *foi o estrago da vida, porque meu pai faleceu, devido, um tanto, a isso.*<sup>69</sup> Lembrou-se que, por conta de tantas atividades, o trabalho era incessante no núcleo familiar. *Trabalhava muito, porque nós plantávamos cana e trabalhávamos sozinhos. O meu pai não pagava ninguém. Ele se virava conosco.*

A mudança da família para a localidade de Bananal possibilitou que tanto ela quanto seus irmãos freqüentassem a escola; no caso, a Escola Almirante Tamandaré. D. Maria Juliana explicou que em sua família comunicavam-se em polonês. Sua mãe praticamente só falava nesse idioma. Só ao final de sua vida é que ela aprendeu a falar o português. Seu pai, em decorrência de uma vivência maior com os brasileiros, sabia falar um pouco o português. Sua avó, entretanto, falava somente em ucraniano e polonês. Assim, a entrevistada primeiro aprendeu a falar o idioma polonês em decorrência de seu intenso uso no grupo familiar e, posteriormente, com a vivência escolar, aprendeu o idioma português.

---

<sup>68</sup> PIAZZA, Walter F. **A colonização de Santa Catarina**. 3. ed. Florianópolis: Lunardelli, 1994.

<sup>69</sup> MARTINS, Maria Juliana. **Entrevista**. Guaramirim, 28 de jul. de 2002.

Casou-se com Getúlio Martins, um ferroviário, natural do planalto nortecatarinense, que trabalhava em equipes que faziam a manutenção da estrada de ferro. No início, o namoro causou desgosto no seio da família. Sua avó referia-se a ele como sendo o *diabinho preto*. Porém, com o tempo, criaram-se laços entre todos e ele passou a ser aceito pela família. Estão casados há 49 anos e, de início, precisaram viver nas terras do pai da entrevistada, numa casa à parte. Posteriormente, em função de a Rede Ferroviária Federal oferecer moradia, eles foram morar numa casa da ferrovia para, finalmente, adquirirem a propriedade onde atualmente moram. Tiveram três filhos, uma mulher e dois homens (gêmeos).

Sua fala destacada na epígrafe explica uma constatação que a entrevistada teve ao fazer o balanço de sua vida e da localidade em que vive. O crescimento da cidade causa espanto e mede, sobretudo, o alcance de suas lembranças. Por outro lado, o tempo passado causa angústia pelo fato de muitas lembranças mostrarem-se num instantâneo e esvaírem-se em segundos. *Também não sei porque eu já esqueci tudo isso.*

D. Maria Juliana relatou que, por ter vindo de uma família de católicos, até hoje mantém-se nessa religião. Com vários problemas de saúde, vive numa casa bem cuidada, cultivando muitas plantas, sendo a principal o antúrio. Tem como vizinho um dos filhos, encarregado de cuidar dela e do marido, especialmente quando estiverem mais velhos. Em suma, ela manifestou ter uma vida tranqüila, sendo que os principais lazeres são a ida à igreja e o encontro com os casais de terceira idade.

FIGURA 11- SR DANIEL



NOTA: Ao fundo visualiza-se o seu "quarto de memórias".

FIGURA 12 - DONA MARIA JULIANA



## Casal Leitzky (Sr. Adolfo e D. Irmigard)

Pé na vida e fé em Deus  
(Sr. Adolfo)

O Sr. Adolfo Leitzky nasceu na localidade de Itapocuzinho, em 03 de março de 1928. Aos cinco anos, a família mudou-se para a localidade de Campina, Município de Massaranduba/SC. Seu pai, Ricardo Leitzky, era um comerciante, enérgico, bravo com a família e, dado a aventuras extras-conjugais. A mãe, Paula Krause Leitzky, além de suportar uma situação desfavorável, compensava a situação com afeto e carinho. Esta relação de cumplicidade fez com que o entrevistado lembrasse das defesas feitas por ele em favor de sua mãe, sendo que o relato apresentou uma forte dose de emoção. Em especial, narrou uma briga que teve com o pai, aos 17 anos de idade. Depois de suposta reconciliação, o pai o perseguia para vingar-se. Nesta situação, ele resolveu sair de casa. *Mas aí meu irmão mais velho, o segundo mais velho, falou para eu voltar para casa outra vez. Aí eu fui. Pedi desculpas, pedi perdão e disse que eu ia respeitar as ordens do pai. Então ele começou a trair..., ele ia me pegar por trás e, quando percebi disse para a mãe: “Mãe, eu boto pé no mundo e fé em Deus. Para a casa nunca mais”.*<sup>70</sup>

Teve 14 irmãos, dos quais, 1 natimorto e outra morta aos 13 anos de idade. Os irmãos homens, 8 no total, com exceção de 1, saíram todos de casa, inclusive o entrevistado, por problemas com o pai.

A experiência do Sr. Adolfo em relação ao ambiente escolar é bastante significativa, à medida que ele cursou algumas séries na escola alemã, completando até a terceira série primária do ensino fundamental, na escola brasileira.

*A primeira escola onde eu fui era escola de origem alemã. O nome da escola eu até nem sei. Eu acho que nem nome tinha. O professor era um alemão da Alemanha, de*

---

<sup>70</sup> LEITZKY, Adolfo; Irmigard Bublitz. **Entrevista**. Guaramirim, 29 de jul. de 2002.

*sobrenome Gabriel. Eu acho que era Alfredo Gabriel. E o que eu aprendi na escola, eu aprendi lá naquela escola. E depois eu ainda fui uns dois anos na escola brasileira, mas as contas, ainda hoje, eu faço em alemão. A tabuada pode me perguntar em alemão. Até a de quinze eu respondo na hora. Tudo em alemão. Em brasileiro eu também sei, mas é mais demorado.*

Sua esposa, D. Irmigard Bublitz Leitzky, também participou da entrevista. Na verdade, foi ela que intercedeu junto ao Sr. Adolfo a fim de que ele se dispusesse a falar. Sua presença foi muito enriquecedora e a narrativa foi quase o testemunho de um casal que estão juntos há cerca de 51 anos. Um serviu de apoio à memória do outro. Ela nasceu na localidade de Ponta Comprida, em 22 de julho de 1927. Aos 14 anos foi para Massaranduba, com o objetivo de estudar a catequese protestante, por cerca de um ano e meio, hospedando-se na casa do avô. A catequese era ministrada em alemão.

Tanto os pais dele quanto os dela separaram-se antes dos entrevistados casarem-se. Segundo D. Irmigard, era bem difícil a condição de filhos de pais separados. Por esse motivo eram discriminados publicamente. *O pessoal mostrava o dedo assim. É! Era muito pesado isso.*

Ambos são protestantes e suas vidas estão muito ligadas aos valores religiosos.(Figura 13). O grande balanço da vida de casado feito pelo Sr. Adolfo baseou-se em princípios cristãos:

*O que normalmente acontece é que os homens pulam a cerca e saem fora, e eu felizmente, o juramento da igreja eu não quebrei e não quebrarei. Isso não aconteceu e não acontecerá. Por isso eu acho que o meu pai era muito mulherengo e eu sai de casa dizendo pra mãe: Pé no mundo e fé em Deus. E afirmo ainda hoje, que a minha sentença da primeira comunhão é: Não ter vergonha de Cristo, porque ele é poder e é salvação para todo aquele que crê. Isso é a minha defesa. Eu muitas vezes ainda tenho que bater o pé, ser rigoroso, enérgico para vencer a batalha.*

Sr. Adolfo e D. Irmgard têm quatro filhos homens. Três casaram-se com brasileiras e um com uma moça de origem alemã. Ambos demonstraram ter grande apegou aos netos. Três netas convivem diariamente com eles e são acompanhadas com muita preocupação, principalmente em relação aos estudos. O casal ensina aquilo que aprendeu e, com a finalidade de continuarem esse acompanhamento e de facilitar a



vida das netas. compraram uma enciclopédia, a partir da qual eles se informam e possibilitam às meninas desenvolverem os trabalhos escolares.

Sr. Machado

Mas quando eu saía fim de semana, pegava uma bicicleta, que vinha aqui, parece que abria um mundo.  
(José Tomaz Machado)

O Sr. José Tomaz Machado<sup>71</sup> nasceu em 13 de outubro de 1932, na localidade Encantado, hoje pertencente ao município de Araquari/SC.(Figura 14). É filho de Tomaz José Machado e Lídia Caetano Machado. Além dele, seus pais tiveram outros 15 filhos, sendo 7 homens e 9 mulheres. Seu pai era carpinteiro por profissão, sendo que o entrevistado, orgulhosamente, diz ter herdado a profissão do pai.

Estudou por 4 anos seguidos, porém, não sabe ler nem escrever: *eu comecei no primeiro ano e sai no primeiro!* Ele relata que a ida à escola foi bastante traumática, já que os castigos físicos eram comumente adotados na prática pedagógica. Lembrou-se de que, *naquela época, os alunos apanhavam do professor de sair pó do couro!*<sup>72</sup>

Sua família era *cabocla* e convivia intensamente com famílias de origem alemã. Frequentavam a mesma escola, onde a aula era dada em português. Chegou a namorar uma vizinha de origem alemã, porém o namoro não deu certo pelo fato de os pais dela não aprovarem o relacionamento.

Ao fazer um balanço de caráter religioso, o Sr. Machado observou que, normalmente, os de origem alemã eram protestantes, com algumas exceções de católicos. Os brasileiros adotavam esta última religião com maior frequência. Ele mesmo pronunciou-se como católico, assim como toda a sua família. É membro da paróquia São Pedro de Alcântara e participa ativamente das atividades da comunidade.

Quando perguntado a respeito de sua família, ele responde que a lembrança é somente de sofrimentos, pois quando ele tinha vinte anos de idade seu pai faleceu, e

<sup>71</sup> O Sr. Machado é tio do pesquisador.

<sup>72</sup> MACHADO, José Tomaz. **Entrevista**. Guaramirim, 05 de ago. de 2002.

ele e um irmão tiveram que sustentar, praticamente, todos os demais. *Ficamos eu e o meu mano, o mais velho, esse que faleceu, o Nana. E logo que ele casou, sobrou para quem? Fui trabalhando até encaminhar a todos, para poder começar a minha vida.*

Aos 25 anos, o Sr. Machado saiu de casa, por questões familiares, mudando-se para Joinville, onde trabalhou na Cervejaria Antartica, como carpinteiro, por dois anos e meio. Essa experiência, contudo, foi muito difícil. Não conseguiu adaptar-se à cidade e ao ritmo de vida urbano e industrial, *para mim foi a pior coisa que eu fiz na minha vida até hoje!* A epígrafe que inicia essa sua trajetória de vida refere-se ao seu retorno para casa, nos finais de semana. De Joinville à localidade Encantado são cerca de 50 km. Toda esta distância ele percorria de bicicleta, por estradas sem pavimentação, pois as rodovias asfaltadas chegaram tempos depois.

Após a experiência no meio urbano, retornou para Guaramirim e casou-se, aos 28 anos de idade, com Irene Alves Machado, com quem teve 4 filhos, 2 homens e 2 mulheres.

Atualmente, está aposentado e reside com sua esposa próximo à localidade de Guamiranga. Ocupa-se com algumas criações: porcos, galinha, gado; tudo em pequena quantidade. Todavia, seu trabalho principal é a confecção de balaios e vassouras feitos de cipó, com os quais ele garante uma renda extra.

FIGURA 13 – CASAL LEITZKY

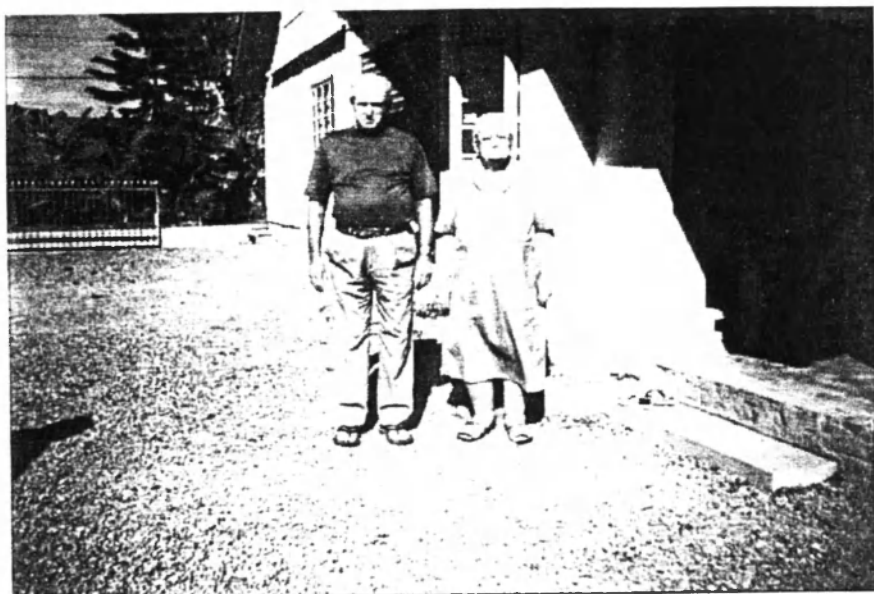
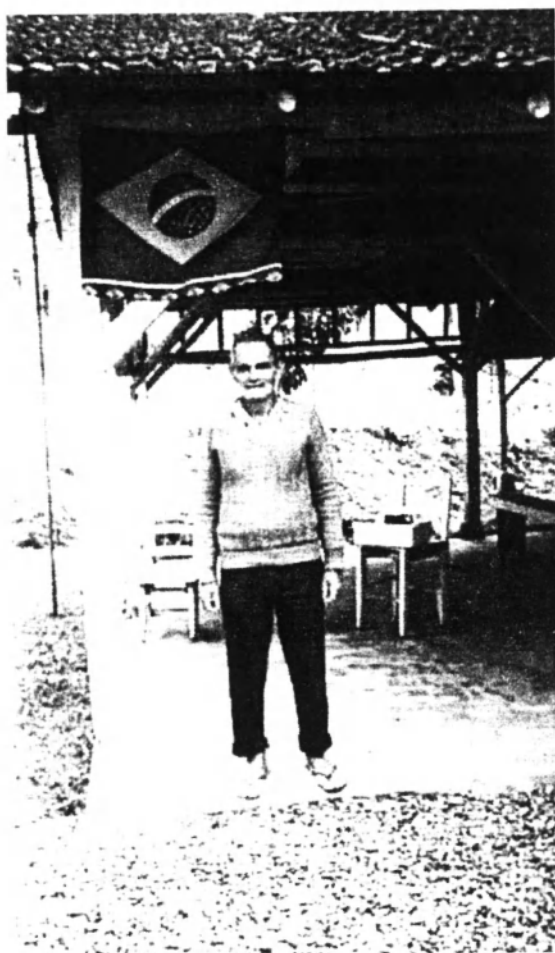


FIGURA 14 – SR. JOSÉ



## CONFIGURANDO RELAÇÕES

Mas o gesto que liga as "idéias" aos *lugares*  
é, precisamente, um gesto de historiador.  
(Michel de Certeau)

Não Falo pelos outros  
Só falo pro mim (...)  
E eu vou cantar uma canção p'rá mim  
(Legião Urbana)

Ao traçarmos essas trajetórias de vida dos entrevistados, identificamos que, apesar de todos terem nascidos durante a primeira metade do século XX, vivenciaram as décadas de 1930 e 1940 em diferentes fases das suas vidas. Alguns, como os casos de D. Chica, D. Irma e D. Maria Unlauf, já eram adultas em 1930. Em 1930, D. Rosa, aos 7 anos de idade, freqüentava a escola. O Sr. Walter, mais novo do que ela, freqüentou a mesma escola, dois anos depois. Compartilharam a mesma igreja luterana na localidade Brüderthal I. O Sr. Fernandes, nascido fora do distrito de Bananal, veio a conhecê-lo somente em 1939, quando tinha 18 anos de idade. Nessa época D. Irmigard tinha dois anos de idade e seu Adolfo um. Foi exatamente no ano de 1930 que nasceu D. Mariquinha, na localidade Itapocuzinho, onde predominavam os descendentes de alemães. Isto lhe garantiu, segundo ela, o domínio deste idioma, apesar de hoje ela não saber mais. Bem próximo a esta localidade, em Duas Mamas, nasceu D. Maria Juliana, no ano de 1932, mesmo ano em que o Sr. Machado nascia no extremo oposto do distrito, na localidade Encantado. O mais novo dentre os entrevistados é o Sr. Daniel, nascido em 1935. Quando findava a década de 1940, o Sr. Daniel vivia a sua adolescência.

Apesar das diferentes faixas etárias temos um conjunto interessante de lembranças, que nos dão a sensação de familiaridade entre eles. Alguns entrevistados se conhecem; outros, dado a distância em que residem, nunca se relacionaram. A familiaridade expressada em suas lembranças advém da vivência em uma configuração comum de espaços mais amplos, como a localidade ou o distrito, como também de espaços mais restritos, como a família, a igreja, a escola, o lazer ou os trabalhos

cotidianos. Todas essas pessoas acompanharam as transformações pelas quais passou o distrito de Bananal e, principalmente, o Município de Guaramirim, o presente a partir do qual eles se lembram.

Quando os entrevistados falavam do passado, encontravam um velho conhecido, um espaço de relações que não existe mais, o antigo distrito de Bananal, repositório do sentimento de familiaridade e constituidor de suas subjetividades. Para todos, a mudança para “Guaramirim” é motivo de estranhamento. Para a maioria, a denominação anterior, Bananal, apesar de soar engraçada, era mais facilmente associada: *Bananal era porque tinha muita banana*, disse D. Chica, primeira entrevistada, num tom anedótico.

De fato, a produção desta fruta marcou, e marca, profundamente as relações econômicas e o imaginário da região. Há muito tempo, esse produto garantiu e ainda garante a sobrevivência de inúmeras famílias que plantam e comercializam essa fruta que, desde a época do antigo distrito, era produzida visando a abastecer o mercado. Antigamente a produção de bananas abastecia mercados distantes, aproveitando-se, sobretudo, do ramal ferroviário que cortava o distrito no sentido Leste-Oeste. A Leste chegar-se-ia ao porto marítimo de São Francisco do Sul e, a Oeste, ao Planalto Norte Catarinense, donde se poderia negociar com outros mercados, usando a malha ferroviária disponível então.<sup>73</sup> Atualmente, a logística de distribuição privilegia o transporte rodoviário, em decorrência do município ser cortado, no sentido Leste-Oeste pela Rodovia Federal BR 280 e, no sentido Norte-Sul, pela Rodovia Estadual SC 413, confirmando a importância deste produto, o Município de Guaramirim/SC já teve a alcunha de “Capital da Banana”.

As diferentes histórias pessoais reforçam a idéia de que a convivência interétnica foi potencializada a partir das décadas de 1930 e 1940, em decorrência, como vimos, do aumento da ocupação do território. Se estas duas décadas marcam tal ocorrência, a mudança na paisagem étnica, contudo, não se deu de forma abrupta. Há uma inércia do

---

<sup>73</sup> Notoriamente, havia no atual bairro Caixa D' Água uma fazenda de cultivo extensivo desta planta, denominada Fazenda Rio da Prata. (SILVA, Emílio. **Jaraguá do Sul: Um capítulo na povoação do Vale do Itapocu – II** livro. Jaraguá do Sul: s.ed., 1975, p. 277)

momento anterior, que se reflete nas lembranças dos entrevistados.<sup>74</sup> Para D. Mariquinha, por exemplo, o período em que ela conviveu na localidade de Schröder foi marcado pelo choque das diferenças. Por serem de uma família negra, a inserção na comunidade marcada pela quantidade superior de alemães e descendentes foi quase impossível. Este foi um dos principais motivos que, segundo ela, fez com que a família procurasse uma outra localidade, Putanga, para morar. Schröder apresentava, mesmo ao final da década de 1940, uma população majoritariamente de origem alemã, cerca de 90%, se considerarmos o total dos contratos de compra e venda de terras para a localidade.

Se para D. Mariquinha a convivência nesta localidade foi difícil, para outros entrevistados, descendentes de alemães, este momento é marcado pela inserção no grupo e pela segurança das relações comunitárias. D. Rosa e o Sr. Walter constroem suas narrativas a partir de vivências muito marcadas pelas comunidades alemãs nas localidades de Schröder I e Brüderthal I, respectivamente. Por esta última possuir uma igreja protestante bem estruturada, com pastor, cemitério, templo e escola, tornou-se uma referência para toda a comunidade alemã do antigo distrito Bananal. Foi somente na década de 1960 que a igreja luterana transfere para o centro da cidade de Guaramirim sua sede, lembra o Sr. Walter, membro da diretoria da Igreja dos Imigrantes. Anteriormente, a maior parte das funções religiosas e comunitárias concentrava-se na igreja de Brüderthal I.

D. Rosa abordou a convivência com etnias diferentes, especialmente brasileiros, pois, depois que sua mãe faleceu ela teve que morar com o irmão na localidade Corticeira. Essa relação foi intensificada após o seu casamento, quando foi morar na localidade Rio da Prata com o seu marido, já na sua atual residência. Esta localidade constituiu-se nas décadas de 1930 e 1940 e foi ocupada equilibradamente em termos étnicos, conforme vimos na Tabela 3. Já o Sr. Walter, por ter permanecido na localidade de Brüderthal I, manifestou uma convivência mais tranqüila com os

---

<sup>74</sup> Esse processo de ocupação foi discutido no item “Era uma vez Bananal...” que discute e apresenta algumas características do estabelecimento de colonos no antigo distrito, em épocas distintas. A inércia refere-se, sobretudo, ao padrão de ocupação pré 1930 que foi transformando-se a partir de então.

eticamente diferentes, informando-nos que a convivência com os brasileiros era bem amistosa havendo, inclusive, laços de solidariedade entre os vizinhos.

D. Maria Unlauf, uma brasileira, relatou as dificuldades de relacionamento que enfrentou com a família do marido, à medida que só se expressavam no idioma alemão. Essa dificuldade tinha um território demarcado, a região próxima à localidade do Encantado. Lá moravam os sogros de D. Maria. Porém, no local onde ela e o marido foram morar, nos limites entre as localidades de Rio da Prata e Estrada do Sul, a convivência interétnica era mais freqüente, apesar do isolamento decorrente da distância entre a casa de um morador e outro.

Essa densidade demográfica rarefeita, que permitia um maior isolamento dos grupos familiares, garantiu à família de D. Maria Juliana a manutenção de vários costumes herdados dos colonos poloneses. Todavia, esse isolamento não a impediu de casar-se com um homem de uma outra etnia, apesar dos protestos de sua família. Ela conheceu o marido quando ele acompanhou um parente dela, com os quais trabalhava junto na estrada de ferro.

Como podemos perceber, as lembranças dos entrevistados transitam por territórios que proporcionavam uma interação entre os diferentes, seja negociando suas identidades, seja delimitando as suas diferenças. Acima de tudo, nós os encontramos num sistema de interdependência, no qual os sentidos de pertencimento a uma dada identidade implicam numa elaboração de elementos unificadores de um grupo, a partir do reconhecimento de diferenças outras. Essa configuração forma uma “rede de interdependências (...) uma estrutura de pessoas mutuamente orientadas e dependentes”. Queremos dizer que os entrevistados não são indivíduos isolados. Tampouco são meros reflexos da sociedade na qual se constituem. Aproximamos, aliás, do entendimento do sociólogo alemão, Norbert Elias, quando ele afirma que a configuração é uma rede de interdependência formada por indivíduos. Reconhecemos as diferenças existentes entre os vários grupos étnicos que ocuparam o território em questão, e é “muito mais apropriado conjecturar a imagem de numerosas pessoas interdependentes formando configurações (isto é, grupos ou sociedades de tipos diferentes) entre si” do que indivíduos isolados, autônomos e independentes da

comunidade, ou da estrutura e/ou sistema que os torna meros vetores de sua realidade.<sup>75</sup>

Diante desse quadro, baseado no conjunto de lembranças que forma um cenário possível do antigo distrito de Bananal, propomos discutir essa configuração confrontando ao estabelecimento de um discurso histórico homogeneizador, construído pelo estado nacional brasileiro de Getúlio Vargas, especialmente durante a Campanha de Nacionalização (1937 a 1945). Ao mesmo tempo, discutiremos um pouco mais as vivências dos nossos entrevistados, partindo das formas como as identidades étnicas foram negociadas durante aquela campanha.

---

<sup>75</sup> Cf. ELIAS, Norbert. **O processo Civilizador**. v1. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994. p. 249.



## LEMBRANÇAS E IDENTIDADES ÉTNICAS NO DISTRITO DE BANANAL

Em um pequeno salão, tipos humanos variados ensaiam representar a sociedade francesa dos anos 1930 até os anos 1980. Baseado neste enredo, Ettore Scola dirigiu um filme denominado *O Baile*.<sup>76</sup> Os mesmos atores representam personagens com as mais diferentes características. A dança acontece ao som de músicas diversas, sendo que as evoluções do baile exploram as relações estabelecidas entre indivíduos impetuosos e tímidos, amorais e pudicos etc. A analogia da dança de salão para representar a sociedade e suas relações também inspirou o sociólogo alemão Norbert Elias, quando escreveu a introdução à edição de 1968 do livro *O Processo Civilizador*<sup>77</sup>. Nesse texto ele discute o conceito de configuração, a partir do qual ele procede à análise da sociedade burguesa, tendo como horizonte o surgimento e organização do Estado moderno.

O que temos em mente com o conceito de configuração pode ser convenientemente explicado com referência às danças de salão. Elas são na verdade, o exemplo mais simples que poderíamos escolher. Pensemos na mazurca, no minueto, na *polonaise*, no tango, ou no rock'n'roll. A imagem de configurações móveis de pessoas interdependentes na pista de dança talvez torne mais fácil imaginar Estados, cidades, famílias, e também sistemas capitalistas, comunistas e feudais como configurações. Usando este conceito, podemos eliminar as antíteses, chegando finalmente a valores e ideais diferentes, implicados hoje no uso das palavras "indivíduo" e "sociedade".<sup>78</sup>

As antíteses que Elias se propõe a superar referem-se àquelas construções que pressupõem que indivíduo e sociedade sejam conceitos distintos, apesar de relacionados, e, em alguns casos, antitéticos, havendo, por vezes, variação entre aquele que é determinante em relação ao outro. "Certamente podemos falar na dança em

---

<sup>76</sup>O BAILE. Direção de Ettore Scola. França/ Itália e Argélia: Dist. Warner Home Video. 1983. 1 cassete (112 min): son., color.: 12 mm. VHS NTSC.

<sup>77</sup>ELIAS (1994). *Op. Cit.*, p. 214-251.

<sup>78</sup>*Ibid.* p. 249-250.

termos gerais, mas ninguém a imaginará como uma estrutura fora do indivíduo ou como uma mera abstração. As mesmas configurações podem certamente ser dançadas por diferentes pessoas, mas, sem uma pluralidade de indivíduos reciprocamente orientados e dependentes, não há dança.”<sup>79</sup> Conseqüentemente, entende-se que a relação indivíduo e sociedade não se dá de forma dissociada, mas sim num mutualismo.

Retomamos, então, a idéia do baile para analisarmos as lembranças das sociabilidades estabelecidas em Bananal, nas décadas de 1930 e 1940. Inicialmente, é preciso considerarmos a presença de um distanciamento dado pelo tempo, já que não podemos observar *in loco* as evoluções da dança. Ademais, os instantâneos produzidos pela memória estão situados a partir do presente. Esta narrativa é diferente da que é produzida pelo pesquisador que observa o baile de camarote, ou seja, participando, porém mantendo um distanciamento que lhe permite observar instantâneos do conjunto. Exemplos desse trabalho de vivências por entre os fenômenos de ordem humana seriam as produções de caráter etnográfico, realizadas em meio a grupos específicos.<sup>80</sup> O narrador das lembranças o faz de uma vivência advinda de suas evoluções, no próprio baile, num ponto de vista de quem se situa na própria dança, com seu(s) par(es).

As danças e contra-danças construídas a partir das lembranças dos entrevistados configuram um baile, no qual as diferenças, percebidas no interior de cada fala e no conjunto dos depoimentos ocorrem numa configuração comum a todos os entrevistados. Dessa forma, ao considerarmos o conjunto das lembranças com as quais trabalhamos, percebemos que elas constroem lugares e relações que são configurações que se destacam do “fundo ininterrupto”, conforme Stern<sup>81</sup>. Alguns destes instantâneos relativos à vivência familiar, à escola, ao lazer, à religião e ao trabalho propõem discussões que consideram o enfoque do olhar de quem lembrou,

---

<sup>79</sup> *Ibid.* p. 250.

<sup>80</sup> Cf. BASTIDE (1983), VERGER (1997).

<sup>81</sup> “Stern concilia a suposição de que existe uma memória “pura”, mantida no inconsciente, com a suposição de que as lembranças são refeitas pelos valores do presente, no que se aproxima de Halbwachs e de Bartlett.” BOSI, Ecléa. *Op. Cit.*, p. 68.

procurando evidenciar os significados nele ensejados. No entanto, essa decomposição das lembranças possui um caráter analítico que muitas vezes deixa escapar as artimanhas e redes que ligam um espaço a outro. Procuramos, apesar disso, articular as lembranças relativas a diferentes vivências buscando entender a forma pela qual as identidades étnicas foram forjadas por entre esses espaços e relações.

## EM DEFESA DAS IDENTIDADES

Se uma gata dá cria dentro de um forno, não  
 nascem biscoitos... nascem gatinhos...  
 (ditado popular)

Em 10 de novembro de 1937, Getúlio Vargas, então Presidente do Brasil, decreta o Estado Novo. Revogou a constituição de 1934 e impôs uma outra, de caráter conservador, inspirada na Carta polonesa de 1935, apelidada pelos seus oponentes de “a polaca”. Com a nova constituição garantiram-se as bases para uma governabilidade baseada num estado, mais do que nunca, autoritário, cujo maior mandatário seria o Presidente da República, que passaria a zelar pela vida dos cidadãos, impedindo-os à autonomia e ao poder de decisão. Conforme Capelato, “o poder místico e a identificação com o divino atrelavam o destino do homem-deus ao da pátria. Sua imagem mesclava-se à da pátria una e imortal; o destino desse homem era o destino mesmo do Brasil. A divinização do chefe insere-se no movimento de sacralização da política que caracteriza esses regimes, reforçando o exercício da dominação”.<sup>82</sup>

Em 1937, entre outras medidas adotadas pelo estado brasileiro a fim de se garantir a unidade nacional, é iniciada a Campanha de Nacionalização, que atingirá principalmente as colônias alemãs e italianas do sul do país. Essa ação

*Baniu o uso de línguas estrangeiras nas escolas e pressionou comunidades de alemães, italianos, poloneses e japoneses para que se aculturassem. Em nome da unidade*

<sup>82</sup> CAPELATO, Maria Helena Rolim. **Multidões em cena**. Campinas: Papyrus, 1998. p. 259.

*nacional, proibiram-se jornais e revistas em língua estrangeira. Essa campanha pela "brasildade" foi tão eficaz que pessoas que não falavam português passaram a ser publicamente repudiadas em suas comunidades, mesmo em lugares de densa população imigrante.*<sup>83</sup>

A região de Joinville, marcada pela estampa estrangeira, foi um dos focos desta campanha, que combateu todas as manifestações contrárias ao que se estabeleceu como a nacionalidade brasileira, difundida pelo Estado ditatorial de Getúlio Vargas.

Durante a campanha, foi terminantemente proibido o uso, no território brasileiro, dos idiomas alemão e italiano e o funcionamento de instituições e organizações de caráter étnico, como as *Deustshe Schule*, as sociedades alemãs de tiro e ginástica.

O objetivo da campanha de nacionalização era forçar a assimilação por meio da obrigatoriedade do ensino em português, supondo que isto teria como resultado uma utilização cada vez menor das línguas de origem. Ao proibir qualquer publicação, festa, atividade recreativa de cunho étnico, esperava impor valores nacionais brasileiros que viessem substituir o sentimento de pertencer a outras nacionalidades.<sup>84</sup>

Na época, a manifestação de determinadas posturas étnicas poderia se constituir em crime. Essa determinação foi acompanhada de todo o aparato estatal, no sentido do seu cumprimento e no da disseminação de um padrão nacional, criado pelos técnicos e intelectuais a serviço do Estado Novo. Para tanto, eram utilizadas modernas tecnologias, disponíveis naquele momento, para a difusão e o convencimento em torno deste ideário. Capelato, ao fazer um estudo comparado do varguismo e do peronismo, analisa "o significado da propaganda política construída e divulgada no Estado Novo brasileiro (1937)",<sup>85</sup> discutindo o processo de conquista dos "corações e mentes" e a constituição de um imaginário autoritário que perpassou gerações, à medida que encontramos seus ecos na atual sociedade brasileira. Esse imaginário trabalhou no sentido da dominação, fazendo um inédito e excessivo uso dos meios de comunicação,

---

<sup>83</sup> LEVINE, Robert M. *Pai dos pobres?* São Paulo: Companhia das Letras: 2001, p. 88.

<sup>84</sup> SEYFERTH, Giralda. *Nacionalismo e identidade étnica*. Florianópolis: Fundação Catarinense de Cultura, 1981, p. 90.

<sup>85</sup> CAPELATO. *Op. Cit.*, p. 19.

inculcando valores e crenças na tentativa de se garantir a unidade nacional a qualquer custo.<sup>86</sup>

A discriminação era incentivada pelo próprio Estado, que precisava combater as manifestações contrárias ao Estado Nacional Brasileiro.<sup>87</sup> É um cenário onde atritos, conflitos e acomodações se estabelecem, como foi possível observar no conteúdo das entrevistas que realizamos. O Sr. Machado, por exemplo, revela-nos como funcionava a estrutura oficial nas comunidades de Guamiranga e Poço Grande.

*A nossa professora era brasileira, era cabocla pura. E ela ainda dizia para nós: 'Sempre que os caboclos ouvirem falar em alemão, avise-nos!' É que o marido dela era inspetor do quartirão. O marido dessa professora era inspetor do quartirão, entende! Ele era o bom da boca. Ele prendia, ele levava e ele judiava. Tinha força de um delegado hoje, naquela época. Se ela soubesse que alguém falasse alemão ia lá, avisava o marido que chegava, pegava e levava preso.*

Nessa fala emerge o fato de que, além do uso do poder estatal, a delação era estimulada entre os brasileiros *caboclos*, e que o fruto da mesma poderia ser uma ação bastante violenta. Contudo, frente à ação autoritária do estado brasileiro, foram tentadas várias vias de negociação para, pelo menos, amenizar o seu impacto sobre os cidadãos.

Em 06 de abril de 1940, o Dr. Etienne Douat, um eminente cidadão joinvilense, no Colégio Universitário do Rio de Janeiro, profere uma palestra denominada A colonização Alemã em Santa Catarina<sup>88</sup>. Dividida em oito itens, seu objetivo foi o de demonstrar a superior qualidade de vida das comunidades alemãs de Santa Catarina,

---

<sup>86</sup> Capelato descortina como o governo de Vargas consolidou o imaginário do seu entorno ao fazer uso intensivo de uma "máquina de propaganda, fundamentada num super-órgão do governo denominado DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda) que, além de produzir e veicular as propagandas governamentais, também fazia a fiscalização, podendo impedir a circulação de quaisquer tipos de informações no território nacional. (CAPELATO, 1998)

<sup>87</sup> COELHO, Ilanil. **Joinville e a Campanha de Nacionalização**. São Carlos/SP: Dissertação de Mestrado/UFSCar, 1993. p.98.

<sup>88</sup> DOUAT, Etienne. A presença alemã em Santa Catarina. Palestra proferida no Colégio Universitário. Rio De Janeiro, 1940. (Arquivo Histórico Nacional, Rio de Janeiro, Fundos da Secretaria da Presidência da República – 1930-1965, Seção de Guarda – SDE 025, Série 14 – Governos Estaduais, Sub-série 14.20 – Santa Catarina, Lata 327 – 1931, 1933, 1940-42. Documento N.º 30.186/40).

em contraposição às caboclas, que amargavam, conforme Etienne, a ignorância e a precariedade. Afirma também que ambas foram esquecidas pelos governos anteriores a Getúlio Vargas, mas a alemã fora capaz de se organizar no sentido de compor “uma paisagem lírica” que se dissolvia ao se perceber “ao longe a cabana do caboclo”.

O palestrante colocava-se numa relação de proximidade com os referidos alemães, os quais procurava defender, apesar de ter origem francesa e brasileira, o que, segundo ele, aumentaria a credibilidade de sua defesa: “É injustiça, é ignorância. é maldade dizer que, em linhas gerais, os filhos de alemães não se consideram brasileiros. Sou insuspeito para falar sôbre este assunto. Si os defendo, não é por causa própria. Em Joinville nasci, mas nas minhas veias corre sangue francês e outro bem brasileiro!”<sup>89</sup>

Ao levantar essa questão, o palestrante estava se referindo à situação dos alemães e descendentes que se consideravam ligados à pátria germânica por conservarem sua língua e por serem descendentes de alemães (*jus sanguinis*) mas, ao mesmo tempo, esses indivíduos também advogavam para si o direito de serem brasileiros, por terem nascido em território brasileiro (*jus solis*). É preciso salientar que o teuto-brasileiro era a elaboração identitária do imigrante germânico que reivindicava o direito de ser cidadão brasileiro, mas com uma herança herdada do povo alemão (*volkstum*), à medida que comungavam do espírito alemão (*deuschtum*). “Mas uma cidadania não alemã em nada impede que um descendente de alemães seja fiel à nacionalidade dos seus antepassados, que herdou.” Ou ainda, “no caso do ‘germanismo’, concebido pelos teuto-brasileiros, quem nasce no Brasil é brasileiro, mas se tem origem alemã é *também* alemão no sentido nacional (...) os teuto-brasileiros são cidadãos brasileiros num contexto político-econômico, mas na esfera de sua comunidade étnica devem agir como alemães.”<sup>90</sup>

Dessa forma é fácil entender uma frase muito comum entre os alemães que comungam desta identidade: “a Alemanha estava onde estivesse o alemão”. Disso

---

<sup>89</sup> *Id.*

<sup>90</sup> SEYFERTH, Giralda. **Imigração e cultura no Brasil**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1990, p. 85. (destaques no original).

decorre que a idéia de nação se distinguia da idéia de pátria, muito mais vinculada às questões políticas, territoriais e de direitos. Nesse raciocínio é importante lembrar que a nação alemã surge como uma “comunidade imaginada”, no dizer de Benedict Anderson. A nação alemã se imaginava a partir de alguns elementos significativos que davam um sentido de pertencimento único a toda uma rede de principados e de cidades independentes, que pulverizavam o que, somente em 1871, tornar-se-ia o território do Império Alemão. A materialização de um território somente foi possível mediante a mobilização de todo um capital simbólico construído pelo movimento nacionalista.<sup>91</sup>

Essa problemática assume contornos bem mais complexos se considerarmos que, a partir da unificação, a Alemanha, aproveitando-se principalmente deste imaginário “instituído” (*Deutschum-Volkstum*) que passou a ser “instituinte”<sup>92</sup>, iniciou uma fase expansionista. Não é estranho que a Alemanha quisesse expandir o seu território através de colônias, incluindo nesse plano a região Sul do Brasil, que comporia a “Alemanha Austral”.<sup>93</sup>

Retomando a palestra de Douat, ele questiona, em outro momento, o papel do estado, a partir da dualidade estrangeiro x caboclos: “Qual será maior a falha dos governos? - Permitir a formação no paiz de núcleos estrangeiros? Ou deixar o nosso pobre cabôclo na sua ínfima condição de analfabeto, chicoteado pela miséria, sugado pelas helmintoses, e como um pária, levando vida miserável que a morte piedosa arrebatada e esquece!?”<sup>94</sup>

A fala acima posta evidencia que, mesmo durante a década de 1940, as teorias raciais do século XIX ainda encontravam eco bastante intenso na fala dos homens letrados da Colônia Dona Francisca. Não é difícil de supor, na fala de Douat que, para o Estado, seria muito mais fácil empreender uma nacionalização dos estrangeiros (alemães, principalmente) do que garantir uma qualidade de vida razoável ao “pobre caboclo”, que de acordo com essas teorias era o legítimo representante da

<sup>91</sup> A respeito disto a ideologia pangermanista. Ver: COELHO. *Op. Cit.*, p. 43-61. Ver também: GAY, Peter. *A cultura de Weimar*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

<sup>92</sup> Cf. CASTORIADIS, *Op. Cit.*

<sup>93</sup> Cf. SEYFERTH, 1974 e 1981.

<sup>94</sup> id.

“miscigenação degenerada à brasileira”. As teorias raciais consideram que o caboclo é resultante da mistura entre diversas “raças”, principalmente o índio, o branco e o negro.<sup>95</sup>

Silveira Júnior, em seu “romance histórico”, relata a infância passada no antigo distrito de Bananal, imbuído de um imaginário em que a pobreza é a tônica de sua representação. Ele também se rende ao discurso que compunha a imagem do caboclo brasileiro como inferior aos alemães, também expressado por Douat.

O confronto visual era desfavorável aos brasileiros: geralmente os alemães moravam em casas melhores, tinham pastos bem cuidados, animais gordos, alimentavam-se com pão de milho, banha e queijada, e tinham um tipo físico com aparência saudável, eram louros e corados. Nós, pelo contrário, morávamos em casinhas que eram pouco mais do que ranchos, os nossos pastos eram descuidados, cheios de chamarrita, rabo-de-burro e carrapicho, onde viviam animais magros e ossudos; nós comíamos alimentos fracos (pirão, carne-seca, peixe de água doce) e o nosso físico era, geralmente, raquítico, de pele encardida.<sup>96</sup>

Esta resignação era baseada, sobretudo, num padrão estético estabelecido em que o belo e o agradável aos olhos, para a região, era o padrão teuto. Os outros, inclusive o autor das memórias, compunham o socialmente bizarro, o feio e o pobre. Essa noção estava em consonância aos ideais de branqueamento do Brasil, iniciado já no século XIX. Para muitos seria importante “branquear” o Brasil com o ingresso de imigrantes europeus, entre eles o alemão, o que garantiria que o país entrasse nos trilhos da modernidade e da civilização.

Douat, ao apresentar o caboclo como uma figura decrépita, desprovida de iniciativa, e o alemão como o empreendedor civilizado, culturalmente avançado, deixa

---

<sup>95</sup> Para Lilian Moritz Schwarcz, o discurso racial no Brasil percorreu caminhos muito complexos. Não ocorreu simplesmente uma transfusão do ideário e das teorias européias para o Brasil. Elas influenciaram sim, porém, aqui elas foram recriadas, recortadas, enxertadas e aplicadas de forma bastante original. Segundo essa autora, as teorias raciais consideram, no caso brasileiro, três raças principais: a negra, da qual adviria a degeneração das demais raças; a indígena que seria uma raça degenerada e, portanto, passível de recuperação aos padrões de civilização e progresso que, estariam estampados na terceira raça, a branca, em especial os brancos da Europa Setentrional, que assumiriam, neste contexto, o papel de redentores frente ao caos racial do Brasil. (Cf. SCHWARCZ, Lilian Moritz. **O espetáculo das raças**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993., p. 11-66).

<sup>96</sup> SILVEIRA JÚNIOR. *Op. Cit.*, p. 152-153.



muito claro os pressupostos de um darwinismo social que se instala no Brasil a partir da segunda metade do século XIX. Na tentativa de amenizar o distanciamento entre os dois grupos, ele se revela por inteiro: “Será o nosso cabôclo inferior ao alemão? - Absolutamente! O que de real existe, é o elevado grau de cultura transmitido a um, em confronto com decênios ou séculos de abandono ignorante a outro”.<sup>97</sup> Em que pese a tentativa de dar um pouco de dignidade à figura do caboclo, Douat acaba reafirmando a distância e negando qualquer valor ao caboclo brasileiro e a sua cultura, até porque subentende-se que o alemão enfrentava as mesmas adversidades mas, mesmo assim, mantinha um padrão de vida muito melhor.

Para Capelato, em decorrência da diminuição do fluxo migratório europeu para o Brasil a partir de meados da primeira metade do século XX, houve uma inversão deste imaginário.

(...)o trabalhador nacional, antes marginalizado e desqualificado como incapaz para se colocar no mercado de trabalho, passou a ser visto como substituto do imigrante. Deveria, no entanto, ser transformado em força produtiva de forma a contribuir com o progresso. No discurso nacionalista, ele emerge na figura do caboclo, sertanejo, jecatu, caiçara, caipira, variantes da imagem do elemento rural. Tal personagem, até então depreciado, passou a ser visto como cerne e vigor da raça.<sup>98</sup>

A palestra de Douat serve para demonstrar que, no contexto do Estado Novo, e em plena Campanha de Nacionalização, existiam espaços onde eram discutidas questões referentes à presença dos imigrantes na sociedade brasileira e, especialmente, dos brasileiros pobres frente aos imigrantes europeus. A intenção, para representantes da causa teuto-brasileira era de, pelos menos, garantir que a intervenção os respeitasse, por serem “Os louros filhos do Vale do Itajaí (...) nossos irmãos! Eles não podem deixar de amar o Brasil, terra que recebeu de coração os seus antepassados”.<sup>99</sup> Nesta última fala, Douat não deixa de admoestar aqueles a quem ele defende. Está implícito, também, o sentido da identidade teuto-brasileira. Advoga-se o direito de continuar sendo um “louro filho”, mas amando o Brasil e cumprindo com os deveres de cidadãos

---

<sup>97</sup> DOUAT. *Op. cit.*

<sup>98</sup> CAPELATO, p.217.

brasileiros. D. Rosa, em sua narrativa, deixa bem explícito esse entendimento, quando questionada a respeito de sua nacionalidade, ao explicar bem claramente a sua posição, especialmente quando ocorrem jogos entre seleções nacionais de futebol. *Um dia na copa do mundo me perguntaram para que time eu torço né? Ai eu disse: 'pro Brasil!' 'Sim e quando eles jogam com a Alemanha?' Eu disse: 'para o Brasil, né, porque eu sou brasileira e eles não me deram como alemão né.'* 'E se a Alemanha joga com outros?' 'Daí eu sou pra Alemanha.'

Veja-se que na fala posta, a opção é clara: ela torce para a seleção brasileira de futebol, mesmo que a da Alemanha esteja em campo. Os símbolos identitários da nação, assumida como sua, são aqueles que representam a nação brasileira. Contudo, a sua identidade étnica passa pela manutenção e negociação de outros sinais diacríticos, entre eles o idioma alemão, até hoje utilizado por ela nas relações familiares.

Desde o princípio da colonização estrangeira, de meados do século XIX, os grupos tinham organizações em seus países de origem, e procuravam cultivar e garantir entre os seus membros, nos países estrangeiros, um sentimento e elementos de pertencimento à sua nação de origem, já que o estado brasileiro não estava preocupado com a situação desses colonos. Assim, essas organizações visavam a garantir os sinais diacríticos da etnicidade dos seus membros, sendo que a maioria delas investia, sobretudo, em escolas que ensinavam no idioma de origem do imigrante, em sociedades culturais e de lazer, nas religiões nacionais etc.<sup>100</sup> D. Irma recorda-se de quando passou a frequentar a escola alemã na localidade de Jacu-Açu, no núcleo colonial Rio Branco, distrito de Bananal. Antes disso, porém, seu pai já ensinava a ela e aos seus irmãos, na própria casa, no idioma alemão e com materiais didáticos alemães.

*Depois, não sei em que ano, chega um professor alemão... ainda... professor... Como era o nome dele ainda? Era alemão da Alemanha, tinha escola lá no Jacu-Açu. Não me lembro o nome da escola. E quando veio o professor em Jacu-Açu, ele nos botava na última (série). Nós já sabíamos escrever, ler e tudo. Papai deitava meio dia na esteira e*

<sup>99</sup> DOUAT. *Op. cit.*

<sup>100</sup> SEYFERTH. 1981.

*botava-nos com os livros do lado e tínhamos aquela pedra que escrevia num quadrado assim.*

A defesa empreendida por Douat também era uma estratégia da elite germânica instalada na sede da Colônia Dona Francisca, na cidade de Joinville, que procurava se garantir frente a um estado nacionalista.

A exemplo das elites de Joinville, as lembranças dos entrevistados revelam que as vivências em torno da Campanha de Nacionalização tinham um conteúdo muito forte de solidariedade, que permitia a manifestação de aspectos culturais perseguidos pelo governo. Entendemos que este espectro mais amplo da negociação em torno da etnicidade somente foi possível à medida que os mecanismos oficiais de repressão eram filtrados pelo conjunto da sociedade do distrito de Bananal.

## VIVÊNCIAS NA CAMPANHA DE NACIONALIZAÇÃO

Mas como nós não sabíamos falar, nós falávamos assim mesmo.  
(D. Rosa)

A frase de D. Rosa é exemplar, no sentido de que, apesar de os indivíduos saberem que o uso dos idiomas alemão e italiano estava proibido, eles eram os únicos meios de comunicação de boa parte dos teuto e dos ítalo-brasileiros. A família de D. Rosa, natural da localidade de Schröder, durante a Campanha de Nacionalização mudou-se para a localidade de Corticeira, onde a presença de brasileiros era bastante intensa. Com relação a essa mudança, D. Rosa procura demonstrar que a comunidade da Corticeira sempre respeitou as manifestações germânicas, dando pouca importância às diferenças *porque quando nós morávamos aqui, na Corticeira, eram todos brasileiros. Ninguém não deu parte, ninguém falou. Ai uma mulher disse que com a língua ninguém mata ninguém. Então eles não ligavam de nós falarmos. Eu já sabia falar o português, mas os meus pais não.*

Mais do que solidariedade de um grupo étnico para com o outro, as comunidades locais buscavam garantir suas estabilidades. Se todos os que manifestassem um padrão cultural condenado pelo Estado Novo fossem presos, as comunidades ruiriam e se instalaria a crise.

Dizer que no período da nacionalização não houve delações e nem punições, seria acobertar todo um período de tensão vivido pelos membros das etnias perseguidas. Porém, em paralelo a tais situações, a sociedade criou estratégias que garantiram a sua estabilidade. O caso mais lembrado por boa parte dos entrevistados, foi o do alemão Krüger, delatado por estar falando em alemão com o ferreiro da cidade de Guaramirim, Sr. Arnaldo Helmann. *Então um disse que os dois falavam, e já foram lá!* D. Rosa comentou que a delação levava a pessoa delatora a ser discriminada pelos membros da comunidade. *Mas em Schröder foi um próprio alemão que deu parte. Domingo ele foi onde que os jovens gostavam e escutou eles falarem. Já na segunda-feira foram chamados. Ruindade, né? Eu o conheci muito. Em casa, ele falava em alemão com a família.*

Aparentemente, esta contradição, na qual o próprio alemão denunciava o alemão, era de conhecimento de toda a comunidade, e talvez fosse a forma que alguns deles tinham de se manterem numa relação de proximidade com o poder. O Sr. Leitzke e sua esposa lembraram que o delegado de Massaranduba, *o velho Müller*, só falava em alemão, mas mandava prender os que, como ele, falavam essa língua e o italiano. O casal Leitzke afirmou que os alemães, quando presos, eram muito maltratados, sendo obrigados a *beberem óleo diesel*.

A prática de torturas em pessoas que se mantinham à margem do padrão nacional estabelecido atingia também os que, fisicamente, poderiam ser identificados como brasileiros ou, no dizer do Sr. Machado, caboclos. Ele lembra do caso de um caboclo que foi criado por alemães e que falava somente naquele idioma: *não sei quem dedou esse alemão. Tentaram fazer o alemão falar brasileiro. Não quis falar, arrancaram o bigode dele a torquesa.*

O Sr. Fernandes lembrou que, durante a Campanha, foram presos alguns alemães, citando, especificamente, o caso do já mencionado Sr. Krüger. *Ele dizia que*

*se a Alemanha ganhasse a guerra, que era o tempo da guerra, eles iam pegar os brasileiros para botar no arado. Então um ouviu falar, avisaram a polícia, que veio e pegou o coitado do alemão e botaram na cadeia.*

D. Maria Unlauf lembrou-se de vários acontecimentos relativos à época da campanha, inclusive do impacto que isto causou no seu núcleo familiar. Conforme ela, naquele tempo;

*houve uma lei que não podia mais falar em alemão e era só em brasileiro, porque tava no Brasil e não era pra falar. E teve muita gente alemã que foi presa e judiada por que teimavam de falar em alemão e, não era pra falar. Então foi se acabando, foi se acabando... Agora eles falam em alemão, mas muito escondido, bem escondido. Meio escondido, assim, eles falam ainda, tem uns que falam ainda. Se você vai numa festa aí, num baile..., não se vê falar em alemão, porque está tudo meio escondido. Mas... e... lá no meu sogro lá, naquela gente lá, todos falavam em brasileiro. Dentro da casa dele não saía bem direito, mas saía. A minha sogra por causa disto não saía de casa. Não saía e, se ela saía, o marido ia junto e respondia pra ela. Mas assim, dizer, passear nos brasileiros, ela não ia mais.*

Por sua vez, o Sr. Walter narrou que, durante a Campanha tinham famílias que estavam um pouco em rixa, porque estava proibido falar o alemão. Houve uma rixazinha porque tinha uns alemães meio teimosos e, tinham uns brasileiros natos que não sabiam falar em alemão; então qualquer coisinha já ia para justiça, mas isso foi pouca coisa.

Evidentemente a ação nacionalizadora também atingiu o espaço religioso. Era comum que os pastores luteranos fossem, muitas vezes, alemães natos. Isso implicou numa adaptação de toda a estrutura do funcionamento religioso. Durante algum tempo, os cultos foram suspensos e, quando se insistia em realizá-los no idioma alemão, poderia acontecer a intervenção drástica do Estado sobre essas ações, como foi a prisão do pastor Laurence Hanz (narrada mais adiante no item Religião, às páginas 97 e 98). Essa situação demonstra uma alteração nos espaços de sociabilidades desses grupos.

É preciso recordar que as lembranças com as quais estamos trabalhando foram construídas com um distanciamento de quase 60 anos. Do presente, os entrevistados lamentaram a violência desmedida, pois, como disse o Sr. Machado: *que judiação que tinha aquela época, judiação! Que o mundo é tão grande, tão liberto, para que fazer*

*uma judiação daquelas? E hoje praticam, por exemplo, duas, três, ou quatro línguas. Em relação a esta opinião, ele demonstrou coerência em toda a sua fala, pois suas lembranças, relativas a esse momento, desaprovam a atuação de sua professora que estimulava a delação de pessoas da comunidade que falassem o alemão. Nesse sentido, e referindo-se a um momento posterior à Campanha, mas expressando a importância do domínio do idioma nacional, o Sr. Fernandes citou o caso dos alemães da região de Jaraguá do Sul/SC e de Pomerode/SC, que aprenderam a falar o português com ele e seus colegas, nos trabalhos do Departamento de Estrada de Rodagem. Era só alemão que tinha lá. Mas aquela gente, olha rapaz, custou para eles entenderem a gente e, nós a eles. Não falavam português mas, nenhum, nenhum, nenhum. Tudo arrastado, tudo atrapalhado e, foram indo, foram se acostumando, quando no fim, eles se acostumaram como o nosso idioma, também.*

D. Mariquinha lembrou-se que ajudou algumas famílias que falavam o alemão a se livrarem da perseguição ao ensinar-lhes o idioma português. *Eu até fui para Massaranduba trabalhar lá, numa família alemã, para ensinar falar brasileiro.*

Considerando as declarações dos entrevistados brasileiros, a convivência com grupos que, além do idioma pátrio, usavam outros, apreendidos na própria comunidade, era uma desvantagem, à medida que eles não sabiam exatamente o que “os outros” estavam dizendo. Assim, na avaliação de alguns entrevistados, a ação nacionalizadora foi considerada positiva. *Foi bom que o governo acabou com isso. Tinha muita briga, muita questão, muita rixa um do outro. Depois, acabou-se tudo.* Essa a opinião de D. Maria Unlauf; contudo, não é uma unanimidade entre os entrevistados. O seu vizinho, Sr. Fernandes, diz que não concordava com este tipo de ação, porque às vezes, a pessoa não podia falar o português como era preciso. *Então, ela tinha que falar no dela mesmo, né. Acho que não é certo! Na minha opinião, acho que não é certo. Só o idioma! Coitados!*

Os relatos referentes ao período da Campanha de Nacionalização encontrarão seus ecos nos próximos itens de nossa análise. O trabalho de lembrar dos nossos entrevistados não se limitou a este momento específico, mas também percorre tal temporalidade, especialmente quando lembram de sua infância, até a juventude. Então

o que veremos a seguir é como essas pessoas que vivenciaram a sua infância, adolescência e juventude no distrito de Bananal, durante as décadas de 1930 e 1940, especialmente durante o período da Campanha de Nacionalização, lembram-se dos seus espaços de relações, como o familiar, o escolar, o religioso, o trabalho e o lazer, considerando as diferentes identidades étnicas com as quais interagiam.

## FAMÍLIA

Um dia surgiu brilhante entre as nuvens flutuante um enorme Zeppelin. Pairou sobre os edificios abriu dois mil orificios, com dois mil canhões assim.

(Chico Buarque)

Em 01 de julho de 1934 e cerca de dois anos depois, em 30 de novembro de 1936, sobrevoam a região de Joinville os dirigíveis Graf Zeppelin e Heindenburg, respectivamente (ver Figura 15). Ao olharem para o céu, além de contemplarem uma máquina que simbolizava a modernidade, os moradores do distrito de Bananal teciam significados múltiplos para o evento. Os dirigíveis, símbolos do poderio da Alemanha nazista, eram motivo de orgulho para uns e de preocupação para outros. Foi com esse evento que D. Chica deixou evidente a tensão vivida entre o seu núcleo familiar e uma outra família, caracterizada por ela como sendo de origem alemã.

*Era uma coisa feia, menino! Meu pai do céu! Eu o vi e, naquele tempo, nós morávamos lá em Guaramirim<sup>101</sup>. Uhh! É! E ali ele vinha para acabar com tudo, ia até trazer o cativoiro. Dizem que ele vinha lotado assim de coisas! A gente dizia que estava cheio de coisa para matar e nós seríamos todos cativos novamente. Pensaram que iam renovar o cativoiro. E os alemães que já estavam aqui tinham escolhido os meus irmãos, o Ricardo e o João para o arado. É! Para arar a terra e para plantar.*

O significado da passagem dos dirigíveis, especialmente do segundo, que parecia vir cumprir uma promessa anunciada pelo primeiro, colocava em xeque toda a ordem social estabelecida, especialmente para moradores negros, como D. Chica. A ameaça

---

<sup>101</sup> Ela referiu-se à localidade Bananal.

de restauração da escravidão, abolida há pouco mais de 40 anos, parecia estar sendo anunciada desde as alturas. Porém, os negros de então não eram mais como seus antepassados escravos. Havia algo que os organizava na defesa de sua liberdade. Era a sua própria herança, transmitida de uma geração à outra, que fortalecia laços identitários e os tornavam  *muito bravos, muito ruins. Não como aqueles outros, bobos, que mandavam fazer uma coisa, e iam.*<sup>102</sup> Para D. Chica, os negros não aceitariam mais a condição de escravos e brigariam em defesa da liberdade. No momento em que D. Chica assim se expressava, participava da conversa a sobrinha com a qual morava. Esta ouvia atentamente os ensinamentos de sua velha tia que, num só movimento, registrava suas lembranças e trazia ao grupo familiar, com a autoridade advinda da experiência, a herança que sedimentava a sua identidade. Essa memória transmitida entre gerações dentro de grupos familiares tem uma importante função social, no sentido da própria coesão do grupo e da resistência a outras memórias que tentam sufocá-las.<sup>103</sup>

A lembrança evocada é uma lição que não deve ser esquecida. No caso de D. Chica, as lembranças transmitidas pela mãe e pela tia acerca dos antepassados escravos e que sofriam tratamentos brutais, como a tortura e assassinato da sua tia por capatazes da fazenda em que trabalhava, são produzidas a fim de responder a uma situação presente que ameaça a organização do núcleo familiar. Podemos questionar a veracidade de tal relato, porém o que nos interessa é a função que a lembrança cumpre no interior do núcleo familiar. Ou seja, independente da própria existência de uma suposta tia e da brutalidade a que ela foi submetida, a narrativa mantida no núcleo familiar serve para a identificação do grupo, que se organiza frente a ameaças que possam se apresentar. Mesmo com grande dose de imaginação, o caso da passagem dos dirigíveis serve para ilustrar essa questão.<sup>104</sup>

<sup>102</sup> MARTINS. Francisca. **Entrevista concedida...**

<sup>103</sup> Cf. THOMPSON. Paul. A transmissão cultural entre gerações dentro das famílias. **Ciências Sociais Hoje**. ANPOCS. 1993.

<sup>104</sup> Para D. Rosa, a passagem dos dirigíveis não mereceu uma atenção maior. À época, ela vivia com sua família na localidade Schröder I. Perguntada sobre o episódio, apenas respondeu: *ai eu me lembro sim. Passou. A gente via ele.* Sobre o que a passagem daquelas máquinas aéreas significou, ela disse: *Não, nada. A gente não sabia nada. Não tinha televisão, não tinha rádio, não tinha nada.*



FIGURA 15 – DIRIGÍVEL ALEMÃO SOBREVOA O CENTRO DE JOINVILLE/SC



FONTE: Arquivo Histórico de Joinville  
NOTA: Dirigível *Graf Zeppelin* / Ano 1934.

Se o episódio da passagem dos dirigíveis serviu para identificarmos a presença de uma tensão entre diferentes grupos étnicos no Bananal dos anos 1930, outras situações mais cotidianas também vêm reforçar tal percepção. Para D. Mariquinha, a vivência que ela teve com sua família na localidade de Schröder foi marcada pela dubiedade em relação aos diferentes. *Assim que a gente chegou em Schröder, eram umas famílias muito boas... Eram bons em Schröder, mas só que a gente não se sentia bem lá.* Esse desconforto foi explicado como decorrente de os moradores utilizarem-se de outros idiomas que não o português: *eles não falavam brasileiro. Naquele tempo, ninguém falava brasileiro, quase. Quem era italiano, falava em italiano, e quem era alemão, falava só em alemão.* D. Mariquinha concluiu, afirmando que os moradores daquela localidade *eram muito racistas. E a gente era preto, e sabe como é, preto junto, assim, não dava. Não dava certo, e por isto a gente foi embora. Eles chateavam a gente. Chamavam a gente de negro, não chamavam pelo nome, e debochavam. Debochavam muito dos negros.*<sup>105</sup>

Parece que esta situação foi o estopim que levou a família a mudar-se para Putanga, no Núcleo Colonial Rio Branco. Nessa localidade havia outras famílias negras, com as quais a de D. Mariquinha passou a conviver. Essa mudança ocorreu em meados dos anos de 1930, em plena vigência da Campanha de Nacionalização.

As lembranças de D. Rosa em relação à década de 1930 referem-se ao período em que o seu núcleo familiar deslocou-se entre as localidades de Schröder e Corticeira. Tal mudança ocorreu no ano de 1935, quando Corticeira começava a receber famílias que a tornariam uma das localidades mais povoadas do antigo distrito de Bananal. A família de D. Rosa foi uma, entre tantas, que ocupou essa região. Estrategicamente, isso possibilitou que o núcleo familiar mantivesse laços com a sua localidade de origem, já que facilmente poderiam se deslocar de uma localidade à outra, em tempo relativamente pequeno, dada a proximidade das mesmas. É assim que

---

<sup>105</sup> Interessante notar a frase *a gente era preto*. A distinção ressalta o sentimento de inclusão/exclusão vivenciado pela entrevistada.

D. Rosa continuou freqüentando a Igreja Luterana de Brüderthal I, onde conheceu o homem que viria a ser o seu marido (figura 16).

Conforme o conjunto de lembranças que logramos obter, o namoro era vigiado de perto e permitido em espaços públicos legítimos, como os grupos de juventude da igreja protestante. *Na juventude, nós íamos juntos. Assim, eu também fui lá. Mas não que nem hoje, era sério!*<sup>106</sup> A seriedade, que merece ser destacada, pode ser indício de um controle bastante intenso por parte do grupo familiar para com os compromissos que os jovens tinham entre eles, suas famílias e o grupo em que estes se inseriam.

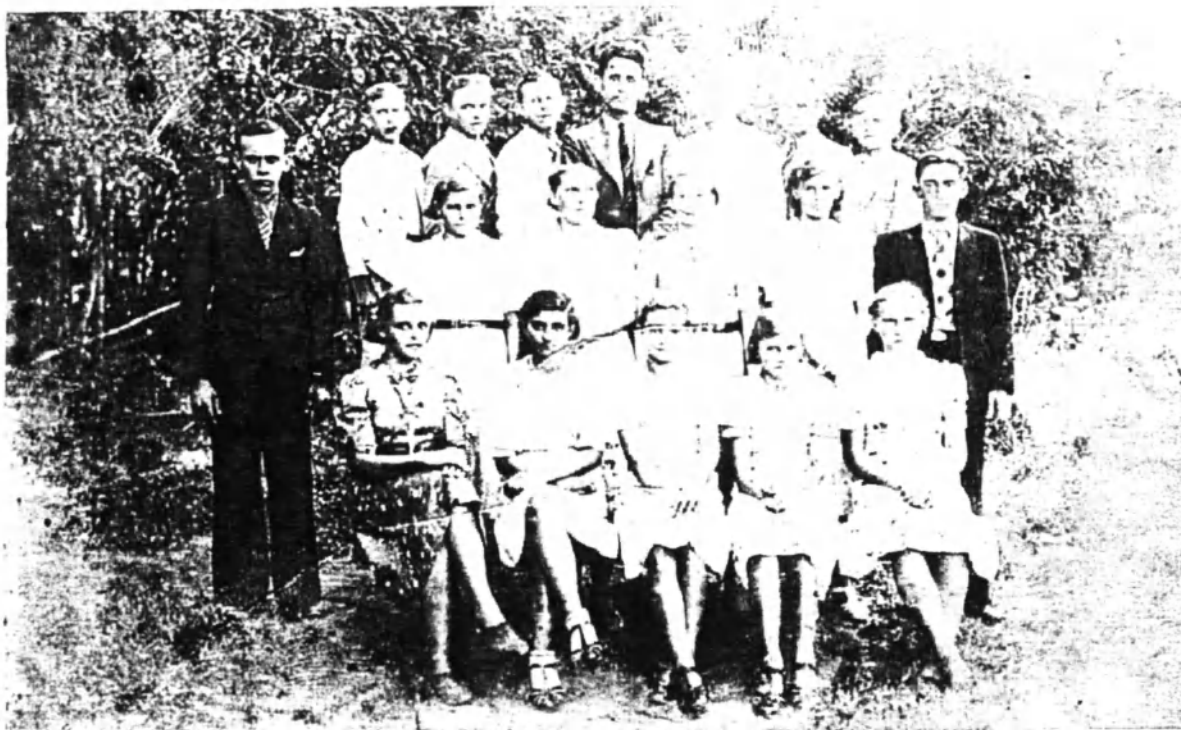
As lembranças dos casamentos demonstram, por um lado, um conservadorismo em termos de constituição de núcleos familiares dentro do próprio grupo étnico e, por outro, uma abertura para a constituição de famílias com indivíduos de etnias diferentes.<sup>107</sup> É o caso de D. Mariquinha e o seu esposo, Sr. João. Ela negra, ele branco, ambos brasileiros. Como vimos anteriormente, essa situação não foi facilmente aceita pela família dele.

*Ele é, assim, brasileiro com... A mãe dele era alemã, uma Jacob, e o pai dele era caboclo. Assim, daí então é mestiço. Eu o conheci lavando roupa para ele! Mas o nosso casamento foi uma história muito grande. Porque eu também era da tal que não queria preto com branco né. Eu era preta ele era branco, e os parentes não queriam. Não queriam por nada! Ele tinha muito parente em Curitiba. A irmã daqui mandou chamar o cunhado dele de lá. Quando ele chegou, nós já tínhamos arrumado tudo. Mas era para ele vir aqui desmanchar o casamento e, o homem chegou aqui e encontrou o meu marido e disse: 'Como é João, tu tá muito mal e como é que é? Eu vim aqui te ver, te buscar, para te levar para o hospital de Curitiba'. O meu marido respondeu: 'Não, não, não é isso! É porque eu vou casar com uma negra, moreninha e eles não querem deixar eu casar, porque ela é preta'. Ai ele disse: 'Não! Pode casar, vamos casar mesmo!' E ele ainda ficou ai no nosso casamento e tudo, o cunhado, lá de Curitiba. E depois ai melhorou a vida, mas foi tanta história! Foi duro para eu casar! Foi difícil... muito difícil pra casar. Já a minha família aceitava. Por que ele era um coitado, também, que não tinha nada. Só que era muito trabalhador e tinha profissão. Ele era motorista de um secador de arroz. Trabalhava muito. E a pessoa que trabalhava sempre vai pra frente. E então, a minha família não se importava. Só a gente dele não queria porque eu era negra.*

<sup>106</sup> SCHMIDLIN, Rosa. **Entrevista concedida...**

<sup>107</sup> Ao considerarmos o universo total de entrevistados temos quatro casamentos que podem ser considerados interétnicos.

FIGURA 16 – GRUPO DE JUVENTUDE DA IGREJA LUTERANA DE BRÜDERTHAL



FONTE: Acervo particular de Rosa Schmidlin/ Autor desconhecido.

NOTAS:

1 - Distrito Bananal / Localidade Brüderthal/ Ano 1937.

2 - D. Rosa, está nesta foto com 14 anos de idade, é a primeira da direita para a esquerda na primeira fila.

3 - O seu futuro marido, Sr. Erwin Schmidlin, é o segundo da direita para a esquerda na última fila.

O caso de D. Maria Unlauf demonstra como a opinião familiar no que diz respeito à escolha de cônjuges era importante. Ela disse que, no início, não gostava muito do marido, e que se casou com ele por gosto das famílias, tanto dela como dele. Ela já era cunhada do irmão dele. A convivência de D. Maria com a família de seu marido, Antônio, era complicada e distanciada. Isso se refletiu em suas lembranças, à medida que a solidão mostrou-se uma reclamação constante nas narrativas referentes às fases de sua vida após o casamento. A integração de um membro brasileiro, como é o caso da entrevistada, no seio de uma família de origem alemã não se dava muito tranquilamente.

Outro casamento entre diferentes, etnicamente considerados, foi o de D. Irma Stein que, como já vimos, conheceu seu marido em Curitiba/PR, onde então trabalhava: *Eu já estava em Curitiba. Já estava junto com meu marido, o seu Santi, Santi Lunardini. Ele era italiano. Eu não era casada, vivia com ele lá e, aqui, ficamos assim. Ficamos anos assim. Graças a Deus eu vivi com ele não sei quantos anos e nem casei! Vivemos assim, sem casar!* Apesar dessa situação peculiar vivida por D. Irma, em que não houve um casamento, nem oficial nem religioso, a comunidade, segundo ela, não os discriminava. Ao que tudo indica, o fato de possuírem um comércio garantia-lhes prestígio no meio social.

Outra situação foi a vivida por D. Maria Juliana, que se casou com o brasileiro Getúlio Martins. A família dela, de descendência polonesa, de certa forma vivia isolada do convívio com outras. A exceção se dava nos finais de semana, em que o grupo familiar saía de casa para visitar os vizinhos. Conforme D. Maria:

*Onde nós morávamos, todos eram compadres, porque um levava o outro. Não tinha gente. Tu entendes como é que eu quero dizer? Porque hoje em dia tem bastante, tu escolhes. Antigamente eram poucos. Nós saíamos para passear, às vezes, no domingo e levavam aquela carreirinha de filhos. Iam todos sentadinhos, bem quietinhos, bem quietinhos! Não é como hoje, oh! Bem quietinhos! A mamãe não ia longe, só nos vizinhos mais próximos. Depois, ela cansava muito. Logo, quando era noitinha vínhamos para casa tratar dos porcos, das galinhas, dos pintinhos, dos marrecos. Tirar leite e tudo. Às vezes, de manhã, iamos à missa. A gente gostava de ir.*

Sua avó, polonesa, chamava o marido de D. Maria Juliana de *diabinho preto*. Esse adjetivo exprime bem o que significou, inicialmente, para os Kasprich<sup>108</sup> a entrada de um membro brasileiro no seio de uma família polonesa.

*Depois, no fim, ela gostou tanto dele, tanto dele, que só! Não sei se ela encafifou com aquilo, pois achava que não dava certo, porque ele era meio moreno e éramos só brancos. No fim, ela acostumou-se. Então um dia ela disse assim: 'a gente só diz bobagens'. Ela disse em polaco. Só que ele falava bastante. Ele entendia porque ele criou-se no meio dos polacos, mas lá em Porto União, em Lageado das Mortes.*

Os demais casamentos ocorreram dentro dos próprios grupos étnicos. O Sr. Walter, D. Rosa e o casal Leitzky são representantes de casamentos entre descendentes de alemães. Interessante é perceber que as trajetórias de vida dessas pessoas evidenciam uma proximidade muito grande com suas comunidades de origem. Tal proximidade ocorre mesmo no caso do Sr. Walter, que serviu ao exército por um ano, no Rio de Janeiro, e no caso de D. Rosa que, apesar de sua família ter se mudado para uma localidade mais mista, manteve os vínculos com a sua comunidade de origem. Essa situação explica o isolamento que o grupo familiar dela, atualmente, mantém na localidade da Caixa D' Água. O isolamento que, em parte, caracteriza algumas situações pode ser, contudo, quebrado. A família da mesma D. Rosa é quem nos oferece o exemplo. Seu filho, após casar-se, fixou residência na cidade de Joinville, ampliando a possibilidade de incorporação de outros elementos à família: os netos de D. Rosa, nascidos em Joinville, tiveram um mercado matrimonial muito maior do que se permanecessem no local onde a avó reside. Durante a entrevista, ela observava orgulhosamente uma fotografia do neto com sua esposa e filhos sobre o balcão, dizendo que ele se casou com uma moça *alemã*. *Mas eles são bem escuros. Cabelos pretos, assim, bem luzentos. Só que não fala alemão*. Apesar de todas estas constatações, pode-se deduzir que a moça passou a fazer parte deste grupo étnico-familiar, mesmo apresentando alguns traços pouco característicos da etnia.

O Sr. Walter casou-se com uma moça do seu grupo étnico, que participava da mesma comunidade que ele. *Mas a gente se conheceu porque eles eram membros da*

---

<sup>108</sup> Sobrenome de solteira de D. Maria Juliana.

*nossa igreja, a gente se conheceu, assim, de festa e, assim foi indo. A gente namorando... namorei dois anos e pouco, depois casei.* Nessa fala, o Sr. Walter explicita a importância de frequentar espaços demarcados a fim de se garantir que o casamento se desse entre pessoas do mesmo grupo étnico e especialmente os que professassem a mesma religião.

D. Chica e o Sr. Fernandes também casaram-se com parceiros de seus próprios grupos étnicos. O Sr. Fernandes, contudo, namorou com uma moça de origem polonesa, mas que *não me agradei do tipo, né! Era assim, meia... não era do meu tipo, não adiantava.* Além dessa namorada ele teve outras, e considera que foi um bom namorador, pois ele mesmo diz, com uma certa malícia, que *a gente fazia a malandragem da gente, né!*

Ainda com relação aos namoros, o Sr. José recordou-se que

*Os alemães não queriam que as filhas namorassem brasileiros. Não queriam, entende. Porque eu namorei as gurias de origem alemã. Então eu comecei a namorar uma. É, ela vinha de fora. Ai começamos a namorar, fui na casa dela um dia e coisa e tal. Os pais dela falaram lá uma vez, chamaram a atenção e eu disse: 'Não querem, tudo bem, namoramos fora e pronto'. Mas é que nós não podíamos nos ver, quando nós saíamos fora dali! (risos) Nós namorávamos há tempos já. Depois disso, que eu não fui mais na casa dela, nós nos encontrávamos às escondidas. E lá um belo dia nós estávamos conversando lá numa esquina, lá numa curva de estrada, nós já, assim, bem agarrados, meio fora de jeito; o velho! O pai dela ia passando... Eu disse: 'é hoje!' Não, o velho só passou e foi embora! Daí viu, eu já pensei comigo: Coitada dela quando for de noite. Mas não deu outra. Foi eu pensar, e ela ao chegar em casa... No outro dia em que nós no falamos, ela contou para mim que tinha apanhado. Mas não criou vergonha a bicha! E eu não tinha vergonha, namorava mesmo!*

Apesar de todo esse enredo, casou-se com D. Irene, considerada por ele como brasileira, “cabocla”.

Alguns momentos de suas vidas, quando comparados a práticas atuais, causam um profundo estranhamento, como é o caso do namoro. Para a maioria dos entrevistados, em suas épocas, namorar era muito diferente, ou seja, o namoro ocorria sob outras regras, dando à maioria deles a sensação de que, atualmente, as coisas acontecem muito precocemente e sem muita responsabilidade. Os entrevistados vêem-se como baluartes de valores morais e de um estilo de vida ideal. Nesse sentido, a

“transmissão de bens simbólicos às gerações seguintes situa a família como o lugar dessa passagem, fazendo de cada descendente o alvo e ao mesmo tempo o veículo da preservação dos valores familiares”.<sup>109</sup>

Os entrevistados mesmo ocupam lugar destacado nos grupos familiares, pois são eles os responsáveis pela transmissão de valores supostamente vinculados às origens de seus grupos. A família, no conjunto das lembranças dos entrevistados, emerge como um bem transferível de uma geração a outra. É do grupo familiar que advêm os valores mais caros expressados pelos depoentes. Valores como a honra das moças e a responsabilidade pela manutenção do lar por parte dos homens ecoam em cada entrevista, o que deixa evidente que os referenciais partem de uma vivência em que pai, mãe e filhos constituem o núcleo básico das relações. Não há, na região, a noção de família extensa, comum a regiões mais ao norte do país.<sup>110</sup> Entretanto, a autoridade paterna é destacada, cumprindo a este zelar pela família econômica e moralmente.<sup>111</sup>

Myriam Lins de Barros, ao pesquisar a questão da autoridade das gerações mais velhas na classe média carioca, nos anos 1980, verificou um fenômeno semelhante, pois, conforme ela, “os relatos dão coesão ao grupo familiar, principalmente os mais abastados e influentes, política e economicamente (...) estando as crônicas sempre revivendo a importância da união familiar”.<sup>112</sup> A mesma autora destaca, sobretudo, que os modelos construídos, tendo em conta a autoridade entre avós, filhos e netos, baseiam-se na vivência que os avós (entrevistados) tiveram com os seus respectivos avós, ocorrendo uma reelaboração dos papéis a partir do passado, buscando resolver uma situação presente. Os papéis, na maioria das vezes, são repetidos, reeditados. Porém, os modelos do passado nem sempre respondem às problemáticas do presente, podendo haver os denominados “conflitos de gerações”<sup>113</sup>.

<sup>109</sup> BARROS, Myriam Lins de. **Autoridade e afeto: avós, filhos e netos na família brasileira**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1987, p. 36.

<sup>110</sup> DURHAN, Eunice. **A caminho da cidade**. 2.ed. São Paulo: Perspectiva, 1978.

<sup>111</sup> DURHAN. *Op. Cit.*, p.61. afirma que há “a predominância da família conjugal nas camadas inferiores da sociedade rural, mesmo naquelas regiões onde persistem formas arcaicas de organização social”.

<sup>112</sup> BARROS, *Op. Cit.*, p. 86.

<sup>113</sup> Cf. BARROS. *Op. Cit.*



Paul Thompson, ao estudar a transmissão cultural entre gerações dentro das famílias, afirma que o papel desta não se resume apenas em transmitir a memória, mas sim na constituição da linguagem, do nome, do território, da moradia, da posição social, da religião, dos valores e aspirações sociais, da visão de mundo, das habilidades domésticas, dos modos de comportamento, modelos de parentesco e casamento.<sup>114</sup> Nessa linha de raciocínio, Maria Célia Lucena complementa-o, afirmando que o sujeito, ao narrar, evoca lembranças individuais, familiares e grupais, construindo representações e transformando idéias e imagens em realidade.<sup>115</sup> Essa mesma autora identifica que o papel da família na transmissão cultural é bastante antigo e inclui a transmissão de sua memória como resultante das experiências dos grupos sociais.<sup>116</sup>

Contudo, “A importância do grupo familiar advém do fato de a família ser, ao mesmo tempo, o objeto das recordações dos indivíduos e o espaço em que essas recordações podem ser avivadas”.<sup>117</sup> Nesse momento, na vida dessas pessoas há um tempo maior dedicado à vivência no grupo familiar. Nem sempre, porém, entre os que têm laços de sangue; também com aqueles em cuja relação familiar se dá por laços afetivos.<sup>118</sup>

Ao tomarmos as questões que envolvem a identificação dessas pessoas aos grupos constituídos em Guaramirim, distingue-se a família como um dos filtros principais pelos quais se elaboram essas relações. Se, por um lado, a vivência da etnicidade se dá a partir do núcleo familiar, encontrando aí o seu espaço mais íntimo,

---

<sup>114</sup> Cf. THOMPSON, *Op. Cit.*

<sup>115</sup> LUCENA, Célia. Mobilidade Social: História de família e variedades de gênero. In: MEIHY, José Carlos Sebe (org.). **(Re) introduzindo a História Oral no Brasil**. São Paulo: Xamã, 1996.

<sup>116</sup> Para esta ordem de fenômenos Pierre Bordieu elabora o conceito de *habitus*, que é marcado pelo conhecimento adquirido - valores, crenças, hábitos, comportamentos, visões de mundo, religiões, expectativas, nas experiências vivenciadas através de um processo informal de transmissão cultural dentro da família e da vizinhança. Ainda Bordieu discute a questão dos símbolos na sociedade dizendo que são instrumentos privilegiados para a comunicação, transmissão de conhecimentos e para o exercício do poder, já que os sistemas simbólicos legitimam a dominação de uma classe sobre a outra. *apud* LUCENA (1996, p. 207)

<sup>117</sup> BARROS. *Op. Cit.*, p. 74.

<sup>118</sup> A situação do núcleo familiar do Sr. Walter é exemplar, pois ele não possui descendentes diretos. Contudo ele acolheu uma moça, que passou a **vida** com ele e sua esposa. Ela casou-se e, junto do marido e dos filhos, continuou a viver na residência do Sr. Walter.

conforme aponta Giralda Seyferth<sup>119</sup>, por outro, e partindo da idéia de fronteiras étnicas de Fredrik Barth, diria-se que as famílias, ao se constituírem como grupo de convívio, poderiam extrapolar as fronteiras do seu grupo étnico.<sup>120</sup> O avanço, além fronteiras, não implica no abandono da identidade étnica do indivíduo e também não o impede de constituir com o outro novos espaços de sociabilidades, pois a vida familiar não ocorre isolada da sociedade. Ela se faz negociando valores, práticas e visões de mundo.

O que em determinado momento pode ser essencial para a identidade étnica, em outro pode ser negociado. Pode-se, ainda, reativar velhos costumes, até então esquecidos. Essa idéia foi discutida por Manuela Carneiro da Cunha, quando estudou as negociações em torno da origem e identidade étnica dos negros que retornam do Brasil para a África. Ela verificou que as negociações em torno daquilo que os identificam como um grupo à parte dos nativos, advinha de um conjunto de valores e de práticas culturais que, em alguns casos, permaneceram latentes e que, em decorrência de necessidades, são reavivadas pelos grupos, podendo assumir contornos diferenciados, de acordo com a situação apresentada, dando um sentido político à identidade. Supostamente, o que um grupo definia como atributo do outro, em uma dada situação, pode ser assumido como seu em outra, à medida que for necessário. Tais atributos constituem-se, assim, num sinal diacrítico responsável pela identidade e coesão de um grupo e dos seus interesses, nos mais variados tempos e lugares.<sup>121</sup>

Em vista de as entrevistas privilegiarem uma faixa etária avançada, acima dos sessenta e cinco anos, muitos dos referenciais arquitetônicos, pessoais e de práticas já não existem concretamente. Relembrar, assim, o que não está mais presente é uma forma de reatualizar uma memória por intermédio da evocação de dadas lembranças.

---

<sup>119</sup> SEYFERTH (1990) afirma que a constituição dos grupos étnicos se dá quando algumas instituições atuam na divulgação dos valores étnicos, preservados pelos imigrantes e transmitidos de uma geração para outra. Entre as várias instituições analisadas, a família seria o lugar do "... reduto íntimo da "etnicidade": pois cabe a ela socializar os filhos como membros do grupo" (p.84)

<sup>120</sup> BARTH, Fredrik. Grupos étnicos e suas fronteiras. In: POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FENART, Jocelyne. **Teorias da etnicidade**. São Paulo: Editora da UNESP, 1998, p. 185-227.

<sup>121</sup> VER: CUNHA, Manuela Carneiro. Religião e etnicidade: uma interpretação preliminar do catolicismo brasileiros em Lagos no século XIX e Etnicidade: da cultura residual mas irreduzível. In: **Antropologia do Brasil**. São Paulo: Brasiliense/ Editora da Universidade de São Paulo, 1986.

Concomitantemente, a transmissão de valores abre espaços para que um pouco de si sobreviva nos descendentes, assim como os ascendentes sobrevivem nos depoentes. O trabalho de lembrar é seguido da constatação de que o tempo de vida está sendo prolongado e, desta perplexidade, o sentimento de incômodo com o fato de o corpo não mais acompanhar o pensamento e da imaterialização dos seus referenciais. Isso ajuda a entender a seguinte fala: *também já morreu, e eu ainda estou aqui! E eu já queria ir, mas não posso ir (...). A gente andar pelas mãos dos outros é pesado, né?*<sup>122</sup>

Para Ecléa Bosi.

há dimensões da aculturação que, sem os velhos, a educação dos adultos não alcança plenamente: o reviver do que se perdeu, de histórias, tradições, o reviver dos que já partiram e participam então de nossas conversas e esperanças; enfim o poder que os velhos tem de nos tornar presentes na família os que se ausentaram, pois deles ainda ficou alguma coisa em nosso hábito de sorrir, de andar.<sup>123</sup>

É nesse sentido que D. Chica, no decorrer de toda a sua fala, recordou-se de entes que, por um motivo ou outro, estavam ausentes naquele momento de sua vida. Estes formam pontes de ligação com o passado e, ao mesmo tempo, exemplos de como o momento atual é fruto da luta e do sofrimento vividos anteriormente.

## ESCOLA

O âmbito da vivência escolar foi bastante focado pelos entrevistados. A escola é uma instituição privilegiada, no sentido da disputa pelos grupos étnicos no antigo distrito de Bananal, especialmente durante o período em que os entrevistados a frequentaram.

D. Irma, como vimos no capítulo anterior, frequentou uma escola alemã. É preciso esclarecer que, por muito tempo, as escolas eram mantidas pelos próprios

---

<sup>122</sup> MARTINS, Francisca.

<sup>123</sup> BOSI. *Op. Cit.*, p. 74.

colonos e o ensino era ministrado em alemão. Hugo Bethlem afirma que: “Nestas escolas, tudo era puramente germânico, desde os letreiros das classes aos ensinamentos morais e escritos nos quadros, às gravuras de paisagens, cenas históricas e retratos de heróis alemães, aos estatutos, aos livros, aos métodos, aos programas, tudo enfim. Perdia-se a sensação de Brasil dentro destas escolas”.<sup>124</sup>

Em vista disso, houve várias tentativas de nacionalização do ensino, o que gerou tensionamentos entre o Governo do estado de Santa Catarina e as comunidades que mantinham escolas particulares na região, especialmente aquelas que faziam uso da língua e de símbolos evocadores da nação alemã. O Estado tentava encampar as escolas, estabelecendo o ensino no idioma português, cultuando os símbolos, datas e personagens representativos da nacionalidade brasileira, mantendo professores de sua confiança. Conforme Ilanil Coelho, essas ações foram efetivadas muito tempo antes da Campanha de Nacionalização empreendida pelo Estado Novo getulista. Em 1914, houve uma reforma do ensino que “introduzia, de um lado, mudanças nos currículos e programas e, de outro lado, um tímido controle sobre a ação educativa”.<sup>125</sup> Em 1935, ocorreu uma nova reforma, em que se criou um aparato administrativo mais centralizado, na tentativa de fiscalizar e orientar o ensino em todo o estado catarinense. Em que pesem essas ações do governo estadual, não houve o efeito esperado, especialmente nas escolas situadas nas zonas rurais mais distantes.

Na reforma de 1935, escolas como a da localidade Brüderthal foram atingidas. O Sr. Walter Adam e D. Rosa estudaram nesse estabelecimento e, ao que tudo indica, houve uma negociação em torno de referenciais étnicos. A escola proporcionava o ensino no idioma português para os estrangeiros e/ou descendentes e, ao mesmo tempo, continuava fazendo uso do idioma e das simbologias ligadas à nação alemã em determinados espaços. Em localidades onde havia um grande número de alemães e

---

<sup>124</sup> BETHLEM, Hugo. *Vale do Itajaí; jornadas cívicas*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1939. *apud* COELHO, Ilanil. É proibido ser alemão: é tempo de abasileirar-se. In: GUEDES, Sandra P.L.de Camargo (org). *História de (I) migrantes; o cotidiano de uma cidade*. Joinville: UNIVILLE, 1998, p.181.

<sup>125</sup>COELHO. *Op. Cit.*, p. 101.

descendentes. o espaço escolar era negociado para que, em alguns períodos, fossem desenvolvidas atividades de caráter religioso na língua alemã.

*O ensino alemão era o seguinte: terças-feiras, quando a gente tinha idade, depois de doze anos para frente, eu entrei no ensino alemão. Aos oito anos eu freqüentei a escola portuguesa junto com a D. Joana que era paga pelo estado. Mas nós tínhamos o pastor, ele ensinava às terças-feiras ensino alemão para ler e escrever e, sextas-feiras à tarde era doutrina religiosa: hinário, catecismo, bíblia, essas coisas. Com ele era tudo em alemão. Mas terça-feira também era alemão, mas era a escola para ler, escrever e aprender uma coisa sobre natureza e depois nós tínhamos escola portuguesa.<sup>126</sup>*

D. Mariquinha teve uma vida escolar bem variada, às custas das mudanças de sua família. Na localidade de Schröder, onde morou com a família por cerca de um ano, a recordação não é muito positiva. *Na escola, era muito horrível, eram muito racistas.* Já em outra localidade, Putanga, frente às constantes provocações dos alemães, ela narrou que

*Um menino sempre incomodava, chamava a gente de negro e tudo. Então ele inventou que ia contar uma história para nós. A história que ele contou é uma história, era uma história de ver..., Uma história mesmo. Então ele queria contar assim: 'igreja de ferro é sacristão de pau, dentro da Igreja tinha um negrinho que tocava um berimbau<sup>127</sup>'. Mas não era isso o que ele queria dizer. Mas para nos chatear que éramos o feijão, que era preto, dentro da panela de ferro. Ai o pau comeu! Ai brigamos. Sabe o que nós fizemos? Botamos ele num pântano bem preto, o metemos dentro da vala e o fizemos todo pretinho. Todo pretinho, para ficar igual a nós. A gente, quando é criança, não cisma e não pensa... Era alemãozinho. Ai, o fizemos pretinho! Era difícil a convivência com o branco. Eu não entendia sabe, eu não queria que me chamasse assim. Eu era muito ruim, brava mesmo.*

Contudo, D. Mariquinha achava que o ambiente em Schröder era mais racista do que Putanga, onde havia mais brasileiros, vindos principalmente de Barra Velha, litoral Norte de Santa Catarina. A designação de "brasileiros" foi provavelmente usada por ela para englobar não somente os brancos, mas também os afro-descendentes, que se auto-atribuem esta vinculação identitária. Outro entrevistado, Sr. Daniel, ao comentar sobre sua vida escolar, deixa evidente como os brasileiros não negros

<sup>126</sup> ADAM, Walter. *Entrevista...*

<sup>127</sup> Provavelmente o instrumento berimbau.

conceituavam a localidade de Putanga: Todo mundo tinha uma escola só. Alemães, russos, poloneses, italianos, lusos, todos se reuniram. (...) Negro tinha a escola do negro. Negro só veio depois de 1940! Até 40, o negro não tinha vindo ainda. O negro foi “brabo” para entrar. Nós tínhamos a escola do Putanga. Lá eles tinham uma comunidade isolada.

D. Mariquinha talvez fizesse parte da comunidade mencionada pelo Sr. Daniel, já que ela e sua família moraram em Putanga, enquanto o Sr. Daniel residia no Núcleo Colonial Rio Branco.

Apesar de o Sr. Machado morar, na idade escolar, na localidade de Encantado, ele estudava na vizinha localidade de Guamiranga. Segundo ele, a escola congregava estudantes das mais variadas origens. *Nós íamos à aula com os de origem. Até hoje não tem separação. É preto, é branco, é alemão, é caboclo, seja de onde for. Nós estávamos toda a vida juntos.*

Essas situações narradas pelos entrevistados mostram que o âmbito escolar foi, às vezes, integrador. No entanto, as situações de conflitos entre os estudantes demonstram a difícil convivência entre os etnicamente diferentes. Do mesmo modo, fica patente a utilização do espaço da escola para a realização de práticas tendentes à afirmação de determinadas identidades.

O reconhecimento da importância do espaço escolar na formação/construção de uma identidade conduziu a que a escola, durante a Campanha de Nacionalização, fosse um dos principais veículos de disseminação e de controle da ideologia nacionalista do Estado Novo.<sup>128</sup>

Conforme Ilanil Coelho, além da obrigatoriedade do uso do idioma português em todas as aulas e nos materiais didáticos diversos, que deveriam ser previamente aprovados pelo DIP e Ministério da Educação, a comemoração de datas cívicas e o aprendizado de todos os hinos oficiais eram obrigatórios. Em não se cumprindo essas “orientações”, a legislação previa penalidades que iam “desde o afastamento até a prisão de diretores e professores que não correspondessem às exigências impostas,

---

<sup>128</sup> Cf CAPELATO. *Op. Cit.*

além do fechamento provisório ou definitivo dos estabelecimentos considerados irregulares”<sup>129</sup>. Nesse sentido, as lembranças dos entrevistados sobre a Campanha de Nacionalização do Estado Novo deixam explícito o tipo de impacto que isto gerou no cotidiano dos grupos étnicos.

## RELIGIÃO

A religião foi, talvez, um dos espaços onde a identidade étnica tinha fronteiras mais bem demarcadas. Deve-se observar que a religião transcende o exercício da fé em direção à organização política e econômica das localidades com as quais estamos trabalhando. As mesmas se organizaram em torno das igrejas, especialmente das católicas<sup>130</sup>, que congregam basicamente brasileiros, poloneses, italianos e alemães. e das evangélicas luteranas, freqüentadas quase que exclusivamente por teuto-brasileiros.

Em muitos casos, os espaços religiosos são os últimos remanescentes de uma vivência em que os diferentes eram facilmente reconhecíveis; onde as fronteiras entre o “nós” e os “outros” eram aparentemente mais facilmente detectáveis. Muitos referenciais identitários se perderam com o passar do tempo, e isto é percebido nas entrevistas. No caso do Sr. Walter, a sua comunidade, em Brüderthal, é a da Igreja Evangélica de Confissão Luterana, que lhe oferece um sentido de continuidade e de perpetuidade à identidade da qual participa. A comunidade religiosa cumpre um papel tão central em suas lembranças que sua entrevista iniciou com um histórico dela. Ele parece ser o porta-voz do grupo de alemães luteranos daquela localidade. Conforme o seu relato, a sua família esteve presente desde a fundação da igreja e da comunidade, *que eu sou segunda geração. Era meu bisavô e avô que vieram da Áustria, em 1875, para Joinville, e, em 1886, aqui. Fundaram depois a comunidade ali, dia 06 de julho*

---

<sup>129</sup> COELHO. *Op.Cit.*, p. 104.

<sup>130</sup> Igreja Católica Apostólica Romana.

*de 1886. Esses são os fundadores da comunidade.* A idéia de que a comunidade religiosa ainda sustenta um dos pilares de sua identidade fica mais evidente quando ele percebe que todo o resto mudou e/ou terminou. Para ele, a comunidade vive um momento de declínio em termos econômico e populacional, o que coloca em xeque a manutenção do seu grupo identitário

*Ela diminuiu, deixa eu ver uma coisa, primeiramente os desmembros como Estrada do Sul, Schröder. As de Schröder eram todas nossas dependentes, de I até III. Itapocuzinho, tudo, era tudo dependente da nossa. Guaramirim também era dependente nossa e Guamiranga, também. Porque nós éramos a matriz e elas as filiais. Depois os membros saíram. Mas ficaram mais para si depois. Criaram suas próprias comunidades e, muitos também, já saíram da nossa e foram para igreja católica e muitos se jogaram para igreja crente, alguma coisa, então baixou, foi baixando. Os casamentos também contribuíram, pois às vezes o rapaz era católico, a menina evangélica, protestante que se diz, e ele queria que a mulher virasse para o lado dele, então iam para parte católica e ninguém proibia, mas não se deve proibir também. O rapaz era evangélico e a menina católica, família católica, então ele diz: Eu sou tronco e você vira para o meu lado, acontecia isso também. Mas mesmo assim, está diminuindo porque muita gente saiu de muda e, acontece o seguinte: que os filhos desses colonos quando casam não ficam mais na lavoura, eles vão para cidade. É onde que vão para Guaramirim, vão para Jaraguá, vão para Joinville e se membram lá nas Comunidades. Por isso que a nossa comunidade está decaindo. E nascimento, aumento de família é muito pouco aqui neste lugar, decaiu muito e o aumento da família é muito pequeno.*

A igreja, em torno da qual orbita a comunidade a que pertence o Sr. Walter, faz parte do imaginário de toda a localidade de Brüderthal. Ela domina a paisagem e é, sem dúvida, o maior marco referencial para os moradores (ver Figura 17).

D. Rosa frequentou, durante boa parte de sua vida, a comunidade evangélica luterana. Contudo, a sua família passou a fazer parte da comunidade do centro de Guaramirim.

*Mas como foi passado para lá por causa de correio, ônibus, táxi, ferrovia, telefone essas coisas..., então foi passado para paróquia de lá. Então hoje nós somos filial da paróquia de Guaramirim. Antigamente eram filiais da paróquia de Brüderthal. Isso deve fazer uns 30 e poucos anos que foi levada, a paróquia, para Guaramirim. Foi. E já não era mais Bananal, era Guaramirim.<sup>131</sup>*

---

<sup>131</sup> ADAM. Walter. Entrevista...



Em termos de manifestação pública do idioma alemão, a igreja luterana era um espaço privilegiado. Ainda hoje ela promove cultos nesse idioma. Na época da infância e juventude do Sr. Walter e de D. Rosa, todo o ritual era feito na língua alemã. Isso custou, na época da campanha de nacionalização, a prisão do pastor Laurence Hanz. Esse pastor, além de ser natural da Alemanha, ministrava cultos somente no seu idioma de origem.

*Mas depois, aquele pastor Laurence Hanz praticou a língua portuguesa em Florianópolis, quando estava lá sob controle. Ele se deu muito com as autoridades e, então, ele praticou lá para falar, voltou de lá e, de início fez um culto tudo em português, não saiu tão bem feito, mas atendeu. A partir daí só português. Tudo, naquela temporada, foi tudo português, não sei quantos anos. Depois deu ordem que podia falar em alemão outra vez. Então, tinham pessoas de idade ali que não entendiam o português, então ele abria o culto tudo em português, então a prática ele fazia em português e, outra metade da prática, ele fazia em alemão, mas só a prática. O canto e a reza continuavam tudo em português. Hoje não tem alemão é tudo em português, parece que em Guaramirim, na matriz, eles estão dando o culto em alemão. Mas a nossa aqui é tudo em português, porque é tudo gente mais nova. Temos gente aqui que não entende, alemão filho de alemão que não entende o alemão, não entende! Só português.*<sup>132</sup>

D. Irmigard Leitzky lembrou-se de que o alemão era o idioma oficial entre os luteranos. Ela mesma precisou ir para próximo de uma outra localidade para cursar a doutrina evangélica luterana. *Eu tinha 14 anos, e precisava ir à igreja, à doutrina, para comunhão. Como era muito longe ir lá para Guaramirim, o meu pai me botou em Massaranduba, na casa do meu avô, pai da minha mãe. E lá eu fiquei um ano, um ano e meio. Doutrina, era só em 4 meses. A doutrina era em alemão. Apesar dela e do marido professarem a religião luterana, isso não os impediu de manterem uma boa relação com o Padre Mathias, quando este veio atuar na paróquia católica de Guaramirim. Para o Sr. Adolfo Leitzky, a prova maior foi ele ter cooperado com o referido padre, que solicitou o empréstimo de um equipamento do entrevistado para perfurar o poço da igreja matriz católica. Um dia, ele veio aqui pedir uma manivela*

---

<sup>132</sup> Id.

*para afundar um poço. Ele sabia que eu tinha. Aí ele me disse: 'Tu não vai dizer que não me dá!' Mas eu emprestei para ele. Ele pegou a nossa manivela de fazer poço, corda pra fazer um poço lá na igreja. Ele pegou aqui em casa.*

Na visão do Sr. Adolfo havia somente *duas igrejas, a Protestante e a Católica*. Esse cenário, porém, amplia-se ao tomarmos os depoimentos de D. Chica, do Sr. Fernandes e do Sr. Daniel. Os dois primeiros declararam-se originalmente católicos. D. Chica, quando da entrevista, ainda se declarava como tal, embora afirmasse que freqüentava a igreja evangélica pentecostal O Brasil Para Cristo. Essa igreja, localizada num núcleo ocupado basicamente por negros, na localidade da Caixa D'Água, parece ter surgido a partir do confronto ocorrido com a chegada maciça de italianos católicos na localidade, a partir da década de 1950. Estes passaram a ser dominantes no cenário religioso católico da localidade. Na fala de D. Rosa, uma protestante, temos o indício de que a debandada de membros brasileiros brancos da localidade e da conversão às religiões evangélicas pentecostais passaram a ocorrer com maior freqüência e de forma mais aceitável desde então.<sup>133</sup> Essa problemática da aceitação de outras religiões que não sejam as duas de maior visibilidade no cenário de estudo, a católica e a luterana, é lembrada pelo Sr. Daniel, quando este diz que, *como hoje tem aqui ainda esse trato como se diz... o comunismo branco ainda está aqui. Como você pode ver hoje ainda dizer assim: 'Ah! Aquele crente lá fez isso aqui!' Não tem essa palavra hoje ainda? Eles têm um desdém assim ao dizerem. Podia dizer: 'o seu Machado ta lá'. Mas não diz o seu Machado diz 'Aquele crente ta lá'. Para pisar.*

Retomando o caso de D. Chica, entendemos que ela distinguia religião (fé) de igreja (ritual). De acordo com a entrevistada, o motivo da mudança de igreja foi a solidão, advinda da morte de seus familiares. Como bem afirma Ecléa Bosi, “integrados em nossa geração, vivendo experiências que enriquecem a idade madura, dia virá em que as pessoas que pensam como nós irão se ausentando, até que poucas, bem poucas, ficarão para testemunhar nosso estilo de vida e pensamento.”<sup>134</sup> Eram os próprios participantes dessa comunidade religiosa que vinham buscar D. Chica, de

<sup>133</sup> Ver no capítulo seguinte o item “O outro, difícil ou necessário?”

<sup>134</sup> BOSI, Ecléa. *Op. Cit.*, p.75.

carro, sobretudo depois que os problemas de saúde dela a impediam de se locomover por longas distâncias.

No caso do Sr. Fernandes, a mudança deu-se em decorrência da esposa, que deixou de lado o catolicismo e assumiu a religião evangélica sabatista. Ela, aos poucos, levou-o a mudar para a mesma religião.

D. Irma, entretanto, manifestou-se dizendo: *eu sou protestante*. Contudo, isso não a impedia, nem a impede, de rezar o terço católico com a comunidade. Esse trânsito entre ritos religiosos diversos não a constrange, visto que se dá em decorrência do seu falecido marido ter sido católico. Além de tudo, essa prática garantiu e garante a ela uma inserção mais tranqüila no meio de uma comunidade de maioria católica. Como ela vive sozinha e não possui filhos, ela depende da presença de vizinhos e de parentes no caso de alguma dificuldade e/ou emergência.

O Sr. Machado e D. Maria Juliana declararam que a religião deles é a mesma que a de seus pais, bem como é a dos descendentes. Isso foi dito com orgulho indisfarçado. Parece que a religião católica congregava uma heterogeneidade maior de etnias. Mesmo os alemães, em muitos casos, incluíam-se como seus membros. Como bem aponta Emilio Willems, para os membros da Igreja Evangélica Alemã, a homogeneidade religiosa coincidia fatalmente com a segregação nacional, fato esse que nem sempre sucedia com os católicos de origem germânica.<sup>135</sup>

Para D. Maria Unlauf manter-se católica foi necessário negociar com áreas de tensões estabelecidas entre os protestantes da família do seu falecido marido e a comunidade católica da qual ela participa, capitaneada, nas décadas de 1950 até 1970, pelo Padre Mathias. Este exigia dela um compromisso muito maior do que dos outros fiéis que não viviam em uma zona limítrofe dessas duas religiões. A cobrança feita em relação ao casamento protestante do filho, como narrado no capítulo anterior, ajuda-nos a entender melhor o fato. O que está em jogo é o compromisso dos membros com as comunidades religiosas. Assim, o casamento entre membros de religiões diferentes, mas que as mantivessem, abria um leque de possibilidades aos seus descendentes, que

---

<sup>135</sup> WILLEMS. *Op cit.*

poderia implicar numa desestruturação das comunidades, já que esses poderiam aderir a uma ou a outra, ou a nenhuma delas.

FIGURA 17 – IGREJA DOS IMIGRANTES/ BRÜDERTHAL



FONTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM. Conselho de Desenvolvimento Municipal. Secretaria Executiva. Planejamento Estratégico. **Guaramirim em dados – 2001**. Guaramirim, 2001 CD-ROM.

Parece que relativizar a fé também era, e ainda é, um assunto tabu para os entrevistados. D. Mariquinha relembra que, no seu grupo de vivência, ela era chamada pelos agricultores para dar início ao plantio das primeiras sementes de uma determinada cultura, pois eles acreditavam que ela possuía uma *mão boa*. Ela relata que, *desde muito nova, a partir dos sete anos de idade, era chamada para tais atividades*. D. Mariquinha também benze contra mau-olhado, *arca caída* e doenças diversas, sendo muito procurada por moradores de toda a região de Guaramirim. Sua fama alcança outras localidades, fazendo suas relações extrapolarem o grupo de vizinhos próximos. O benzimento é uma prática religiosa, que foge aos ritos das igrejas cristãs, mas que possui uma presença muito marcante no cotidiano das comunidades. Benzedeiras, parteiras e outros saberes que aproximam o místico com o campo do religioso é bastante comum nas narrativas dos entrevistados, especialmente dos que se professaram católicos, como é o caso de D. Chica, D. Mariquinha e D. Maria Unlauf. A primeira, enquanto concedia a entrevista, empurrava intermitentemente um galho de arruda que teimava em escapar do lenço que lhe cobria a cabeça<sup>136</sup>. D. Maria Unlauf, por sua vez, frisou o papel das parteiras, que durante muito tempo supriram as necessidades das parturientes até, pelo menos, a instalação do Hospital em Guaramirim e com a chegada do primeiro médico ao município.

Diante de um quadro bastante amplo de possibilidades de práticas de caráter religioso, temos então que a religião era um espaço de vivência fundamental na vida dos moradores do antigo distrito de Bananal. Muito das relações estabelecidas em outros âmbitos, como o familiar, o trabalho e o lazer, estão vinculadas a ela. Religião é sinônimo de identificação. Algumas, como a luterana, mostram-se como um sinal diacrítico, reconhecível por todos como identificador dos alemães. A religião católica, mais heterogênea, nem por isto menos diacrítica em relação às que se opõem a ela. Ser

---

<sup>136</sup> Conforme a tradição popular a planta arruda (*Ruta Graviolens* L.- Rutaceae) pode ter diversas aplicações medicinais (Cf. BALBACH, A. **As plantas curam**. 1.ed. São Paulo: Edições Vida Plena, 1995, p. 110-11) e religiosas (Cf. BARROS, José Flavio Pessoa de; NAPOLEÃO, Eduardo. **Ewé Orisá**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999, p.103).

católico significava tanto um mecanismo de vinculação/identificação quanto o pertencimento a um espaço de convivência e lazer.

Anteriormente com menor visibilidade, mas hoje bastante presentes no cotidiano, as igrejas evangélicas pentecostais, sabatistas, presbiterianas, entre outras, assumem especial destaque, atraindo os que não se afiliam a nenhum grupo étnico estabelecido há mais tempo. Essas igrejas também absorvem aqueles que não conseguem se adaptar às diversas mudanças ocorridas em suas vidas.

## TRABALHO

Algo que aproxima todos os entrevistados é o trabalho. Desde muito cedo, eles começaram a trabalhar. A importância do trabalho já pode ser sentida na primeira entrevista e repetiu-se nas demais. Toda a narrativa de D. Chica tem a estampa do trabalho, o qual, além das marcas deixadas na memória, também marcou o seu corpo.

*E estou aqui, cheia de reumatismo. Mas o reumatismo ... Eu é que fui relaxada. Porque eu trabalhava muito assim na quentura e, saía assim. Não tinha resguardo... Naquele tempo a gente não tinha sapato, tamanco. Andava de pé no chão e tudo. Foi o que me criou uma bolinha lá na junta. E aquela bolinha foi indo e foi indo, foi indo, foi indo e, um dia, a Chica estava velha! 'Pois um dia eu vou dar conta do corpo dela!' É, hoje em dia, esse reumatismo..., hoje quase todos aqui sofrem do reumatismo. Mas Deus é que sismou comigo. Não vê oh! Esse aqui ainda dá para endireitar (mostrando que um dedo ainda consegue retornar à sua posição normal, enquanto que os outros apresentavam-se deformados, com as juntas inchadas e com movimentação difícil).*

Um dos trabalhos de D. Chica, que mais chamava a atenção dos moradores da localidade, era a torra de café. Durante a entrevista, a lembrança dessa atividade esteve associada ao cheiro muito agradável que produzia e que se espalhava pela vizinhança. O terreno de D. Chica não garantia produção suficiente para suprir as necessidades de seu grupo familiar. Os grãos necessários ao abastecimento do grupo eram obtidos pela compra e doação de moradores, para os quais ela trabalhava. Em muitos casos o pagamento dos dias de trabalho era feito em espécie.

*Muita gente vinha de lá, passava por aqui e eu ouvia, vinham chegando... Nos domingos... Vinha muita mulher ou homem, conhecidos nossos, vinham aqui só para beber o café que era gostoso! Eu torrava café... Ainda tenho um pilão ali, só não tenho a mão de socar. Mas aqui eu torrei muito café, muito café. Eu colhia café lá, como é que é? No Schichela. Colhia café lá e trazia e vinha, e ficava com cada barrica grande, cheia de café. Muitas vezes ele dava para nós. Mas aquele café era gostoso! Eu bebo deste café agora, mas não é gostoso.*

A sua força de trabalho era negociada com moradores de várias localidades circunvizinhas da Caixa D'Água. Em relação aos vizinhos mais próximos, ela relata que diversas vezes trabalhou no terreno do Sr. Francisco Machado. *Eu trabalhei muito aqui com seu avô. Tem este morro aqui que é dele. Porém, não informou se era contratada para isto. Em outra lembrança de suas relações com o Sr. Francisco, ela disse: A tua avó quando matava o porco, o João vinha trazer aqui pelo mato, e eu ia pra roça, toda vez eles me traziam um pedaço de carne.*

Esta possível troca de favores era muito comum na localidade. Porém, receber um presente, que era como se denominava essa prática, significava também uma proximidade afetiva, que era maior à medida que o pedaço do animal fosse a parte mais saborosa. Os mais distantes recebiam as partes menos nobres do animal. D. Chica, entretanto, não comentou qual parte ela recebia. Porém, o fato de ela estar incluída entre os mais próximos era motivo de orgulho, que também se expressou quando ela explicou que trabalhou *para todo mundo*. Esse “todo mundo” refere-se ao seu círculo de vizinhança. “Todo mundo” a queria muito bem, por ter sido muito trabalhadora: *Não fiquei male (sic) com ninguém, até hoje, não!*

O mais impressionante do relato de D. Mariquinha é quando ela descreve que, mesmo criança, já cumpria tarefa de adultos como, por exemplo, ajudar a família na construção da casa. *Eu estava com treze anos. Eu tinha que ajudar a serrar a madeira, serrar assim a pulso porque o pessoal dizia que tinha que... sabe o que é uma madeira serrada a pulso? Então ia um em cima no estaleiro e o outro ia embaixo. Então a gente tinha que serrar a tábuia até lá atrás. (...) Isso eu ajudei a serrar madeira para uma casa toda, porque eu e uma irmã minha éramos mais velhas que todos e, assim, a gente trabalhava.*

D. Mariquinha trabalhou em casas de famílias da região do Putanga, desde cedo. Aos sete anos de idade, ela ajudava a cuidar de crianças menores do que ela numa família de poloneses. Na condição de criança contratada para ajudar nos serviços domésticos, durante a campanha de nacionalização, ela ajudava os filhos de alemães a aprenderem a falar o português. Assim, além da escola, as crianças alemãs tinham a oportunidade de aprender a falar esse idioma em casa e/ou com os vizinhos.

D. Rosa também tem recordações de trabalhos realizados na época em que era criança: *eu trabalhava sempre. Sempre na roça né, desde criança! (...) Antes do meio dia, na aula, e de tarde, morro acima, lá em Schröder.*<sup>137</sup> O seu trabalho no “morro acima”, entretanto, ocorria no âmbito familiar. O sustento da família era retirado das lidas com a agricultura e a pecuária. Geralmente as atividades rotineiras eram cumpridas pelo próprio grupo familiar; raramente, precisavam de ajuda externa.

O Sr. Walter, descendente de alemães como D. Rosa, lembra-se de que a prática de mutirão era muito comum entre vizinhos, independente da etnia a que pertencessem. *Misturado! Misto, global. Tudo junto. Isso eram brasileiros, italianos... Mas isso aí não tinha raça; eram morenos, pretos, brasileiros natos, eram alemães; isso não tinha escolha, um ajudava o outro. Por isso nunca deu intriga entre os vizinhos, cada um cuidava para não acontecer, porque um precisava do outro. Como dizia uma mão lava a outra e as duas lavam um corpo.* Mesmo assim, a mão-de-obra baseava-se nos membros da família. O mutirão era uma prática que exigia pessoas em condições de prestar e receber serviço em sua propriedade. Em alguns casos, contudo, em decorrência da pessoa não poder cumprir essa condição, ocorria o contratação de serviço, com o pagamento em espécie ou em dinheiro, como ocorria com a família de D. Chica.

Numa perspectiva mais mordaz, o Sr. Daniel problematiza essas relações, aparentemente tão cordiais. Como o Sr. Daniel não deve ter trabalhado na agricultura como os demais, ele hierarquiza essa relação de trabalho entre vizinhos com um olhar externo.

---

<sup>137</sup> SCHMIDLIN, Rosa. Entrevista ...



*Aí tinha uns caboclinhos já trabalhando nas terras de russos. Nós chegávamos lá, os caboclinhos .... Nas casas não podia entrar. Na casa, caboclo não entrava. Para os russos. Nas lavouras, derrubando mata, derrubavam mata, capinavam suas terras e tudo então. Levavam comida na roça. Eles não vinham porque não podia comer em casa de russo porque aí era feio. Trazer caboclinho pra comer em casa de russo ficava chato. Era o mesmo como hoje, tu encontrar um bêbado caído ali na estrada, trazer dentro de casa, botar na tua mesa pra comer junto, aí tu perguntas: 'Mas esse bêbado tu foi trazer logo pra aqui homem?!' 'Ah, mais esse aqui eu não conheço ele, mas pode ser que é gente!' Tu vai comer? Assim era aqui... eles tinham a mesma mentalidade disso.*

O entrevistado certamente não se refere às práticas de mutirão. Explica qual era o entendimento que os russos faziam dos que vendiam sua força de trabalho, por não terem condições de produzirem o seu próprio sustento. Parece que havia uma escala que media a aproximação e o distanciamento entre os grupos étnicos diferentes. Conforme o Sr. Daniel; *apenas os russos se davam com os alemães. Não se davam 100%, mas 70, 75% se davam bem. Mas com os brasileiros, com os poloneses, 50%, assim, mais ou menos, a vida amistosa dele. Agora, com o brasileiro, era vivência zero. Vivência zero! Eles tinham, eles, os bugres, os pretos, os brasileiros, os chamados caboclinhos, como escravos. Escravos, lá por último...*

Se para uns o trabalho era motivo de fortalecimento do grupo familiar, opinião observada especialmente entre as mulheres entrevistadas, para outros, no caso os homens, o trabalho era a possibilidade de negociação maior a partir da convivência e dos negócios. A princípio, o que parecia orientar uma comunidade com uma densidade demográfica tão baixa, como a do antigo distrito de Bananal, parecia ser a cordialidade e harmonia. Contudo, as diferenças que um grupo elaborava como significativas, para outro acabava aflorando nessas relações de trabalho. A opinião do Sr. Fernandes é, nesse aspecto, bastante interessante. Muito ponderado, ele disse ter trabalhado com colonos de diversas origens, e que sempre se deu bem com todos, à exceção dos *polacos*, com os quais não gostava de trabalhar. Em relação aos alemães, ele tinha uma afeição especial.

*Olha, para mim, até hoje, a única atucanação que eu achei que não foi bom para trabalhar, foi com os Polacos. Porque eles tratavam mal. Eles tratavam mal os empregados que trabalhavam com eles. Alguns deles, não todos. Mas eu trabalhei com cada polaco aí, que Deus o livre! Trabalhei só um dia. Era para trabalhar a semana inteira e desisti outro dia e, já não fui mais. Mas com o resto não. Os de origem alemã, italiano, caboclo... Enquanto tinha serviço eu não saía dali para trabalhar. Ficava trabalhando com eles. Tratavam muito bem. Os alemães eram gente boa para tratar, principalmente sobre isso aqui (faz um gesto, referindo-se à alimentação). Eles tratavam muito bem! Trabalhava sim! Trabalhava que eu vou dizer, né! Se o camarada não fosse bom, não agüentava com eles. Mas, também, chegava a hora da mesa, podia 'fofar', como dizem. Saía que saía estufado! Então, eu me agradava daquilo, né. Mas quando eu ia trabalhar com um patrão que começava a me tratar mal, eu já pensava... Eu só pregava uma mentira, assim meio por cima, inventava alguma coisa, né, e nunca não pisava mais lá. Eu só pregava a mentira para ver se recebia o meu; para poderem me pagar, também. Olha eu trabalhei com o falecido Bonifácio. Era um homem que tratava muito bem o empregado. Nós comíamos todos juntos, na mesa. Trabalhei com um de origem alemã, também, era todos juntos na mesa. Tratavam muito bem.*

O grau de respeito entre os diferentes parece ser medido quando da convivência em espaços mais íntimos, como a mesa de refeições. O alimento era parte do pagamento do contrato de trabalho ou da empreitada, termo normalmente utilizado para se referir a este tipo atividade. Comer bem era uma vantagem; por um lado, comer junto à mesa do patrão parecia garantir um controle maior do empregado sobre aquilo que o patrão dispunha; de outro lado, o patrão acabava conquistando seus empregados, literalmente, “pela barriga”. O pagamento era feito também com dinheiro, como recordou o Sr. Fernandes: *Dava 15 mil Réis por semana... O falecido Bonifácio, diziam que era um patrão bom: 'Onde é que tu estás botando este dinheiro? No banco?' Naquele tempo, nem tinha banco coisa nenhuma. Aí acabava que era muito 15 mil Réis. A cada semana eu recebia 15mil Réis, que me pagavam.*

Os tipos de trabalhos mais comuns eram os relacionados ao cultivo agrícola e ao processamento de alguns tipos de alimentos, especialmente a farinha de mandioca e o melado. Essa produção era sazonal, condicionada à época de safra das culturas que serviam de matéria prima, no caso, o aipim e a cana-de-açúcar. *Era tudo forneado a braço, a 'muque'. Levantava 2 horas da madrugada, ia até às 11:00h. Tinha que*

*estar, como naquele tempo era por alqueire, 10 alqueires de farinha pronto. Dava cinco sacos de farinha, forneado a braço.*<sup>138</sup>

Alguns moradores também prestavam trabalhos mais especializados, como os de carpintaria. É o caso do Sr. Machado, que prestava esse serviço a diversos moradores da região. *Comecei a trabalhar de carpinteiro e fui... na roça e a mulher ajudando toda a vida, e veio a família... Mas eu fui colono, eu fui carpinteiro, eu fui pedreiro, eu fui empregado.*

No âmbito do trabalho, as relações estavam marcadas pela possibilidade da convivência entre os diferentes e pelas constantes negociações que envolviam, não só valores econômico, mas também e principalmente, valores de ordem simbólica. O trabalho, em si mesmo, era entendido como um valor. Ser considerado trabalhador na comunidade era uma vantagem que permitia escolher os melhores postos. Havia uma imagem a ser construída e mantida, a fim de que o conceito que a comunidade tinha a respeito de cada um fosse o melhor possível. Percebe-se, nas narrativas de todos os entrevistados, que o trabalho foi o cartão de visita de cada um. Considerando que as lembranças evocam o quanto foi feito no curso de uma vida, as relações de trabalho no antigo distrito de Bananal, ao mesmo tempo em que refletiam diferenças, eram o espaço mais amplo e de maior possibilidade de negociações interétnicas.

## LAZER

Iniciamos essa discussão sobre os espaços de sociabilidades dos grupos étnicos do antigo distrito de Bananal fazendo menção ao filme *O Baile*, de Ettore Scola. A discussão que segue serve justamente para visualizarmos como as etnicidades ecoavam nos espaços de lazer dos grupos nas localidades do distrito.

Em geral os bailes aconteciam em casas particulares, pelos mais variados motivos. Um vizinho promovia um baile, geralmente no rancho que servia, durante a

---

<sup>138</sup> CANDIDO. Entrevista...

semana, para as lidas com a agricultura, com um gaiteiro animando a festa e um barril de consertada<sup>139</sup> para os participantes beberem. Os bailes também eram promovidos por sociedades e aconteciam em salões públicos, sendo exigidos trajes especiais para participar dos mesmos. Também havia os salões de particulares, sendo o baile um negócio que poderia render algum lucro ao seu promotor. Bailes também eram promovidos pelas igrejas, como parte da programação das festividades que elas realizavam periodicamente. Os entrevistados geralmente destacam o cuidado com a aparência que deveriam ter os participantes sendo que, na localidade de Guamiranga, o Sr. Machado lembrou que o uso do terno e gravata era indispensável: *podia o verão queimar, terno e gravata.*

Nesse aspecto os bailes eram encontros que reuniam boa parte dos moradores, jovens e adultos, que tinham nesses espaços, além de diversão, a oportunidade de encontrar parceiros para o matrimônio, bem como de se congregarem de acordo com suas afinidades eletivas, em especial, as de cunho étnico. O Sr. Adolfo e a D. Irmigard conheceram-se num desses bailes, promovido por um vizinho. Ela explica como funcionavam esses bailes:

*Durante a semana trabalhava e depois a gente ia, assim, em soirès por aí, nos ranchos dos vizinhos. Nos ranchos dos vizinhos. Era rancho de arroz, onde batia arroz. O rancho das vacas E arrumei namorado e casei. Olha, como funcionava: uma gaitinha, assim, guec, guec, guec, e dançava, pulava, aí namorava e...  
Às vezes tinha um aniversário, tinha uma surpresa também. Nós íamos dez, onze horas da noite lá e aí começava a surpresa, né. Isso tem hoje às vezes ainda.*

Nesse aspecto os bailes e festas comunitárias eram espaços privilegiados, onde as identidades influíam tanto na organização quanto na participação. Os bailes, em muitos casos, não eram espaços tão democráticos quanto o apresentado no filme dirigido por Scola. Em alguns deles determinadas etnias não eram bem vindas e, em muitos casos, eram impedidas de participar. Nesse sentido e ampliando nossa compreensão em torno dos códigos que organizavam os bailes entre os moradores da

---

<sup>139</sup> O Sr. Machado, explicou que a consertada tratava-se de uma bebida feita a partir de uma mistura de água, gengibre e cachaça, basicamente, podendo ser acrescentados outros temperos.

localidade de Rio Branco. Silveira Júnior narra um baile que terminou em tragédia. Foi um baile organizado por um morador local, o Sr. Aquilino. A festividade arregimentou toda a comunidade, tudo corria bem, até o momento em que:

aparece o primeiro automóvel da noite. (...) saltaram dois homens altos, espadaúdos. (...) Seu Aquilino adiantou-se e, maneiroso, informou:

- Vossemecês podem entrar. Não custa nada...

(...) O moço mais alto, recém-chegado, encaminhou-se para a filha do seu Wolff, que viera de Bananal e era tão requintada que nenhum rapaz do lugar tinha coragem de convidá-la para dançar. Mas seu Aquilino, vigilante, adiantou-se e disse alguma coisa ao ouvido do visitante que, num repente, repeliu-o violentamente(...) Seu Aquilino (...) sacou o punhal e avançou contra o atrevido que, já aí de revólver em punho, atirou no lampião, deixando o salão às escuras. (...) Quando terminou o entrevero o homem alto estava deitado num canto do salão com um golpe de navalha que havia lhe seccionado a carótida. (...) O seu companheiro (...) no dia seguinte apareceu em Bananal com um braço quebrado. (...) Na viagem para Bananal, no fundo de uma carroça, o moço [o mais alto] faleceu, esvaído em sangue. (...) Tudo muito simples. É que ambos eram moços de cor. Seriam pretos? Não! Tinham aquela cor indefinida que marca a fronteira entre o negro e o branco. Mas no rigoroso crivo da fina sociedade riobranquense, que permitia que meretrizes de Joinville dançassem nos seus bailes, que não se importava que o Chico da Natália fugisse da cadeia para abrilhantar os seus salões, só havia uma regra que não poderia ser descumprida: em baile de branco, negro não dançava!<sup>140</sup>

Somada à narrativa de Silveira Júnior, e sendo influenciada por ela, o Sr. Daniel, leitor das Memórias de Um Menino Pobre, informou que, em baile de alemão, caboclo não entrava. A situação era a mesma nos bailes e festividades dos caboclos.

*Porque tu chegavas lá, ia tirar uma alemã daquela para dançar, os alemães avançavam em cima de ti e te matavam. Agora, se tu chegasses com uma mulher lá e fosse dançar com a tua moça, ali sozinho, tu dançavas com ela. Agora, se tu chegasses lá e mudasses de par e, pegasses uma alemã daquelas ou, do contrário, os alemães eram mais metidos, os alemães eram mais liberais, os russos... Assim, então chegavam mais nas caboclinhas, como se pode dizer, nós dizíamos no linguajar nosso. Chegavam e tiravam as caboclinhas para dançar e já chegavam. Os alemães, sabe como é... hi, hi, hi, ha, ha, ha! Já vinha um caboclo daqueles e sentava o pau! (risos) E aí é que os caboclos eram considerados gente brigona e gente boa de cabeça, boa no tapa, boa no pé velho e na faca! Aí eles davam conta dos russos e dos alemães. Os alemães caíam todos. O alemão era difícil de ganhar do caboclinho (risos)! Aí o quê que faziam? Aí davam pau!*

---

<sup>140</sup>SILVEIRA JÚNIOR. *Op. Cit.*, p.93-94.

Num outro trecho do livro, Silveira Junior narra como eram organizados os bailes e, em dado momento, reproduz os dizeres de um aviso que lembrara ter sido colocado na porta do salão de bailes em Jacu-Açu. O aviso, escrito em alemão, informava que havia um “Grande Baile”, para o qual os alemães pagariam 1\$000 réis de entrada e os brasileiros o dobro.<sup>141</sup> Este verdadeiro baile das diferenças ocorria normalmente, considerando que a localidade de Jacu-Açu estava distante das autoridades brasileiras situadas na localidade de Bananal.

D. Maria também se lembrou da existência de festas de alemães e de brasileiros, reafirmando o caráter étnico dado a esses espaços de sociabilidades. O que marcava a distinção de ambas era o uso da língua e o sentido da festa, já que normalmente elas estavam relacionadas a motivos religiosos.

Para o Sr. Walter, os bailes que ele gostava de freqüentar eram *bailes de festas*. Assim, *festa de igreja, festa de escola. Eu participava mais, eu gostava mais, porque o baile era uma coisa que era só para aquela sociedade*. A escola a que o Sr. Walter se refere era a escola pertencente à Comunidade Evangélica Luterana de Brüderthal, da qual sua família sempre fez parte. Hoje, o Sr. Walter é um dos diretores dessa igreja e ajuda a organizar as festas que, além de demarcarem um espaço para os alemães na comunidade, serve para arrecadar fundos para a manutenção da congregação.

As festas promovidas pelas igrejas eram organizadas e custeadas pela própria comunidade. Os preparativos das festas católicas, por exemplo, eram precedidos pelo recolhimento das prendas. O padre ou um membro da comunidade passava de casa em casa a fim de receber a doação do morador. Geralmente escolhia-se o animal mais bonito, mais vistoso. Se a pessoa não tivesse criação, poderia contribuir com uma soma em dinheiro ou, então, com serviços, fora aqueles que cada família se comprometia a fazer durante o ano. Do conjunto da comunidade eram escolhidos festeiros, que além de se comprometerem com a organização direta da festa, deveriam contribuir com prendas de valores mais elevados que os demais membros da comunidade.

---

<sup>141</sup> *Ibid.*, p. 152.

Se a religião demarcava espaços étnicos entre os moradores do distrito de Bananal, as festas de cunho religioso, conseqüentemente, também. Elas assumiam importância à medida que, quanto maior e mais organizada ela fosse, maior seria o prestígio que determinado grupo teria frente aos demais.

Para o Sr. Fernandes, os bailes eram espaços de disputas, de brigas e de confusões. Os salões de baile que ele ia eram freqüentados por pessoas das mais diversas etnias. Ele gostava de ir aos bailes de um salão que se situava na área limítrofe dos municípios de Joinville e Guaramirim, na Estrada do Sul. Era o Salão do Eleotério, com baile a cada 15 dias. O entrevistado tinha uma turma, composta por ele, o sogro e cunhados que, munidos de violão, cavaquinhos e pandeiros, animavam o baile. Para ir de sua casa até o referido salão, distante cerca de 15 km, o grupo passava pela comunidade de Brüderthal que, *para lá, era de origem mais alemã. Brasileiros, para lá, dava para contar o que tinha.*

Num outro salão, situado no centro da localidade de Bananal, o Sr. Fernandes recordou que ocorriam muitas brigas, motivadas pela disputas por mulheres, ciúmes e bebidas. Portanto, os bailes eram espaços onde a agressividade encontrava guarida. Eram espaços dissonantes, tendo em conta a organização e as negociações em torno da estabilidade da sociedade. Nos bailes, as regras estavam um pouco mais frouxas em relação ao cotidiano, encontrando um escape, potencializado pelo lúdico e pela bebida que descontraía o grupo.

*A bebida, né. Às vezes era bebida, às vezes era por causa de mulher, também, né, por ciúmes. A primeira briga que eu tive lá, foi porque eu tinha uma mulher que era minha namorada; chamava-se Frida (...) Era uma morena, também. Só que era bem clara, ela. Eu gostava muito dela. Daí ela casou-se com outro cabra e vieram ao baile. Ai, nós começamos a conversar e pá, pá, pá e, sabe como é né! Eu já era casado. Eu era bem sem vergonha, também. Ai o pau quebrou, né. O homem arrumou mais 10 e enfezou-se, né. Ai o pau quebrou, a polícia bateu em cima e aí, dale, né! Se incomodaram ... E eu dei uma canivetada no braço de um camarada, ainda. O canivete até quebrou, rapaz...! Se fosse uma faca, coitado do homem, né! Eu teria matado o homem! (...) E aí, acalmaram-se, fomos dançar outra vez... Amanheceu e eu vim embora. Naquele tempo, o baile amanhecia e, hoje, deu 4 horas, termina tudo. Naquele tempo amanhecia. Naquele tempo, nós iamos ao baile, dançávamos a noite toda. Quando chegava ali pelas 5 horas, botava o barril, que naquele tempo chamava-se de consertada, botava a consertada no meio do salão. Todo mundo dançava em volta, bebendo até 9, 10 horas do dia e, depois, nós iamos embora.*

Em toda essa variedade de práticas de lazer da sociedade do distrito de Bananal temos a memória construindo espaços matizados pelas negociações em torno das identidades étnicas do grupo. Nem sempre o que valia era a identidade a que o indivíduo se auto-atribuía, mas sim aquela que o outro a imputava, como no caso da tragédia narrada pelo Silveira Júnior. A violência ocupava, também, espaços cujas regras de convivência entre diferentes identidades eram mais frouxas, sendo gerada por outros motivos, como os narrados pelo Sr. Fernandes. Mesmo assim, o lazer e, em especial, as festas e bailes, eram espaços muito importantes, não só para a construção das identidades do distrito, mas para construir um sistema significativo que ligava os indivíduos à coletividade. Era um espaço mercantil, não só em termos econômicos, mas em termos simbólicos, onde os sinais diacríticos das etnicidades eram postos mais em evidência, exigindo dos portadores comportamentos que também eram negociados, às vezes de forma explícita, tensa e violenta, às vezes de forma tácita, cuidadosa, conservadora, como a conversa ao pé do ouvido do forasteiro afro-descendente feita pelo Sr. Aquilino, no baile narrado por Silveira Júnior.

## ESTRATÉGIAS LOCAIS

Quem são teus inimigos?  
 Quem é de tua cria?  
 (Legião Urbana)

Quando afirmamos que a sociedade do antigo distrito de Bananal organizou-se durante a intervenção da Campanha de Nacionalização, empreendida pelo Estado Novo de Vargas para garantir a sua estabilidade, não queremos dizer com isso que a Campanha de Nacionalização não tenha provocado mudanças nas relações entre os grupos, pois como vimos em muitos relatos dados pelos entrevistados, ocorreram prisões em decorrência de delações feitas pelos próprios moradores. O que queremos enfatizar é que, para fazer frente ao movimento do estado, a comunidade engendrou estratégias e espaços que permitiram a sobrevivência das diferenças em virtude das incertezas provocadas pelas ações da Campanha. Esta potencializou os choques entre



os diferentes, colocando os que se alinhavam ao padrão de nacionalidade defendido, supostamente, em vantagens aos demais.

Algumas estratégias, entretanto, propiciaram que as etnias visadas pela Campanha para serem integradas ao padrão nacional passassem a dominar os códigos que o opressor determinava, mantendo, contudo, outros sinais diacríticos identificadores dos grupos, utilizados em espaços mais privados, ou de convívio comunitário, contanto assim com a solidariedade do conjunto da comunidade.

Giovanni Levi, ao estudar a situação vivida por uma pequena comunidade camponesa do Piemonte, nos séculos XVII e XVIII, demonstrou que os habitantes de Santena, diante de um quadro de disputas entre duas cidades estado, Turim e Chieri, desenvolveram estratégias de manutenção da organização do poder local, garantindo a estabilidade da comunidade.<sup>142</sup> Situação semelhante ocorreu com a sociedade do distrito de Bananal que, dividida em diversas comunidades e extremamente contrastada em termos étnico-culturais, desenvolveu estratégias que permitiram a perpetuação dos grupos étnicos locais.

Nesse aspecto, a lembrança construída pelos entrevistados tem a característica de testemunhar vivências, içando elementos que os tornam partícipes de uma elaboração identitária a partir do cotidiano. Por isso, ao lembrarem-se dos momentos difíceis e dos impactos causados pela intervenção do estado brasileiro com a Campanha de Nacionalização, quase todos os entrevistados foram unânimes em condenar suas ações mais violentas e ao se solidarizarem com os que foram atingidos mais diretamente por ela.

Contudo, essas lembranças, sabemos, têm um caráter individual e, diante disso, elas contrastam profundamente com memórias que procuram estabelecer sistemas de identificação aos moradores do município. Na atualidade, portanto, essas lembranças individuais são o contraponto frente a um outro discurso homogeneizador, desenvolvido e sustentado pelo poder e por alguns intelectuais do município. O próximo capítulo discutirá mais aprofundadamente essa problemática, evidenciando as

---

<sup>142</sup> LEVI, Giovanni. **A herança imaterial**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2000.

tensões entre uma memória que se pretende única, agregadora e monolítica. e outra, mais plural, pulverizada, centrífuga, própria das narrativas memorialísticas individuais que vêm sendo consideradas no presente trabalho.

## SIGNIFICANDO ESPAÇOS

Nós não vivemos numa espécie de vazio, no interior do qual podemos situar os indivíduos e as coisas. Nós não vivemos no interior de um vazio que ganha cores ora de um tom ora de outro: nós vivemos no interior de um conjunto de relações que definem locais irredutíveis uns aos outros e absolutamente não superponíveis.

(Michel Foucault)

Foi discutido, anteriormente, como as lembranças de alguns moradores do antigo distrito de Bananal estabelecem significados para momentos da vida pessoal e ou grupal em diversas conjunturas, especialmente nas décadas de 1930 e 1940, quando ocorreu a Campanha de Nacionalização. Esta se baseava na tentativa de estabelecer uma identidade nacional única, que colocou em risco a estabilidade das comunidades do antigo distrito de Bananal, marcadas pela convivência de diferentes identidades.

Também foram levantadas questões relativas à ocupação da região da qual o município de Guaramirim faz parte, a fim de entendermos o cenário em que essas lembranças foram construídas. Percebemos que a estratégia de ocupação da área em questão mudou durante o período analisado. A paisagem local mudou significativamente pois, se antes da década de 1930, em algumas localidades havia uma certa homogeneidade étnica, a ocupação que se deu a partir de então revela uma forte tendência à heterogeneidade, diluindo diferenças dentro da identidade nacional proposta pelo estado ditatorial de Vargas.

Dando continuidade à discussão, abordaremos agora como os significados para a Guaramirim do presente estão sendo construídos a partir da apropriação do passado. Enfocamos, basicamente, duas tendências: a que procura estabelecer um sentido único e perene em todo o tempo, a partir de diversos narradores que reproduzem uma espécie de drama histórico, e outra, marcada pela diversidade.

Durval Muniz de Albuquerque Jr., em **A invenção do Nordeste**, parte de um questionamento bastante inspirador para a discussão que ora se apresenta: “trata-se de pensar como a região se tornou uma problemática, que práticas discursivas e não-discursivas fizeram esta questão emergir e a constituíram como objeto para o pensamento. Como emergiram estas questões prementes às quais se devia dar uma resposta: O que é a região? Qual sua identidade? O que particulariza e individualiza...?”<sup>143</sup> Durval Albuquerque dedica-se a entender como se constituiu o que, hoje, chamamos “Nordeste brasileiro”. Essa dizibilidade se dá num movimento de ressignificação, extrapolação e de massificação de identidades. Conforme Durval Albuquerque, se hoje dizer que o Nordeste brasileiro possui tais e quais características, é uma tarefa relativamente fácil; em verdade, ela é tributária a um movimento empreendido pelas elites nordestinas desde meados do século XIX, pois “até meados da década de 1910, o Nordeste não existia” sentencia Margarteh Rago no prefácio da referida obra. É, portanto, um movimento histórico de configuração discursiva, que possibilita a dizibilidade/vizibilidade<sup>144</sup> de algo, distinguindo-o com traços inequívocos das demais possibilidades de ser/dizer. “*O Nordeste é uma rugosidade do espaço nacional, que surge a partir de uma aliança de forças, que busca barrar o processo de integração nacional, feita a partir do Centro-Sul*”.<sup>145</sup>

Tudo isso parece distanciado do que se propõe esta pesquisa, já que se procura refletir sobre uma região distanciada do Nordeste de Durval Muniz. Aliás, pode-se afirmar que está se falando do outro, daquilo que se distingue, da sua oposição – o Sul. O que se tem em comum é a percepção da situação ou da identidade regional. O município de Guaramirim faz parte de um sistema de lembranças-esquecimentos-identidades construído pela vivência dos seus habitantes e pela ação de pessoas ligadas ao poder político-administrativo-cultural que conduzem o uso significativo dos

<sup>143</sup> ALBUQUERQUE JÚNIOR. Durval Muniz de. **A invenção do Nordeste**. Recife/São Paulo: FJN e Ed. Massangana/ Cortez, 1999, p. 22.

<sup>144</sup> “Tanto na visibilidade quanto na dizibilidade articulam-se o pensar o espaço, as práticas discursivas e as não-discursivas que recortam e produzem as espacialidades e o diagrama de forças que as cartografam.” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 1999, p. 24)

<sup>145</sup> *Ibidem.*, p. 80. (destaques no original).

espaços, interferindo na construção dos sentidos, das memórias e das identidades. Conforme Michael Pollak, a memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade, que se estabelece a partir de três elementos principais: 1- A unidade física, onde as pessoas reconhecem a existência de fronteiras que pode ser o próprio corpo ou fronteiras de pertencimento ao grupo; 2- A noção de continuidade dentro do tempo (física, moral e psicologicamente) e 3- O sentimento de coerência, onde os diferentes elementos que formam o indivíduo estariam unificados.<sup>146</sup>

O desejo de saber sobre o Município de Guaramirim conduz a um antigo espaço de relações. O sentido do município, que agora passa por um processo de urbanização/industrialização, é buscado no seu passado agrário, especialmente quando ele era parte do distrito de Bananal. Controlar o que pode ser dito é a missão dos que estão a serviço de uma narrativa histórica mais diretamente vinculada aos núcleos de poder, pois “a memória é ativada visando, de alguma forma, ao controle do passado (e, portanto, do presente). Reformar o passado em função do presente via gestão das memórias significa, antes de tudo, controlar a materialidade em que a memória se expressa (das relíquias aos monumentos, aos arquivos símbolos, rituais, datas, comemorações ...) a memória torna *poderoso(s)* aquele(s) que a gere(m) e controla(m).”<sup>147</sup> O cenário é de disputas, tensionamentos e cisões, entre a história oficial e a memória dos que viveram temporalidades e espaços outros e que, de alguma forma, requerem na materialidade do presente algo que os represente, que dê suporte às suas memórias.<sup>148</sup>

Passando ao largo dos espaços normatizados pela sociedade e, ao mesmo tempo sendo necessário a estes à medida que se contrapõem a ele próprio, permitindo zonas de contrastes, existem espaços outros que, no dizer de Michel Foucault, seriam as “heterotopias”. Estas se diferenciariam das utopias por possuírem uma existência real e

---

<sup>146</sup> POLLAK, Michael. Memória e identidade social. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v.5, n.10, 1992, p.200. (Disponível em: <http://www.cnpq.br/estudos-historicos/v5n10/pollak.html>. (acessado em : 07.04.2003.)

<sup>147</sup> SEIXAS. *Op. Cit.*, p.42. (destaque no original).

<sup>148</sup> A respeito da discussão em torno do direito à memória ver: SÃO PAULO (cidade). SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA. DEPARTAMENTO DE PATRIMÔNIO HISTÓRICO. *O Direito à memória*. São Paulo: DPH, 1992; em especial a Parte II – Textos.

paralela dentro do sistema que possui uma aparente homogeneidade. As heterotopias seriam espaços de relações outras, por vezes subservivas, em que valores distintos dos que são oficialmente aceitos são combinados entre pessoas e vivenciados nesses espaços. Por outro lado, as heterotopias podem assumir roupagens de uma organização extremada, projetando um desejo de sociedade perfeita, impossível de ser concretizada no conjunto da sociedade. Desta forma, as lembranças dos nossos entrevistados não seriam exatamente heterotopias, mas parecem ser. O que as difere, entretanto, seria o tempo. A heterotopia de que fala Foucault ocorre ao mesmo tempo, sincronicamente, enquanto as lembranças são espaços significativos construídos através dos tempos, numa relação diacrônica. Nesse caso não há a necessidade de uma materialização, pois os significados se dão pelas referências e pela vivência. A semelhança, contudo, dá-se por construções feitas à margem dos espaços oficialmente estabelecidos e por instituírem “espaços outros”, à medida que o espaço é um conceito que contempla, sobretudo, as relações estabelecidas entre os seres humanos, num mesmo tempo ou em temporalidades diferentes.<sup>149</sup>

Assim sendo, os dois próximos itens são aparentemente antitéticos, porquanto apresentam o mesmo e o diverso a partir de narrativas diferenciadas sobre o passado; porém, eles se interrelacionam operando na constituição das identidades, que é o terceiro ponto da nossa discussão.

## GUARAMIRIM SEMPRE

Um país como o Brasil, ocupado por sucessivas ondas migratórias advindas tanto do exterior quanto de processos internos de redistribuição da população, possui diversas esferas identitárias. A primeira, e maior de todas, liga os indivíduos à identidade nacional. Uma outra que contempla identidades mais regionais e/ou estaduais e, uma de menor lastro, que seriam as identidades locais. Contudo, as

---

<sup>149</sup> FOUCAULT, Michel. Espaços-outros: utopias e heterotopias. *Revista Outra*, n. 1. Londrina/PR, jun. 1984, p. 19.

negociações que envolvem o estabelecimento de quaisquer uma delas revela uma ação de poder.

Assim, quando se discute as questões relativas à disputa pelo estabelecimento de uma identidade nacional, é comum afirmar que ela foi patrocinada, num primeiro momento, pelo império, que visava estabelecer as bases da nova nação, relacionada mas desvinculada de Portugal. A constituição da identidade nacional brasileira, gerida em meados do século XIX, encerra os interesses da elite mais influente naquele momento, situada na região sudeste. É importante consideramos que este empreendimento se dá num cenário em que surgem as massas urbanas enquanto força política de reivindicação de direitos.<sup>150</sup>

De acordo com a forma de articulação do poder (monarquia, república, ditadura) essa identidade foi se adaptando, atendendo aos interesses do(s) grupo(s) estabelecido(s) no poder e, como indica Renato Ortiz, “é através de uma relação política que se constitui assim a identidade; como construção de segunda ordem ela se estrutura no jogo da interação entre o nacional e o popular, tendo como suporte real a sociedade global como um todo. (...) quem é o artífice desta identidade e desta memória que se querem nacionais? A que grupos sociais elas se vinculam e a que interesses elas servem?”<sup>151</sup> São questionamentos que apontam diretamente para o Estado que, através de seus interesses, normalmente casados aos da elite, que o apresenta como entidade que paira sobre a sociedade, institui artificios que o tornam reconhecível a todos os que participam dele. Toda uma estrutura simbólica é construída com uma função pedagógica unificadora, reduzindo as diferenças

---

<sup>150</sup> SCHWARCZ discutiu a produção do discurso do estado nacional brasileiro a partir da análise dos discursos raciais produzidos por instituições: museus antropológicos, institutos históricos e geográficos, faculdades de Medicina e de Direito. Ela percebeu que, a partir de meados do século XIX, as elites ligadas à região nordeste do país procuravam manter a sua influência pelo menos em termos regionais, frente ao empreendimento nacionalizador da capital, Rio de Janeiro, à qual se opunham os paulistas, que procuravam aliar ao destacado papel econômico uma respectiva influência nacional. (SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.)

<sup>151</sup> ORTIZ, Renato. *Cultura brasileira e identidade nacional*. 5ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. p. 139.

existentes.<sup>152</sup> Diante desta empreitada nacionalizadora/centralizada num padrão cultural do sudeste brasileiro, outras elites intelectuais situadas em regiões periféricas organizam os discursos que visam à sua legitimação e ao seu acolhimento enquanto signo que emana sentidos de pertencimento e de identificação ao nível regional.<sup>153</sup>

Fechando um pouco mais o campo de análise e tomando o município como elemento integrador de toda a população num projeto de modernização e progresso, inserimos a discussão em torno da obra **A primeira história de Guaramirim**, de Victor Emendöerfer Filho. Ela é tributária de uma tradição historiográfica que tem em Emílio Silva o seu maior representante, em termos regionais. Nas décadas de 1960 e 1970, E. SILVA publicou duas obras sobre a história do Vale do Itapocu, região nordeste de Santa Catarina. Estas obras, apoiadas em uma história cronológica, buscam fundar a identidade municipal de Jaraguá do Sul em tempos imemoriais.<sup>154</sup>

O autor de *A primeira história de Guaramirim* reconhece a precariedade de sua escrita. Contudo, pretende que a sua obra seja um paliativo até o momento em que alguém escreva a “verdadeira história” do município, a qual, ainda não foi escrita.<sup>155</sup>

Victor Emmendöerfer Filho constrói sua narrativa demonstrando que Guaramirim sempre esteve presente, desde tempos imemoriais, assemelhando-se à

---

<sup>152</sup> Ver: OLIVEIRA, Lúcia Lippi. As festas que a República manda guardar. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v.2, n. 4, 1989, p.172-189. (Disponível em: <http://www.cnpq.br/revistas/estudos-historicos/oliveira-lucia-lippi-as-festas-que-a-republica-manda-guardar>. Acessado em: 07.04.2003.) Neste artigo a autora aborda como a república no Brasil legitima-se ao instituir uma série de festas e comemorações que exaltam os benefícios que ela vem trazer ao país, através de heróis e símbolos nacionais, que suplantaram a ordem do regime que a antecedeu, o império.

Seguindo este raciocínio, Pierre Bordieu discute como o Estado produz meios de legitimação, mas ele não se legitima sozinho. São os aparatos que o significam e identificam como tal. Ver: BORDIEU, Pierre. **Razões práticas**. Campinas: Papirus, 1996. (especialmente o texto Gênese do campo burocrático).

<sup>153</sup> Ver : PESAVENTO, Sandra Jatahy. **O Brasil contemporâneo**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1986 (especialmente para a discussão da aristocracia gaúcha) ALBUQUERQUE (1999 – para o caso das elites nordestinas), GRUNER, Clóvis. **Leituras Matutinas; utopias e heterotopias em Joinville**. Curitiba: Dissertação de Mestrado UFPR, 2002 (para a discussão da formação de uma identidade para a cidade de Joinville fundada no mito de uma origem alemã- Cap. I): entre outros.

<sup>154</sup> Ver: SILVA, Emílio. **Jaraguá do Sul**. Jaraguá do Sul: s.ed., 1975.

<sup>155</sup> EMENDÖRFER FILHO. *Op. Cit.*, p.11.



idéia de mito fundacional<sup>156</sup>. Em consonância com a historiografia oficial nacional, essa essência mesma estaria participando dos diversos momentos e fatos que compõem a história brasileira. Esta crônica da identidade municipal considerará, além dos personagens históricos ilustres, algumas instituições que representam o núcleo central identitário da municipalidade: câmara de vereadores, prefeitura, comarca, corpo de bombeiros e comunidades religiosas. É comum apresentarem-se pequenas biografias de personagens e ou de famílias ilustres, deixando transparecer a idéia de que a história seria feita por personagens de alto destaque, cujo reconhecimento pode advir tanto de sua representatividade política quanto de seu poderio econômico.

Em toda a obra de Emendöerfer há um sentido único, o do progresso agrícola e industrial. Não se questiona de que forma as demais pessoas participaram desta suposta história de sucesso. É importante perceber como o autor procede ao enquadramento das memórias de pessoas e/ou famílias que num primeiro momento estariam pouco preocupadas com a repercussão de uma obra com esse caráter. A estratégia desse autor é a de içar das histórias e dos mitos locais elementos que constituirão a essência mesma da identidade municipal, num palco onde o drama histórico já tem elaborado o seu *grand finale*.

Para Michael Pollak, a gestão da memória implica num gerenciamento daquilo que pode ser dito ou silenciado pelo indivíduo e que corrobore para o sentido da sua identidade. Ao nível coletivo, essa ação se repete de forma mais elaborada, tendo um grupo de pessoas que administram a memória coletiva, procurando dar coesão e identidade ao grupo. Essas pessoas podem estar diretamente ligadas ao poder, em instituições especialmente criadas para tal finalidade. Também podem se constituir como grupo politicamente influente, procurando dar visibilidade a determinados aspectos que consideram importantes de serem lembrados e ditos, através de diversos

---

<sup>156</sup> Marilena Chauí demonstra como o mito fundador do Brasil é constituído e se mantém no estrato da sociedade brasileira. Um dos papéis dele é o de legitimar o autoritarismo sobre o qual esta sociedade se funda. (**Brasil: mito fundador e sociedade autoritária**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2000).

recursos simbólicos: mitos, monumentos, patrimônio material e imaterial que são enquadrados, servindo à memória coletiva.

Frente a toda essa “arquitetura” de implantação de identidades um acontecimento deixa evidente essa ação de enquadramento oficial e o seu relacionamento com as memórias individuais. Em busca de um possível entrevistado, no dia 15 de julho de 2002, encontramos o Sr. Leitzky, que nos atendeu de forma bastante amigável, porém com uma expressão de espanto e de dúvida sobre o que significava conceder uma entrevista. Depois de explicar os motivos da entrevista, acertou-se que a mesma ocorreria 15 dias depois. No dia 29 de julho de 2002, cerca de 8h da manhã, voltamos à residência do entrevistado, quando fomos recebidos com um olhar fulminante e com um tom de voz alterado. Ele afirmou, repetidas vezes, que estava *desconfiado das intenções daquela entrevista*, já que ele havia procurado a Prefeitura Municipal para se informar acerca da *história do município* e, também em relação aos desconhecidos entrevistadores<sup>157</sup>. Conforme o Sr. Leitzky, ele foi orientado em não conceder a entrevista, pelo fato de a história de Guaramirim já estar escrita e por existirem pessoas na cidade que se preocupavam com isso. Outro motivo seria o cuidado em receber pessoas estranhas em casa, pois a insegurança e o medo de assaltos e seqüestros também está presente no cotidiano dessas pessoas. Diante disso, informamos ao Sr. Leitzky que já conhecíamos a História que a Prefeitura quer contar. Explicamos, também, que o nosso interesse era pelas memórias e pelas vivências de pessoas que, como ele, poderiam oferecer. A explicação foi complementada ao ressaltarmos a possibilidade de contarmos “outras histórias”, diferentes daquela que a oficialidade quer estabelecer e que ele poderia contribuir para isso. Diante dos fatos e da intervenção de sua esposa, que procurou tranquilizá-lo, ele aceitou conceder a entrevista.

O relato sobre o contexto da entrevista com o casal Leitzky deixa evidente o forte interesse pelo domínio da memória coletiva em Guaramirim, tanto pelo grupo ligado ao poder constituído no município, quanto por aqueles que Pollack identificou como

---

<sup>157</sup> O pai do entrevistador também participou da entrevista.

“historiadores da casa”. que tomam para si a tarefa de organizar a memória histórica, evidenciando as raízes do “progresso” local. Para isso, buscam conhecer e controlar as dizibilidades, visando à construção de uma identidade municipal.<sup>158</sup>

Nem sempre as memórias individuais representam um espaço outro frente à normalidade. No caso da entrevista do Sr. Daniel, a quem podemos identificar como o porta voz da memória oficial, procura-se estabelecer lugares específicos de memória com as respectivas culturas materiais que seriam a prova irrefutável de que a história que ele conta é mais “verdadeira”, cabendo aqui, mais uma vez, a sua afirmativa de que *o certo fica para a memória*. Nesse sentido, ele corrobora com a ação de enquadramento das memórias no município de Guaramirim, visto que ele, em sua saga colecionista, acabou sendo uma das principais referências quando se pensa em discutir a história da região, tomando os documentos escritos como base. Seu pequeno “gabinete de curiosidades” é a síntese histórica de um movimento pendular cadenciado que liga o passado, o presente e o futuro a um ponto fixo, “a verdade histórica”, a partir do qual tudo se desenvolve, dando a impressão de ser sempre a mesma coisa: um município ordeiro, pacato e voltado ao progresso.

É frente a essa compreensão do tempo e, principalmente, do significado do tempo que contrapomos uma outra compreensão. Esta toma o tempo passado como um fenômeno que tem sua constituição pautada no presente de quem dele se apropria, encerrando em si significados múltiplos, repletos de momentos que escapam à ânsia de alguns historiadores de organizar a tudo num discurso racional. Portanto, o conjunto de depoimentos com os quais trabalhamos servem como apoio para a discussão que ora segue.

---

<sup>158</sup> A respeito das tensões entre a memória e a história ver: DECCA, Edgard Salvadori. **1930 O silêncio dos vencidos**. 6ª ed. São Paulo: Brasiliense. 1994; NORA, Pierre. Entre memória e história. **Projeto História: A história oral**. São Paulo: EDUC, n.109, dez., 1993. Sobre as questões relativas à implantação de uma cultura e de uma identidade nacional brasileira ver: ORTIZ, *Op. Cit.*, (especialmente às páginas 127-142.): “*Um mito fundador é aquele que não cessa de encontrar novos meios para exprimir-se, novas linguagens, novos valores e idéias, de tal modo que, quanto mais parece ser outra coisa, tanto mais é a repetição de si mesmo*” (CHAUI, *Op. Cit.*, p.9.)

## BANANAL ONTEM, GUARAMIRIM HOJE

Os desejos agora são recordações.  
(Italo Calvino)

Geralmente, no exercício da lembrança, as pessoas voltam-se questionadoras para marcos que evidenciam espaços diferenciados, onde alguns tipos de sociabilidades se organizavam. Não são relações marcadas pela linearidade nem pela continuidade. Michel Foucault afirma que se há algo contínuo são as rupturas e que olhar a história como uma série seqüenciada, verificável, com dados estatísticos “confiáveis” não passa de um artificialismo para que os indivíduos e as subjetividades se constituam por um processo de identificação. Este artificialismo procura apresentar estruturas que se desenvolvem através dos tempos numa perspectiva teleológica. Dessa forma, esquece-se de outros movimentos caracterizados pelas discontinuidades e pelas discordâncias relativas à existência de um fim último para as coisas.<sup>159</sup> É um diálogo que se estabelece com o “fora”, com o inominável enfim, com aquilo que ainda não foi dito.

Em todas as entrevistas, Guaramirim é precedida pelo Bananal, que ressurgue como a marca de um espaço de relações que já não existe mais efetivamente e que parece reaparecer como se estivessem por muito tempo adormecidas, assim como quando achamos um velho quadro que nos faz recordar de um ente que há muito tempo não é visto. Entretanto, ocorre uma ressignificação da experiência vivida pelo depoente. É um diálogo que, ao modo do anjo da história de Walter Benjamin, busca uma identidade por entre as ruínas (tempo passado).<sup>160</sup> A metáfora benjaminiana é paradoxal por imprimir, num único olhar, um duplo movimento de construção de significados. O primeiro, tomando os escombros como evidências de uma experiência e, o outro, tendo a certeza de que o revirar os escombros não restabelece os lugares, as

---

<sup>159</sup> FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. 6. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária 2000, p. 3 – 34.

<sup>160</sup> BENJAMIN, Walter. Sobre o Conceito da História. In: **Obras Escolhidas**; magia e técnica, arte e política. São Paulo: Brasiliense. 1994.

peças e os espaços atingidos pela transitoriedade e que, portanto, tudo o que se fizer em nome desta significação será somente pelos filtros que o presente nos oferece.

Nesse sentido, as lembranças constroem teias de relações e significados cuja volatilidade se assemelha às figuras que as nuvens formam ao se deslocarem pela atmosfera, dando-nos a impressão de estarem tomando formas diversas. Analogamente as pessoas, ao se debruçarem sobre o vivido, fazem-no de forma criativa, estabelecendo interconexões entre os mais variados momentos de suas vidas, sendo que, a cada nova olhada, um outro significado pode se construir.

Cada fala é uma sinfonia, cuja beleza se encontra no arranjo dado aos mais diversos naipes de instrumentos e na forma como cada instrumento interpreta uma determinada obra. Da mesma forma, as lembranças compõem este movimento de organização e de interpretação. Porém, ao final de toda a investigação, o que temos não é uma sinfonia composta pelo conjunto dos depoimentos; é, antes de tudo, uma polifonia, cujo eixo parte de um espaço marcado por objetos comuns, mas com conotações diferentes.

## Polifonias

Escrever a história significa atribuir aos anos a sua fisionomia.  
(Walter Benjamim)

E era Bananal... (tinha banana na beira da estrada)  
(D. Chica)

Este trabalho se faz a partir de fragmentos abstraídos das lembranças, que são em si uma construção de significados individuais, ao mesmo tempo fragmentados e partícipes de um conjunto maior de práticas e valores. Entre esses fragmentos são estabelecidas pontes que ligam o presente ao passado. São pontes móveis, que partem de uma mesma margem (o presente) e que chegam a margens plurais, ou a outras pontes, outros espaços que se criam e recriam a cada momento. É nesse sentido que Massimo Canevacci diz que a colheita dos fragmentos é feita para “lançar entre eles

estranhas pontes, por intermédio das quais seja possível encontrar uma pluralidade de significados”.<sup>161</sup>

A primeira ponte chega ao tempo descrito por D. Chica, no qual as plantações de bananas tomavam conta de todos os espaços não inundáveis do distrito de Bananal. Sua fala foi fundamentada na dualidade mato versus cidade. Ela lembrava-se dos espaços preenchidos pelas plantações e/ou pela vegetação nativa e que, hoje, cedem lugar à cidade. A própria paisagem de quando ela veio morar em sua residência, na localidade Caixa D'Água, era muito distinta da que se apresenta atualmente. *Quando eu cheguei aqui, isso tudo era mato, era uma coisarada, né! Agora está uma cidade.*

Essa constatação é decorrente da modernização na produção industrial que o município vem vivenciando desde a década de 70, principalmente com o asfaltamento da Rodovia BR 280 a qual, aliada à ferrovia, tornaram o município partícipe de todo o processo de industrialização que atingiu Jaraguá do Sul e Joinville, municípios limítrofes e pólos industriais de Santa Catarina.<sup>162</sup> Os motivos de algumas mudanças nem sempre foram compreendidos por D. Chica. Para ela, *mudaram tudo quanto foi rua do lugar. Aqui na Caixa D'Água não mudaram também? Mudaram tudo. Não sei de onde veio mudando, trocando de nome feito bobo. E era Bananal, tinha banana na beira da estrada, o pessoal vivia mais da banana. Ah, mudaram tudo...* Sua indignação é evidente e permite afirmar que a transformação dos espaços referenciais das pessoas foi realizada de forma autoritária, obedecendo a uma lógica que não passa de uma *coisa de bobo*.<sup>163</sup>

---

<sup>161</sup> CANEVACCI, Massimo. **A cidade polifônica: ensaio sobre a antropologia da comunicação urbana**. 2ª ed. São Paulo: Studio Nobel, 1997, p. 35.

<sup>162</sup> Ver: FICKER (1965), SILVA (1975), TERNES (1993), COSTA (1996), GRUNER (2002).

<sup>163</sup> CARVALHO, José Murilo de. **Os bestializados: O Rio de Janeiro e a República que não foi**. São Paulo: Cia. Das Letras, 1996. Nesta obra o autor discute o papel da população frente às reformas políticas, urbanas e sanitárias que atingiram o Rio de Janeiro em finais do séc. XIX e início do séc. XX. O período marcado pelo fim da monarquia e implantação da república e por ações de reformas urbanas que interferiram no cotidiano das pessoas. Em ambos os casos a discussão era a de se realmente o povo tinha assistido a tudo “bestializados” ou se o povo era “bilontra”? A medida que a população vê seu cotidiano ser atingido por práticas autoritárias, organizam-se para defendê-lo. Essa interpretação baseia-se no consenso de que a população brasileira sempre esteve à margem do poder e do estado.

Como já indicamos, a garça guaramirim não existe na região. Também não constam referências de que, em algum tempo, ela tivesse sido parte da paisagem. Foi o Sr. Daniel quem lembrou do fato de terem trazido dois exemplares desta ave da ilha de Bananal, no Estado de Tocantins, a fim de compor o cenário do principal baile que comemorou o cinqüentenário do município. *Até eu botei dentro de uma gaiola bonita assim, no meio do pavilhão de esportes. Quem foi lá naquela noite viu... Aí nós botamos uma corda por trás, assim, e na hora de começarmos o baile, nós as descemos no meio do pavilhão. Ficou bonito o troço!*

O evento do cinqüentenário do Município torna mais compreensível a colocação de D. Chica, já que é muito mais lógico associar o nome de algum lugar, referindo-se a uma prática comum ao mesmo, do que estabelecer nomes exóticos, como Guaramirim, a toda uma região, sem que houvesse um suporte material que lhe desse sentido. D. Irma, quando questionada a respeito da mudança do nome de Bananal para Guaramirim, também, diz não saber de onde veio o nome. Mas para ela, tanto faz o nome, *eu não estranhei nada. Não mudei nada, Guaramirim, Bananal. Bananal... era muita banana.*

Para D. Rosa, Bananal é um espaço caracterizado por um passado bonito, cordial e de boas relações entre os vizinhos. *Eu gostava de morar aqui. Eram todos bons, todos se ajudavam. Um ajudava o outro. Era bom mesmo.* De suas lembranças, também surgem espaços que não existem mais, principalmente na localidade de Caixa D' Água. *O trem parava lá. A litorina parava lá ... mas, hoje, não. Antes tinha engenho de farinha, engenho de cana.* Os antigos locais são, agora, ocupados por moradores novos. *Engenho de farinha tinha lá onde mora o Borgonha agora... Já o Teobaldo Reinert tinha engenho de farinha, de cana; aqui, onde moram os paranaenses.*

O trabalho é marca da vivência em Bananal. Às vezes, sua busca levava moradores, como o Sr. Fernandes, que não possuíam muitas terras para o plantio, a se deslocarem para outros municípios, utilizando-se do trem como meio de transporte. *Cortei muita lenha, lá para as bandas de São Francisco do Sul, na Gamboa, para lá.*

*Naquele tempo, não tinha máquina a óleo. Era tudo à lenha, né. Então, nós cortávamos lenha para a estrada de ferro. Ainda explicou que:*

*Nós não éramos funcionários da Rede Ferroviária. Tinham os empreiteiros; então, nós cortávamos lenha para os empreiteiros. Eles pagavam por metro e todo o fim de semana, nós recebíamos o dinheiro. Vinhamos embora, deixávamos o dinheiro para a mulher e, na segunda-feira, já voltava outra vez. Pegava o trem misto, passageiro ou, litorina, iam de manhã para lá e, só voltávamos no sábado. Fim de semana para casa né!*

Dessa forma, durante muito tempo da vida do Sr. Fernandes, o município foi um lugar de regresso após a jornada semanal de trabalho. Nessa perspectiva, outro entrevistado, Sr. Machado, mesmo morando numa localidade distante da linha ferroviária, conta que o seu regresso da industrializada Joinville, durante a década de 1960, era o momento mais feliz de sua semana. *Mas quando eu saía fim de semana, pegava uma bicicleta e vinha para cá. Parece que se abria um mundo para mim, rapaz! Porque eu tinha medo de não me acostumar em Joinville. Até hoje eu não acostumo. Se for pra ficar uma noite lá em Joinville..., é uma doença.*<sup>164</sup>

No Bananal de D. Maria Unlauf, as bananas eram o negócio que garantia o sustento de boa parte das famílias, principalmente as que tinham morros em suas propriedades, já que a bananeira se adapta facilmente em terrenos acidentados, preferindo-os em detrimento das várzeas.

*Pois é. Era Bananal porque tinha muita banana né. O povo daqui lidava só com banana. Os morros, aqui pra cima, eram só banana. E tinham duas fábricas que faziam essas bananas secas, essas coisas. Depois acabou-se, quebrou e... acabou-se tudo. Foi plantar banana e deixou tudo no mato; e a fábrica também..., vendeu tudo. Sairam todos. Era só o que tinha por aqui, nós éramos sozinhos.*

Esta agricultura que ocupava as regiões dos morros em Guaramirim é uma lembrança que marca um estilo de cultivo, uma tecnologia agrícola que evitava, sobretudo, o cultivo em áreas alagadiças do município. O Sr. Walter Adam marca sua

---

<sup>164</sup> Nesse período estavam construindo a BR 101, que liga Joinville a Florianópolis e, pela qual, atualmente, flui boa parte do movimento rodoviário do Estado de Santa Catarina.



fala com este momento. *Esses morros aqui eram todos cultivados. Tudo: banana, milho, arroz e cana-de-açúcar. Você pegava lá na Caixa D'Água ia até quase lá em Schröder, era tudo desmatado, grande parte.*

Diferente desse momento, o Sr. Walter comenta o processo de valorização das áreas alagadas, anteriormente desqualificadas para a agricultura. *Mas depois, a gente deixou mais os morros e fomos caindo para o brejo para plantar arroz, fazer arrozeiras. Isto dava mais lucro. Mas algumas coisas a gente não deixou: do milho, da banana, do aipim, da batata-doce; tudo para o gasto.* A introdução do arroz irrigado provocou uma inversão em termos de valores das áreas agricultáveis em Guaramirim, principalmente a partir da década de 1940, quando alguns agricultores passaram a ter acesso a implementos agrícolas necessários ao cultivo. O arroz passou a disputar com a banana espaços tanto na balança comercial do município quanto na área agrícola disponível para este fim. Essa ação provocou uma procura muito grande por terras, atraindo agricultores de outras regiões, especialmente os de descendência italiana, que passaram a fazer parte, de forma mais intensa, da paisagem. O próprio Sr. Walter narra como isto ocorreu: *De (19)35 a (19)40, mais ou menos 45(1945), tinha uma grande procura de terra. Em 1940, vinha gente, italianos, lá do Oeste e lá de Santa Maria (RS), procurando terra para plantar arroz. Eles que começaram a fazer as maiores arrozeiras.*

O Sr. Walter destaca um momento em que se verifica alterações num padrão estabelecido até aquele período, em que imperava uma agricultura de subsistência, com pequenas unidades de processamento agrícola (engenhos, atafonas etc.), que supriam um mercado local, dominado pelos vendeiros e que exigia uma logística menos complexa, se compararmos com a que o cultivo de arroz passou a exigir desde então. O arroz passa a ser produzido em grandes quantidades e abastece mercados distantes, podendo utilizar-se da malha ferroviária ou do transporte rodoviário. D. Irma e seu marido, Sr. Santi Lunardini, eram donos de um engenho que comprava a produção dos agricultores e a revendia em várias regiões do país, especialmente em grandes centros urbanos como Rio de Janeiro e São Paulo. Orgulhosamente ela lembra desta fase de sua vida mostrando algumas fotografias do marido em frente dos

caminhões que faziam o transporte. *O arroz ele descascava. Tinha engenho de arroz. Descascava e levava para São Paulo e Rio. Nós tínhamos caminhões!*

Entretanto, com a intensa mecanização do campo, a partir da década de 1980, muitas dessas famílias, que tinham uma prole bastante numerosa, que era ocupada, em momentos anteriores, na lida com a agricultura, passou a perder a sustentabilidade. Alguns poucos agricultores que conseguiram se capitalizar adquiriram equipamentos (tratores e colheitadeiras) que passaram a fazer o trabalho antes desenvolvido pelas pessoas. Os que dispunham dos modernos equipamentos, além de suas terras, passaram a cultivar, no sistema de arrendamento, as de seus vizinhos. O Sr. Walter, por exemplo, é um arrendador e explica como funciona esta negociação:

*Então a máquina grande de hoje, pesando cerca de 10.000, 12.000 Kg, corta arroz, ensaca, faz a granel, passa para um caminhão e já vai embora. O arroz não vai mais ensacado como antes, de forma que exigia muita mão-de-obra. Ele é cortado e fica entrando, assim, na máquina. Quando está com 60, 70 sacas, na própria máquina, é jogado para um tal de "chupim" que o trator puxa e, traz para a beira da estrada. É tirado dali outra vez com um aparelho caindo num caminhão. São carregados cerca de 200, 300, 400 sacos em cima de uma carreta. Depois que está completa, enlona, vai embora e entra outra. Assim, hoje é o movimento do agricultor mas, haja dinheiro para manter tudo isso.. Por isto eu não planto arroz, tem o arrendei-ro que planta. Ele planta em muitos lugares. Então, só da minha arrozeira tem mais ou menos a metade do que ele colhe junto com os outros, se colhe 4.000 sacos, 2.000 e poucos sacos saem daqui. O arrendei-ro só trabalha com arroz. Ele apronta o terreno, colhe, manda embora, vende. Só que eu dou a nota rural depois. Dou a minha nota pela minha parte, ele me paga 30% de renda. De 100 sacos 30. De 1000 sacos 300, mas não me incomodo com nada. E como o preço é ruim, às vezes, a gente até faz uma diferença para ele. A gente cobra um pouquinho menos, para ele não perder o ânimo. Porque eles estão trabalhando com um capital muito grande: dois tratores, tobatas<sup>165</sup> utilizado para o trabalho em lugares meio moles. Então, eles têm muitas despesas. E as socas que dão agora 200, 400 sacos em um terreno só, então a gente deixa para ele ficar mais animado, isso anima.<sup>166</sup> Eu como dono do terreno pago os impostos, tudo certinho para, depois, ele trabalhar livre. Desta forma eu não vou perder o terreno. A gente manda no que tem. Porque isso aqui é uma reliquia, isso é do tempo do meu pai, em 1915. Quando o meu pai casou, comprou esse terreno aqui.*

---

<sup>165</sup>Tobata é a marca de um micro-trator utilizado em larga escala na região.

<sup>166</sup> As socas referem-se a uma pequena safra colhida, cerca de dois meses depois da colheita principal, advinda da rebrota do arroz.

Em estudo realizado por Antônio Candido no interior paulista, durante a década de 1940, ele constatou um fenômeno semelhante, em que a modernização das práticas agrícolas, associadas à expansão da sociedade de consumo, alterou, sobremaneira, a vida do “caipira” paulista, sustentada pelas práticas comunitárias de solidariedade, denominadas de *mutirão*, para fins diversos.<sup>167</sup> Em Guaramirim, a mecanização do campo alterou laços de vizinhança, os quais foram descritos por diversos entrevistados como *mutirão*.

*O mutirão acontecia quando era roçado para o arroz, tanto fazia no morro ou em vargem; pegava cinco, seis vizinhos, todo mundo vinha aqui. Terminava aquele trecho e o outro já falava: “Semana que vem todo mundo lá”. Já se pagava o dia para ele, depois ele devia o dia para o outro e assim ia... A gente dava comida e ficava o dia trabalhando. Vinha de manhã cedo, não tinha horário. Vinha com a foice ou outra ferramenta, já estavam indo para roça. A gente chegava lá, levava o café das nove horas, almoço. A gente vinha para casa ou alguém trazia na roça mesmo. Na hora da Janta, de noite, todo mundo ia para casa. Assim eles ajudavam a gente e a gente os ajudava. Tanto os vizinhos daqui como dali.*<sup>168</sup>

Essas práticas solidárias do passado de Bananal fizeram D. Rosa ter um balanço saudosista. *Assim como era antigamente, a vida era melhor do que hoje, embora a gente fosse pobre. Era melhor pois as pessoas se ajudavam.*

Aproveitando-se dessa prática comum entre os colonos da região, o Pe. Mathias construiu e ou ampliou boa parte das igrejas e escolas do município de Guaramirim. D. Maria Unlauf relatou que o seu marido, que a princípio era de religião protestante, ajudou a construir a igreja matriz de Guaramirim. Outra entrevistada, D. Maria Juliana, lembrou-se que: *aqui na Paróquia Nosso Senhor Bom Jesus, o meu marido cansou de trabalhar... Até ele tem uma lembrança por ser um dos fundadores, pois ajudou a trabalhar. O Pe. Mathias era um polonês; ôh, um alemão! Ele exigia que tu trabalhasse para ajudar a construir. Se não pudesse, tinha que pagar uma outra pessoa no lugar.*

<sup>167</sup> CANDIDO, Antônio. **Os parceiros do Rio Bonito**. 3ª ed. São Paulo: Duas Cidades, 1975. (Especialmente às páginas 35-88 e 165-226)

<sup>168</sup> ADAM, Walter. **Entrevista...**

O Sr. Fernandes, que sempre trabalhou para os outros, em nenhum momento menciona a prática de mutirão, provavelmente por não estar habilitado para ser um beneficiado dessa prática, à medida que ele não possuía terras que permitissem o roçado. Dessa forma, a sua força de trabalho sempre foi contratada pelos colonos: *só trabalhava para os outros, de empreitada, por dia*. Da mesma forma, D. Chica lembrou-se de ter trabalhado sempre para os vizinhos, sem que isso significasse uma prática de mutirão pois, tal como o Sr. Fernandes, ela e seu grupo familiar não possuíam terras agricultáveis.

D. Mariquinha, até casar-se, sempre trabalhou nas terras da família que, como já dissemos, localizavam-se muito distantes da sede do núcleo colonial Rio Branco, o que inviabilizava o escoamento da produção agrícola, devido ao precário estado de conservação das estradas, obrigando-os a práticas agrícolas de subsistência. Pode-se inferir que os negros, em Bananal, ocuparam as terras menos férteis, ou as de difícil acesso, o que os impedia de terem uma produção agrícola equivalente aos demais proprietários, que tinham lotes mais extensos e melhor localizados. Tomando como referência as lembranças dos entrevistados negros, podemos nos arriscar a dizer que estes tinham como uma das principais formas de sustento a prestação de serviços remunerados para outras famílias e/ou empresas, às vezes em localidades distantes, como foi o caso do Sr. Fernandes.

As modificações nos hábitos de vida são incômodas para boa parte dos entrevistados, que fixam um olhar no passado, buscando reconstruir uma identidade que é questionada a todo o momento, no presente. Os espaços, outrora ocupados por plantações, passaram a ser ocupados por aglomerados de casas, em loteamentos, na maioria das vezes irregulares, sem as mínimas condições de saneamento e segurança. Práticas baseadas em conhecimentos tradicionais foram paulatinamente sendo substituídas pelo conhecimento moderno, como a medicina. D. Maria Unlauf informa que os partos eram feitos em domicílio, por parteiras que deixaram de existir com a chegada do primeiro médico e com a instalação do hospital no município. Antes disso, somente nos casos mais graves de doenças é que era procurado um serviço médico

especializado nos hospitais de Joinville e Jaraguá do Sul.<sup>169</sup> Construções de grandes obras, principalmente as rodoviárias, interferiram nas sociabilidades, passando a representar um referencial de fronteira, de divisão de comunidades outrora unidas.

Polifonicamente, a Guaramirim lembrada apresenta-se em dois movimentos paradoxais: um de reencontro e outro de perda. O reencontro acontece quando as pessoas que a vivenciaram lembram-se de momentos, situações, movimentos, pessoas, imaginários. O reencontro acontece, também, para aqueles que não a vivenciaram, mas que apoiados nas lembranças de um grupo de pessoas, às quais se atribui credibilidade e legitimidade, buscam construir um tempo remoto. São espaços outros que não são mais reais, materiais, palpáveis. É uma aproximação virtual, filtrada por tudo aquilo que a memória usa para se configurar. Em que pese esta virtualidade, ela não serve simplesmente como deleite para espíritos mais refinados, pois compõe um movimento de ruptura entre aquilo que não é mais, mas que ajuda a dizer aquilo que, agora, se configura, dando sentido ao presente. Diante disso, o paradoxo se complementa quando a perda é re-conhecida. É a perda de referenciais palpáveis: pessoas, instituições, lugares, movimentos, temporalidades, práticas que, por não existirem mais, passam a ser partes constituintes das identidades.

## O OUTRO, DIFÍCIL OU NECESSÁRIO?

A construção da identidade é um fenômeno que se produz em referência aos outros, em referência aos critérios de aceitabilidade, de admissibilidade, de credibilidade, e que se faz por meio da negociação direto com outros.

(Michael Pollak)

As lembranças polifônicas, constituidoras de significados diversos para relações que põem em contato sujeitos com identidades étnicas distintas, levam-nos a

---

<sup>169</sup> GUEDES, Sandra. **Instituição e sociedade**; a trajetória do Hospital Municipal São José de Joinville (1852 – 1971). 1ªed. Joinville: Movimento & Arte, 1996, p.28-40.

questionar: afinal de que forma estes organizam suas identidades? Diante dessa questão, além da problemática da identidade ao nível do indivíduo que se autodefine como pertencente a uma comunidade de sentidos, é importante considerarmos como o(s) outro(s) vê(em) isso. “No plano do indivíduo, a identidade étnica se define simultaneamente pelo que é subjetivamente reivindicado e pelo que é socialmente atribuído. As reivindicações identitárias de um indivíduo podem ser ou não aceitas pelo grupo que ele pretende representar.”<sup>170</sup>

D. Mariquinha, na busca constante pela aceitação e reconhecimento da comunidade, apresenta uma situação singular. Seu ofício de benzedeira não é visto com bons olhos no interior da comunidade da localidade Rio Branco, onde ela reside. Quando D. Mariquinha foi questionada se ela trabalhava com espíritos, foi taxativa em afirmar que *negócio de espiritismo, eu não quero! Sabe por que? Deus não permite isso!* Num momento posterior, porém, ela reconheceu a existência desses fenômenos, pois identificou os *atrapalhos* que, conforme ela, *são uns coitados que estão por aí. Sabe Deus o que é que eles fizeram na vida, né. Ai, encosta numa pessoa, num parente, assim da gente, mas tem!* Fica evidente a dicotomia em que vive a entrevistada que, para justificar e demonstrar que a sua mediunidade é aceita pela comunidade católica, citou o caso de um rapaz, de cerca de 15 anos de idade, para o qual ela diagnosticou um *atrapalho*. Diante disto, ela encaminhou o rapaz a um padre de uma paróquia próxima a fim de que fosse libertado do tormento em que vivia. Porém, a sua insistência em buscar brechas para o pertencimento à comunidade branca, católica, nem sempre tem um retorno positivo, pois “a identidade está freqüentemente vinculada ao reconhecimento”<sup>171</sup>, o que não ocorre de forma satisfatória no caso de D. Mariquinha. Em conversas que tivemos com um vizinho dela, este não se referiu a ela de forma muito amistosa.

É evidente a negação de D. Mariquinha à sua ascendência, tendo que negociar a todo tempo espaços de identidade. Talvez isso seja decorrente do fato do seu

---

<sup>170</sup> POUTIGNAT. *Op. Cit.*, p.149.

<sup>171</sup> GUATARRI, Félix e ROLNIK, Suely. *Micropolítica: cartografias do desejo*. 6ª ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2000. p. 68.

isolamento geográfico em relação aos demais negros que moram em Guaramirim. É importante perceber que este é um dado do presente da entrevistada, que se relaciona com uma comunidade composta majoritariamente por brancos católicos, em um núcleo familiar em que ela é a única negra. Porém, do passado apresentado por suas lembranças, advêm apelos que a tornam diferente de todos, apesar da tentativa de “enquadramento” que a comunidade estabelece e, ao qual, ela se submete. Ela se lembra da vivência que teve em seu grupo familiar, na fase de sua infância e juventude, quando os valores estavam relacionados ao grupo de negros, moradores de uma comunidade distante do centro do Núcleo Colonial Barão do Rio Branco. Como afirma Walter Piazza, “o Núcleo ‘Barão do Rio Branco’ se constituiu com famílias alemãs, russas, polonesas e italianas”.<sup>172</sup> Vemos negada, assim a existência do grupo negro naquele núcleo colonial, e a ação atual de D. Mariquinha pode ser entendida como uma resignação frente à memória histórica que sempre a negou.

Essa ausência é reafirmada por sua vizinha, D. Irma, descendente de alemães, cujas lembranças reafirmam o suposto fato de que na localidade de Rio Branco havia somente *italianos, alemães e brasileiros. Eram todos misturados, mestiços, e se davam bem. Tudo de acordo.* Perguntada da presença de negros, ela respondeu: *Não, eu não me lembro.*

De outra forma, D. Rosa mostrou-se descontente na convivência com o diferente. Descontentamento que não foi mapeado pela sua fala relativa aos tempos do distrito de Bananal. Com estes, a diferença parece estar bem resolvida. São os “outros” da atualidade que causam um certo desconforto. Os seus “outros” correspondem às famílias descendentes de italianos que passaram a fazer parte, mais recentemente, da paisagem da Caixa D’Água. Antes dos italianos, as lembranças de D. Rosa apresentaram uma comunidade com as diferenças justapostas de forma harmoniosa. Ela considera o grupo, composto de caboclos e alemães, honesto e trabalhador... *mas*

---

<sup>172</sup> PIAZZA, Walter F. **A colonização de Santa Catarina**. 3ª ed. Florianópolis: Lunardelli, 1994. p.249. (destaques no original). A esse historiador faltou uma precisão maior ao descrever a região do Núcleo “Barão do Rio Branco”, visto que, primeiramente, ele não está situado na bacia hidrográfica do vale do Itajai, e sim na bacia hidrográfica do Rio Itapocu e está muito mais próximo do Rio Putanga do que do Rio Luiz Alves.

*enquanto eram só os brasileiros, como diz, caboclo. Ai éramos todos unidos. Nós íamos à festa juntos; era tudo mais unido. Mas depois não. Com os italianos não. Eles olham a gente de lado, não gostam muito.*

Para D. Rosa, o estabelecimento dos italianos na Caixa D'Água desestruturou as relações de vizinhança até então estabelecidas. O desconforto teve início *quando começou essa igreja aqui que eles têm. Logo ali, então vieram os italianos e os brasileiros se mandaram. Não se deram.*<sup>173</sup> A religião católica, ao contrário de muitos casos, deixou de ser um fator de aproximação entre os brasileiros e italianos, os quais merecem ser identificados por D. Rosa com um distante “eles”, significando aqueles que chegaram depois de nós. Para ela, em decorrência da chegada dos italianos, os brasileiros *foram todos embora. Ai, chamaram de cego, o José Pelissa, e eu disse a ele: ‘Nós não vamos sair daqui!’ ‘Não, vocês não precisam por que vocês não são católicos, mas quem é católico e não é italiano não fica’, ele disse. E foram mesmo, foram embora.* No caso em questão, parte dos estabelecidos não resistiu à investida dos novos moradores (italianos) e foram embora.<sup>174</sup>

A inserção de novos colonos na localidade em que D. Rosa vivia gerou estranhamentos e conflitos que poderíamos qualificar como próprios da etnicidade. A entrevistada entra em embate com o outro, atribuindo a uma família italiana a culpa pelo desrespeito à propriedade e à organização espacial do cultivo e da pecuária no local. Retomamos aqui o acontecimento narrado na introdução desta dissertação, no qual, segundo D. Rosa, o descuido que essa família tinha com a criação de suínos acabava provocando danos ao roçado que a família da entrevistada mantinha. Mesmo depois de terem sido advertidos para conterem os animais, nada foi feito. Diante disso, ela recordou o fato de que o seu marido, ao espantar um dos porcos que estava estragando a plantação, desferiu-lhe um golpe com um garfo, instrumento utilizado

---

<sup>173</sup> É importante o uso do termo **eles** para diferenciar os imigrantes italianos dos moradores já residentes na localidade.

<sup>174</sup> Interessante lembrar algumas considerações de Norbert Elias, que destaca o uso da calúnia e da fofoca como elementos importantes para abalar a auto-estima de um grupo e propiciar que um outro grupo rival se sobreponha. (ELIAS, Norbert. **Os estabelecidos e os outsiders**. . Rio de Janeiro, v.5, n.10, 1992, p.20).



comumente para rastelar o capim, ferindo gravemente o animal. Essa ação gerou uma grande polêmica em toda a comunidade, reforçando, como dissemos, para alguns o caráter pouco louvável dos italianos e, para outros, a intransigência e a brutalidade do alemão.

Diferentemente, o casal Leitzke lembra que a Estrada Bananal do Sul, onde moram, era bem dividida em termos étnicos, o que estabelecia uma relação bem demarcada com o outro, pois os territórios estavam delimitados na paisagem. Para quem percorre essa estrada, o primeiro trecho, a partir da ponte sobre o Rio Itapocu, na rodovia SC-413, apresentava uma concentração de famílias teuto-brasileiras. À medida que se distanciava, cerca de uns 10 km, a comunidade era basicamente de brasileiros.

*Os alemães aqui pra baixo se davam bastante bem com os brasileiros. Os brasileiros não sabiam trabalhar. Agora, também já foi embora para Alemanha, já faleceu, um tal de Padre Mathias Stein. Então ele vinha aqui pra baixo (onde havia a predominância de famílias brasileiras), tirava a última galinha do poleiro e o último porco do curral para dar à Igreja. Ele falou e obrigou os coitados dos brasileiros a trabalhar... E hoje, são gente boa, gente rica, tem dinheiro e tem carro. Alguns deles até trator tem.*

A visão que o Sr. Adolfo Leitzky demonstrou ter dos brasileiros, principalmente, reforça a idéia na qual a convivência com o “outro” era difícil de ser estabelecida, pois a tendência era enquadrá-los num código de valores próprios ao grupo daquele que fala. O outro, normalmente, era olhado com as lentes usadas para enxergar a si, o seu idêntico. No caso em questão, deduzimos que para o Sr. Leitzky, os brasileiros só foram redimidos pelas mãos de um padre alemão, o qual os conduziu ao “próspero caminho do trabalho”, que é um dos principais valores que os teuto-brasileiros se auto-atribuem.

Refletindo sobre um outro momento da ocupação do município de Guaramirim, mais especificamente sobre a chegada dos migrantes vindos principalmente do Estado do Paraná e, por isso mesmo, sendo generalizados como paranaenses, é que o Sr. Daniel interpreta esse fenômeno comparando-o ao êxodo dos seus ascendentes das regiões da Letônia e Riga. *Fizeram como estão fazendo hoje em Guaramirim, que aqui tem muito recurso de tudo, os paranaenses estão invadindo Guaramirim. Assim, eles saíram da Letônia e entraram na Rússia. Invadiram a cidade de Nova Goroda, aquela região toda ali de Nova Goroda (apontando para o Mapa Múndi) e, essa região de*

*Nova Goroda se misturou. letos, russos, tudo.* Dos elementos de sua identidade, ele tenta esquadrihar o outro, num momento em que ele insere na paisagem cotidiana diferentes relações de produção e de estabelecimento de residências, propondo um outro uso das propriedades. à medida que as pressões por espaços urbanizados convertem as propriedades rurais em vilas com centenas de casas.

## O PROBLEMA DAS IDENTIDADES

As identidades são máscaras sobrepostas a outras máscaras. codificações classificatórias que esquadriham os indivíduos no espaço social, principalmente num momento em que a preocupação em decifrar o outro assume importância fundamental.

(Margareth Rago)

E com você por perto eu gostava mais de mim.

(Legião Urbana)

A problemática das identidades pode ser entendida a partir de dois aspectos principais: o primeiro seria o de que as identidades teriam núcleos significantes, com fronteiras estabelecidas, com um patrimônio constituído, por assim dizer, perene. Essa organização esquemática advém da necessidade que as pessoas têm de um *continuum* significativo, no decorrer dos tempos, que possibilita a inserção do indivíduo num grupo que comunga destes significados. Os elementos que servem para criar esse vínculo grupal diferem de uma identidade para outra e, aparentemente, permanece o mesmo entre as gerações. “A identidade é aquilo que faz passar a singularidade de diferentes maneiras de existir por um só e mesmo quadro de referência identificável”.<sup>175</sup>

Fundado nessa aparência, um outro aspecto propõe as identidades como o resultado de intensos processos de negociações, nos quais um grupo constituído poderia içar elementos variáveis, no sentido de garantir sua perpetuação e sua

<sup>175</sup> GUATARRI. *Op. Cit.*, p. 68-69.

identidade. Assim, não seria suficiente ao indivíduo assumir uma constelação de significados que, aparentemente, permanecem imutáveis através dos tempos. Em suma, a constituição de uma dada identidade dependeria de uma negociação, que se intensifica em momentos de crise, exigindo que o grupo reelabore e ou ressignifique os seus códigos constituidores, como foi o caso verificado em nossa pesquisa. “As identidades são máscaras sobrepostas a outras máscaras, codificações classificatórias que esquadriham os indivíduos no espaço social, principalmente num momento em que a preocupação em decifrar o outro assume importância fundamental”.<sup>176</sup>

Diante disso assumimos o entendimento de que os grupos étnicos não se configuram pela posse de uma determinada herança passada de geração em geração, como um nódulo duro, cristalizado. “As etnicidades trazidas e construídas por esses imigrantes eram situacionais, e não “identidades primordiais imutáveis”.<sup>177</sup> Elas constituem-se “como um sistema de separações e de diferenças com relação a outros significativos em um contexto histórico e social determinado.”<sup>178</sup>

Contudo, a etnicidade caracteriza-se pela invocação a uma origem e a uma cultura comuns, e “não seria uma categoria analítica, mas uma categoria nativa, isto é, usada por agentes sociais para os quais ela é relevante.”<sup>179</sup> É nativa porque surge da vivência de quem a reivindica. Seria analítica se a criação dessas categorias fossem feitas por um pesquisador. Assim, quando este a toma, é por serem socialmente atribuídas pelos indivíduos. Isso posto, compartilhamos dos três pontos defendidos por Manuela C. da Cunha ao analisar a questão da etnicidade em sociedades multiétnicas: 1- Um mesmo grupo pode usar identidades diferentes, dependendo do interesse específico que quer explorar; 2- Há um compartilhamento das estruturas que organizam grupos étnicos diferentes numa mesma localidade enquanto os símbolos

---

<sup>176</sup>RAGO, Margareth. A marca da pantera: Foucault para historiadores. **Revista Resgate**. N. 5, Capinas: Papyrus, 1993, p.31.

<sup>177</sup> LESSER, Jeffrey. **A Negociação da identidade nacional**. São Paulo: Editora UNESP, p. 29.

<sup>178</sup> POUTIGNAT. *Op. Cit.*, p. 176. (destaque no original)

<sup>179</sup> CUNHA, Manuela Carneiro. **Antropologia do Brasil**. São Paulo: Brasiliense/Editora da Universidade de São Paulo, 1986, p. 107. (destaque no original)

diferenciam-se e 3- A diferenciação simbólica ocorre mediante símbolos inteligíveis a todos os grupos que compõem o sistema de interação.<sup>180</sup>

Em relação ao primeiro ponto, os indivíduos dos quais conhecemos algumas lembranças de suas vivências em Guaramirim demonstraram ter usado identidades distintas em momentos específicos de suas vidas. A comunidade do antigo distrito de Bananal estava organizada em estruturas como o comércio, a prestação de serviços contratados ou por laços de solidariedade entre vizinhos, o lazer, a religião, entre outros. Nessas estruturas, a exemplo do segundo ponto defendido por Manuela Cunha, é que as diferenças eram postas; isto é, as diferenças só eram reconhecíveis e intercambiáveis tendo por suporte este espaço.<sup>181</sup> Um exemplo pode ser o de como uma mesma estrutura religiosa, representada pela religião católica, numa configuração que contemplava moradores estabelecidos há mais tempo poderia, num outro momento, com a chegada de novos moradores, excluir os supostamente iguais por professarem a mesma fé. Lembremo-nos de como D. Rosa comentou sobre as negociações entre os católicos brasileiros e os católicos italianos, quando os primeiros tiveram que deixar a localidade de Caixa D'Água.

Um ambiente menos conturbado que o religioso parece ser o que envolve as relações de trabalho. Nesse ambiente havia uma interpenetração maior das identidades e é nessa estrutura que os laços de solidariedade mostraram-se maiores, apesar das diferenças. Práticas como as de mutirão entre vizinhos ou a prestação de serviços entre proprietários de identidades étnicas diferentes eram bastante comuns, tanto nas falas dos brasileiros negros quanto nas dos descendentes de alemães, como, por exemplo, o Sr. Walter Adam, que estabelecia práticas de mutirão com os vizinhos brasileiros. O Sr. Fernandes, por exemplo, pautou quase todo o seu relato destacando os espaços relacionais construídos no trabalho, com colonos de etnias diferentes, em toda a

---

<sup>180</sup> *Idem.* p. 94-95.

<sup>181</sup> Este espaço marcado por pontos comuns, normatizadores de comportamentos e de identidades, pode ser entendido como um espaço estriado que se caracteriza pela integração das ações estimuladas nos relacionamentos de poder. A este respeito ver: MACIEL, Auterives. Nomadização dos espaços urbanos. In: COSTA, Icléia Thiensen Magalhães; GONDAR, Jô (orgs.). **Memória e espaço**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2000. p. 11-20.

região. Para ele, à exceção dos poloneses, todos eram muito bons, dando especial destaque aos patrões de origem alemã que, além de exigirem que trabalhasse bastante, garantiam uma boa acolhida, inclusive participando das mesas de refeições familiares, com oferta de farta alimentação.

*Para mim parece que era quase tudo igual, né. Assim eu ia à festa de alemão, eu ia à festa de polaco. Apesar do convívio com grupos outros, que daria uma ilusão de igualdade, como a fala do Sr. Fernandes indica, as diferenças aparecem nela mesma, à medida em que havia festas de alemão, festa de polacos e brasileiros, no dizer de D. Maria Unlauf. Estas, além de estarem relacionadas às diversas devoções religiosas, também eram realizadas entre os grupos familiares e/ou de vizinhança, prevalecendo as afinidades, destacadamente as que dizem respeito à etnicidade.*

O terceiro ponto indicado acima demonstra que a diferenciação simbólica ocorre à medida que os que compõem o sistema de interação tenham a condição de mapear as diferenças. Essas podem se manifestar nas diversas estruturas citadas acima. Espaços de relações mais restritas em termos étnicos são as sociedades de lazer, cultura e idioma, que eram algumas das principais marcas para a diferenciação entre os grupos, bem como foram os principais alvos da campanha de nacionalização. Retomamos aqui duas narrações feitas anteriormente por D. Rosa e Sr. Walter. Os dois freqüentaram o mesmo estabelecimento escolar, na Localidade Brüderthal I, e demonstraram que, mesmo sob o investimento do estado para que os alemães falassem o português, especialmente no ambiente escolar, mantinham em determinados períodos e nas brechas não preenchidas pelo sistema de ensino estatal atividades no idioma alemão. Eram atividades que organizavam a comunidade, composta essencialmente por descendentes de alemães, não só em termos religiosos, mas também subsidiando os colonos nas suas práticas diárias com um ensino complementar nas áreas de ciências e agricultura.

Consideramos a identidade parte de uma evocação feita do presente em direção ao passado, construindo uma continuidade de significados a fim de estabelecer uma identidade individual e/ou coletiva. Suas bases estariam situadas num suposto momento de origem, e o que daí decorreria seriam os frutos dessa semente inicial.

Assim se estruturaram os discursos que procuram organizar as identidades, seja dentro de um espaço de relações como o estado nacional moderno, seja dentro dos pequenos grupos de convivência.<sup>182</sup> Vimos anteriormente que os nossos entrevistados vivenciaram um momento em que o estado nacional brasileiro procurou disseminar um conjunto de valores, práticas, signos e símbolos que representariam a essência da identidade nacional brasileira e que esta ação se implantou de forma autoritária e violenta, principalmente para aqueles aos quais a Campanha de Nacionalização se destinou, especialmente os teutos e ítalo-brasileiros.

Percebemos a eficiência dos mecanismos estatais, que conseguiram atingir comunidades relativamente isoladas, como as do distrito de Bananal, influenciando diretamente na vida dos seus moradores. A maioria dos entrevistados vivenciou esse momento na fase escolar, outros eram jovens e alguns poucos, adultos. Entretanto, percebemos, em suas lembranças, as repercussões e interferências da ação estatal, bem como algumas estratégias dos moradores que visavam, sobretudo, à manutenção da estabilidade da comunidade local. Paralelamente, as diferenças eram parte de seus cotidianos e os espaços estavam entrecortados por relações que, a todo o momento, estavam sendo negociadas.

As identidades étnicas não eram um dado pronto, acabado, em que o indivíduo somente precisasse dominar um determinado conjunto imutável de símbolos e significados e que poderia se autoproclamar membro deste ou daquele grupo. Isso era importante, porém o reconhecimento do grupo é o que sela o pertencimento. Fredrik Barth esclarece que os grupos étnicos “são vistos como uma forma de organização social”<sup>183</sup> e que, como tais, haveria relações estabelecidas que os constituiriam. A principal delas seria a de pertencimento, sendo essa uma relação que pode partir de uma auto-atribuição de um indivíduo a um grupo, requerendo deste uma confirmação a fim de que a reivindicação seja ratificada.

---

<sup>182</sup> Ver: DECCA(1992), ORTIZ (1994), CHAUI(2000), HALL(2001).

<sup>183</sup> BARTH, *Op. Cit.*, p. 193.

Contudo, não havia fronteiras fixas entre um grupo e outro, mesmo em termos religiosos quando, aparentemente, durante as décadas de 1930 e 1940, parece ter havido uma demarcação mais clara. As lembranças dos entrevistados nos informam que os brasileiros professavam a fé católica e que os alemães eram protestantes. Naquele momento, a religião era utilizada como um sinal diacrítico da identidade.<sup>184</sup> Num momento posterior, já marcado pela intensa campanha de nacionalização, que de forma subliminar associava a religião católica à nacionalidade brasileira, o aspecto religioso perde um pouco de seu status de sinal diacrítico.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mas o fato étnico não é algo que deva ser definido, e sim descoberto.  
(Philippe Poutignat e Jocelyne Streiff Fenart)

Nem vá dormir como pedra  
E esquecer o que foi feito de nós.  
(Milton Nascimento e Marcio Borges)

O olhar que aqui dirigimos para o tempo nos permite inferir algumas questões relativas às estratégias de ocupação do território do antigo distrito de Bananal, que se refletem no cotidiano do atual município de Guaramirim. As décadas de 1930 e 1940 marcam uma mudança, em termos de estratégia da ocupação do território, por parte da Companhia Colonizadora de Hamburgo. Naquele período ocorreram quase metade das negociações de lotes de terra na região. Nas quase cinco décadas anteriores, encontramos uma constituição de localidades que tinham por característica a proximidade de famílias que possuíam identidades étnicas semelhantes. Contudo, a partir daqueles anos o padrão de constituição das localidades mostrou uma heterogeneidade maior entre os compradores. Essa nova caracterização pode ser reflexa de alguns fatores: uma aproximação da empresa colonizadora aos ideais de nacionalização do estado brasileiro, intensificado durante o governo de Getúlio

---

<sup>184</sup> Ver: CUNHA, *Op. Cit.*

Vargas; uma migração interna, atraindo migrantes das mais variadas regiões do país, os quais estabeleceram laços de solidariedade e convivência maiores com os vizinhos, possibilitando uma negociação mais intensa em termos identitários.

Essas questões foram alçadas à discussão, porém, sabemos que elas possuem uma amplitude maior e mais complexa excedendo o que foi tratado nesta dissertação. Todavia nossa intenção foi a de contribuir com ela ao privilegiarmos a construção de uma narrativa historiográfica apoiando-nos principalmente nas memórias de vários narradores. Assim sendo, defendemos que todas as lembranças são, acima de tudo, partes da organização do presente e do futuro de um grupo de pessoas com idade superior a 65 anos de idade que se encontram na fase de “revisão de vida”.<sup>185</sup> As lembranças dos entrevistados conformaram-se àquilo que Antony Giddens denomina de “narrativa do eu”, caracterizada pela “estória (ou estórias) por meio da qual a auto-identidade é entendida reflexivamente, tanto pelo indivíduo de que se trata quanto pelos outros”.<sup>186</sup>

Sendo assim, as lembranças com as quais trabalhamos, especialmente as voltadas mais à infância e juventude dos entrevistados, correspondem exatamente às décadas de 1930 e 1940. Através delas identifica-se que esse período fez parte de um tempo demarcado pela convivência com as diferenças e conflitos. Contudo, estas é que davam um sentido de comunidade e de pertencimento. Era o tempo marcado pelas lidas com a agricultura e a pecuária, pelas festas que reuniam a comunidade, às vezes com um lastro maior de identidades participantes, às vezes destinadas a grupos específicos. É o tempo do namoro vigiado não só pelos familiares, mas por toda a comunidade. Sobretudo é o tempo que exigia a interação de uma coletividade maior do que a atualidade proporciona. O presente, marcado pela substituição do passado por relações modernas de produção e controle do tempo, subvertendo a lógica anterior à qual esse grupo estava acostumado, apresenta-se confuso, desvirtuado, cheio de problemas que se chocam com os valores advindos de momentos anteriores.

---

<sup>185</sup> PRINS, Gwyn. História oral. In: BURKE, Peter. *A Escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Editora UNESP, 1992, p.191-198.

<sup>186</sup> GIDDENS, Anthony. *Modernidade e identidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2002, p.222.



As narrativas consideradas nesta pesquisa trazem para a boca da cena como a experiência da vida frente às mudanças na paisagem é traduzida pela memória, ao dar uma importância significativa à paisagem, parecendo que a experiência da velhice é menos uma mudança interna e mais externa, porque o que muda é a paisagem: à medida que envelhecemos, as pessoas, as coisas e os lugares que nos eram caros, simplesmente desaparecem. E sobre aquelas ruínas são construídos os ícones do novo mundo, o mundo moderno que, apesar do seu poder de propaganda não passa, para alguns, de “coisa de bobo”. Isso parece reacionário; porém, pode ser entendido como um meio de resistência e também de persistência: um olhar que não quer se acostumar àquela torrente de coisas, um olhar que não quer se saturar. Por outro lado, o valor e o significado que o nome adquiriu para essas pessoas estabelece um vínculo de sentido e identidade, mas também uma relação com o tempo: o tempo compartilhado é o de Bananal, não o de Guaramirim, um lugar e um nome onde essas pessoas não parecem se reconhecer.

Foi com Dona Chica , depois com todos os outros entrevistados, que entendemos o quão complexas são as relações estabelecidas entre as diferentes identidades em Guaramirim. Na entrevista, ela expressa a percepção de que era observada pela comunidade com a qual convivia. Diante disso, ela demonstrava ter uma preocupação acerca da opinião que os outros tinham a seu respeito. Suas lembranças foram construídas a fim de representar a sua pessoa como alguém aceita pela comunidade. O mais interessante é que esse olhar que ela deduzia que as pessoas tinham a seu respeito, era retribuído por seu próprio olhar, já que ela tinha opiniões acerca da sociedade que ela julga lhe observar. São olhares que se cruzam.

Retomamos a alegoria benjaminiana do *Angelus Novus*, inspirada no quadro de Paul Klee para, analogamente, aproximar a idéia do anjo com a face voltada para o passado, às pessoas com mais de 65 anos de idade, quando elas se confrontam com suas lembranças e as reorganizam, (re)construindo uma memória. Uma memória igualmente mutável como a vida. As lembranças seriam os “agoras” descritos por Benjamin como o conteúdo principal dos escombros, sendo únicas e exclusivas de cada indivíduo. “Apropriar-se do passado não significa conhecê-lo ‘como ele de fato

foi'. Significa apropriar-se de uma reminiscência..."<sup>187</sup>, assim o indivíduo que lembra o faz partindo de um presente que lhe fornece os "óculos" com os quais pode assenhorar-se de suas lembranças. Esse é um trabalho de organização e encadeamento, que não é uma forma de se aproximar dos momentos passados, mas sim é a forma de se perceber cada vez mais distante daquilo que um dia foi familiar e cotidiano. É uma tomada de distância que possibilita perceber o quanto o passado é diferente daquilo que somos e, ao mesmo tempo, o quanto do passado nos faz ser o que somos. São "os ecos das vozes do passado".

As lembranças dos entrevistados constroem espaços que não existem mais de forma concreta, mas que (re)aparecem, às vezes com detalhes pouco comuns de serem recuperados senão através das lembranças advindas das vivências individuais e grupais.<sup>188</sup> Dizer o que era Bananal é falar de si próprio, é dizer como as coisas eram, o que se fazia em relação a espaços como a família, a escola, a religião e o lazer. São lembranças a evidenciar que, apesar dos conflitos advindos da convivência entre identidades étnicas distintas, havia um sentido e um desejo de pertencimento comunitário. Esse desejo fortaleceu sua trama quando o sentido da comunidade passou a ser ameaçado por um agente externo ao grupo, em especial a política de nacionalização do Estado Novo. Estratégias cotidianas possibilitaram que as diferenças fossem manifestadas em meio à comunidade e no caso em que houve delação, o agente foi condenado sumariamente pelo grupo, pois isso ameaçava as estruturas que sedimentavam várias práticas e vários espaços.

Essa narrativa baseada nas vivências configura-se como uma descrição diferenciada daquela que a memória histórica propõe, ainda que implique, também, na organização concatenada de determinados elementos que possibilitam a constituição de um discurso, de uma dizibilidade racional, mas não oficial, sobre um determinado espaço. Concomitantemente, os depoimentos são elaborados com falas, omissões,

---

<sup>187</sup> BENJAMIM, Walter. Sobre o conceito ..., p.224.

<sup>188</sup> "O que a reminiscência pessoal pode proporcionar é uma atualidade e uma riqueza de detalhes que de outra maneira não podem ser encontradas." PRINS, Gwyn. História Oral. In:..., p.192.

enxertos. “confusões”, esquecimentos, silêncios. É uma linguagem, por vezes, bem distante da racionalidade.<sup>189</sup>

O passado, contudo, pode servir ao presente não só para se diferenciar dele, mas para estabelecer com ele uma continuidade. Essa ação que visa a uma continuidade diferencia-se das lembranças dos entrevistados por ser uma estratégia de grupos que pretendem estabelecer uma identidade municipal, fundada na idéia de progresso, de harmonia e de trabalho. Essa identidade assume determinadas manifestações da memória coletiva, enquadrando-as para constituir um sistema que, ao tensionar com as vivências dos moradores, pretende homogeneizar o conjunto da população sob uma égide identitária, mantendo o *status quo*.

O presente trabalho historiográfico, no entanto, é tributário a várias vivências testemunhadas pelas lembranças de personagens cuja trama existencial compõe uma teia de significados. Essa urdidura do tecido da lembrança parte da coragem de dizer de alguns homens e mulheres, pois conforme Walter Benjamim, “nem sempre proclamamos em voz alta o que temos de mais importante a dizer.” Num outro trecho desse mesmo texto, Benjamim comenta que, assim como Proust confia a estranhos – os leitores – suas memórias em *A la recherche du temps perdu*, nossos entrevistados confiaram-nos suas memórias, pelo menos as que eles quiseram dizer “em voz alta”. Essas pessoas, ao falarem de si mesmas, acabaram revelando-nos uma época, uma forma de vida que não necessariamente corresponde ao que de fato foi, pois isso não nos importa inquirir, mas corresponde àquela vida que foi lembrada por quem viveu. “Não somente as pessoas, mas também as épocas, têm essa maneira inocente, ou antes, astuciosa e frívola, de comunicar seu segredo mais íntimo ao primeiro desconhecido.”<sup>190</sup>

---

<sup>189</sup> DECCA. *Op. Cit.*, p. 131.

<sup>190</sup> Cf. BENJAMIM, Walter. A imagem de Proust. In: **Obras Escolhidas**; magia e técnica, arte e política. São Paulo: Brasiliense, 1994. p.40

## FONTES

### ENTREVISTAS

1. ADAM, Walter. **Entrevista**. Guaramirim. 14 abr. 2002.
2. CANDIDO, Fernandes Laudelino. **Entrevista**. Guaramirim, 07 abr. 2002.
3. LEITZKY, Adolfo e Irmigard Bublitz. **Entrevista**. Guaramirim, 29 jul. 2002.
4. MARTINS, Francisca. **Entrevista**. 13 fev. 1999.
5. MARTINS, Maria Juliana. **Entrevista**. Guaramirim, 28 jul. 2002.
6. RODRIGUES, Maria da Silva. **Entrevista**. Guaramirim, 31 mar. 2001.
7. SCHMIDLIN, Rosa. **Entrevista**. Guaramirim, 05 fev. 2000.
8. SILVA, Daniel Graudin. **Entrevista**. Guaramirim, 29 abr. 2002.
9. STEIN, Irma. **Entrevista**. Guaramirim, 07 abr. 2001.
10. UNLAUF, Maria. **Entrevista**. Guaramirim, 07 abr. 2002.
11. MACHADO, José Tomaz. **Entrevista**. Guaramirim, 05 ago. 2002.

### ESCRITAS

EMMENDÖRFER FILHO, Victor. **Primeira história de Guaramirim**. Jaraguá do Sul: Ed. Correio do Povo, 2001.

ESTADO DE SANTA CATARINA. Secretaria de Estado de Coordenação Geral e Planejamento. Subsecretaria de Estudos Geográficos e Estatísticos. **Atlas escolar de Santa Catarina**. Rio de Janeiro: Aerofoto Cruzeiro, 1991.

RONIS, Osvaldo. **Uma epopéia de fé: História dos Batistas Letos no Brasil**. Rio de Janeiro: Casa Publicadora Batista, 1974.

SILVEIRA JÚNIOR, Norberto Cândido. **Memórias de um menino pobre**. Florianópolis: Lunardelli, 1977.

## DOCUMENTOS

DOUAT, Ettiene. **A presença alemã em Santa Catarina**. Palestra proferida no Colégio Universitário. Rio De Janeiro, 1940. (Arquivo Histórico Nacional. Rio de Janeiro. Fundos da Secretaria da Presidência da República – 1930-1965, Seção de Guarda – SDE 025, Série 14 – Governos Estaduais, Sub-série 14.20 – Santa Catarina, Lata 327 – 1931, 1933, 1940-42, Documento N.º 30.186/40).

Documentos de Terras diversos. (Arquivo Histórico de Joinville/Fundos Carlos Ficker).

## DIGITAL

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Cidades@**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/xtras/perfil.php?codmun=420650r=1> Acesso em: 07/02/2002.

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM. Conselho de Desenvolvimento Municipal. Secretaria Executiva. Planejamento Estratégico. **Guaramirim em dados – 2001**. Guaramirim, 2001 CD-ROM.

## CINEMATOGRAFICA

O BAILE. Direção de Ettore Scola. França/ Itália e Argélia: Dist. Warner Home Video, 1983. 1 cassete (112 min): son., color.; 12 mm. VHS NTSC.

## BIBLIOGRAFIA

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **A invenção do nordeste e outras artes**. Recife / São Paulo: FJN. Ed. Massangana / Cortez, 1999.

ALVES, Jucélia Maria *et alli* (orgs.) **Cacumbi: um aspecto da cultura negra em Santa Catarina**. Florianópolis: Ed. Da UFSC/ Secretaria da Cultura e do Esporte de Santa Catarina, 1990.

ANDERSON, Benedict. **Nação e consciência nacional**. São Paulo: Ática, 1989.

ANDREAZZA, Maria Luiza. **O paraíso das delícias: um estudo da imigração ucraniana**. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 1999.

BACZKO, Bronislaw. Imaginação Social. **In: Enciclopédia Enaudi**. v.9. Lisboa: Casa da Moeda/Imprensa Nacional, 1985, p.296-332.

BALBACH, A. **As plantas curam**. 1.ed. São Paulo: Edições Vida Plena, 1995.

BARROS, José Flavio Pessoa de; NAPOLEÃO, Eduardo. **Ewé Òrisà**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

BARROS, Myriam Moraes Lins de. Memória e família. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v.2, n.3, 1989, p. 29-42.

BARTH, Fredrik. Grupos étnicos e suas fronteiras. **In: POUTIGNAT, Philippe e STREIFF-FENART, Jocelyne. Teorias da etnicidade**. São Paulo: Editora da UNESP, 1998, p. 185-227.

BASTIDE, Roger. **Estudos afro-brasileiros**. São Paulo: Perspectiva, 1983.

BENJAMIM, Walter. A modernidade. **Tempo brasileiro: vanguarda e modernidade**. n. 26-27, jan-mar, 1971, p. 7-39.

BENJAMIM, Walter. **Diário de Moscou**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

BENJAMIN, Walter. A imagem de Proust. **In: Obras escolhidas: magia e técnica, arte e política**. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994, p. 36-49.

BENJAMIN, Walter. O narrador. **In: Obras escolhidas: magia e técnica, arte e política**. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994, p. 197-221.

BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito da História. **In: Obras escolhidas: magia e técnica, arte e política**. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994, p. 222-253.

BERGSON, Henri. **Matéria e memória**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido desmancha no ar**. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

BOLLE, Willi. **Fisiognomia da metrópole moderna**. 2.ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2000.

BORDIEU, Pierre. **Razões práticas**. Campinas: Papyrus, 1996.

BORDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. 3.ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 1992.

BOSI, Alfredo. Fenomenologia do Olhar. In: NOVAES, Adauto *et alli*. **O olhar**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p.65-87.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade: lembrança de velhos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BOSSLE, Ondina Pereira. **História da industrialização catarinense**. Florianópolis: CNI/FIESC, 1988.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Identidade e etnia**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

BRAUDEL, Fernand. **Reflexões sobre a história**. 2.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

BRESCIANI, Stella; NAXARRA, Márcia (org.). **Memória e (res)sentimento: indagações sobre uma questão sensível**. Campinas: Editora da UNICAMP, 2001.

BURITY, Joanildo A. (org.). **Cultura e identidade: perspectivas interdisciplinares**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

BURKE, Peter (org.). **A escrita da História – novas perspectivas**. São Paulo: Editora UNESP, 1992.

CANDIDO, Antônio. **Os parceiros do Rio Bonito**. 3. ed. São Paulo: Duas Cidades, 1975.

CANEVACCI, Massimo. **A cidade polifônica: ensaio sobre a antropologia da comunicação urbana**. 2. ed. São Paulo: Studio Nobel, 1997.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. **Multidões em cena**. Campinas: Papyrus, 1998.

CARR, Edward Hallet. **Que é História?** 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

CARVALHO, José Murilo de. **Os bestializados: O Rio de Janeiro e a República que não foi.** São Paulo: Cia. Das Letras, 1996.

CASTORIADIS, Cornelius. **A instituição imaginária da sociedade.** 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da história.** 2.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

CHAUI, Marilena. **Brasil: mito fundador e sociedade autoritária.** São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2000.

COELHO, Ilanil. **Joinville e a Campanha de Nacionalização.** São Carlos: Dissertação de Mestrado/USFCAR, 1993.

COSTA, Cléria Botelho da; MACHADO, Maria Salete Kern (orgs.). **Imaginário e História.** Brasília / São Paulo: Paralelo 15/ Marco Zero, 1999.

COSTA, Iara Andrade. **A cidade da ordem: tensões sociais e controle (Joinville 1917/1943).** Curitiba: Dissertação de Mestrado/UFPR, 1996.

COSTA, Icléia Thiesen Magalhães; GONDAR, Jô (orgs.). **Memória e espaço.** Rio de Janeiro, 7 Letras, 2000.

CUNHA, Manuela Carneiro. **Antropologia do Brasil.** São Paulo: Brasiliense/ Editora da Universidade de São Paulo, 1986.

DECCA, Edgar. **1930 – O silêncio dos vencidos.** 6. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

DURHAN, Eunice. **A caminho da cidade.** 2.ed. São Paulo: Perspectiva, 1978.

ELESBÃO, Ivo. O turismo como atividade não agrícola em São Martinho-SC. In: ALMEIDA, Joaquim Anécio; REIDL, Mário (orgs.). **Turismo rural: ecologia, lazer e desenvolvimento.** Bauru: EDUSC, 2000.

ELIAS, Norbert. **A sociedade dos indivíduos.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994.

ELIAS, Norbert. **O processo Civilizador.** v1. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994.

ELIAS, Norbert. **Os estabelecidos e os outsiders.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.

FAUSTO, Boris. **A Revolução de 1930.** 16. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.



FERREIRA, Marieta de Moraes. História oral: um inventário das diferenças. In: **Entrevistas; abordagens e usos da história oral**. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1994, p. 1-13.

FICKER, Carlos. História de Joinville: **Crônica da Colônia Dona Francisca**. 2. ed. Joinville: Ipiranga, 1965.

FLORES, Maria Bernadete Ramos. **A farra do boi; palavras, sentidos ficções**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1997.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. 6. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.

FOUCAULT, Michel. Espaços-outros: utopias e heterotopias. **Revista Outra**, n. 1. Londrina/PR, jun. 1984, p. 16-19.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade 1: a vontade de saber**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade 2: o uso dos prazeres**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1984.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade 3: o cuidado de si**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.

FRANK, Robert. Questões para as fontes do presente. In: CHAUVEAU, Agnès. **Questões para a história do presente**. Bauru: EDUSC, 1999, p.103-117.

GARCÍA LORCA, Federico. **Obra poética completa; Federico García Lorca**. 4.ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1996.

GARRIDO, Joan del Alcàzar. As fontes orais na pesquisa histórica: uma contribuição ao debate. **Revista brasileira de História**. São Paulo, v13, n.25/26, set. 92/ago.93.

GAY, Peter. **A cultura de Weimar**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1978.

GIDDENS, Anthony. **Modernidade e identidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2002.

GOFFMAN, Erving. **A representação do eu na vida cotidiana**. 3.ed. Petrópolis: Vozes, 1985.

GONDAR, Jô. Lembrar e esquecer; desejo de memória. IN: COSTA, Icléia Thiesen Magalhães; GONDAR, Jô (orgs.). **Memória e Espaço**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2000.

GRUNER, Clóvis. **Leituras Matutinas**; utopias e heterotopias em Joinville. Curitiba: Dissertação de Mestrado UFPR, 2002.

GUATARRI, Félix e ROLNIK, Suely. **Micropolítica: cartografias do desejo**. 6. ed.. Petrópolis: Editora Vozes, 2000.

GUEDES, Sandra. **Instituição e sociedade**; a trajetória do Hospital Municipal São José de Joinville (1852 – 1971). 1ªed. Joinville: Movimento & Arte, 1996.

GUEDES, Sandra P.L. de Camargo (org.). **História de (I) migrantes**:o cotidiano de uma cidade. Joinville: UNIVILLE, 1998.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Ed. Vértice, 1990.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 5. ed.. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

HOBBSAWM, Eric J. **A era do capital** (1848-1875). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

HUNT, Lynt. **A nova história cultural**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

LE GOFF, Jacques. **A História nova**. 1.ed. São Paulo: Martins Fontes, 1990.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. 4.ed. Campina: Editora da Unicamp, 1996.

LE MOS, Maria Teresa Toribio Brittes; MORAES, Nilson Alves de (orgs.). **Memória e Identidade**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2000.

LESSER, Jeffrey. **A negociação da identidade nacional**. São Paulo: Editora UNESP, 2001.

LEVI, Giovanni. **A herança imaterial**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

LEVINE, Robert M.. **Pai dos pobres?** São Paulo: Companhia das Letras: 2001.

LUCENA, Célia. Mobilidade Social: História de família e variedades de gênero. In: MEIHY, José Carlos Sebe (org.). **(Re) introduzindo a História Oral no Brasil**. São Paulo: Xamã, 1996, p. 206-216.

MACIEL, Maria Eunice de S. A eugenia no Brasil. **Anos 90**. Porto Alegre, n.11, jul. de 1999. p. 121-143.

MACIEL, Auterives. Nomadização dos espaços urbanos. **In: COSTA, Icléia Thiensen Magalhães; GONDAR, Jô (orgs.). Memória e espaço**. Rio de Janeiro: 7 Letras. 2000. p. 11-20.

MACHADO, Andréia e GUEDES, Sandra P.L. de Camargo. **A colonização de Guaramirim. In: Caderno de Iniciação à Pesquisa: História**. Joinville: UNIVILLE, nov., 1999.

MACHADO, Gerson. A família, o meio rural e a Memória no Distrito de Bananal – atual Município de Guaramirim/SC. **Blumenau em Cadernos**. Tomo XLII, n.7/8, Jul./Ago., 2002, p.32-49.

MAFFESOLI, Michel. **O tempo das tribos**. 3. ed.. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom (org.). **(Re)introduzindo a história oral no Brasil**. São Paulo: Xamã, 1996.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. A História, cativa da memória? **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**. N. 34, São Paulo, 1992, p. 9-24.

NADALIN, Sérgio Odilon. **Imigrantes de origem germânica no Brasil: ciclos matrimoniais e etnicidade**. 2. ed. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 2001.

NEVES, Lucilia de Almeida. Memória e História: multiplicidade e singularidade na construção do documento oral. **Cadernos do CERU**. Série 2, n. 12, 2001, São Paulo. p. 23-30.

NORA, Pierre. Entre memória e história. **Projeto História: A história oral**. São Paulo: EDUC, n.109, dez., 1993.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. As festas que a República manda guardar. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v.2, n. 4, 1989, p.172-189. (Disponível em: <http://www.cer.ufrj.br/estudos/estudos0204.htm>. Acessado em: 07.04.2003).

ORTIZ, Renato. **Cultura brasileira e identidade nacional**. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

PESAVENTO, Sandra Jatthy. **O imaginário e a cidade**. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1999.

PIAZZA, Walter F. **A colonização de Santa Catarina**. 3. ed. Florianópolis: Lunardelli, 1994.

POLLAK, Michel. Memória, esquecimento e silêncio. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro: v. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v.5, n.10, 1992, p.200-212. (também disponível em: \_\_\_\_\_).

POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FENART, Jocelyne. **Teorias da etnicidade**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

PRINS, Gwyn. História oral. **In: BURKE, Peter. A Escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo: Editora UNESP, 1992, p.191-198.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira. **Bairros rurais paulistas**. São Paulo: Duas Cidades, 1973.

RAGO, Margareth. A marca da pantera; Foucault para historiadores. **Revista Resgate**. N. 5, Capinas: Papyrus, 1993, p.22-32.

REIS, José Carlos. **As identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999.

RIOS, Kênia Sousa. História oral: que história é essa? **Cadernos do CEOM**. ano 14, n.12, jun. de 2000, Chapecó: Argos, p.9-23.

SANTOS, Antonio Cesar de Almeida. **Memórias e cidade: depoimentos e transformação urbana de Curitiba (1930-1990)**. 2. ed. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 1999.

SÃO PAULO (cidade)/SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA/DEPARTAMENTO DE PATRIMÔNIO HISTÓRICO. **O Direito à memória**. São Paulo: DPH, 1992.

SCHAFF, Adam. **História e verdade**. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

SCHÖRNER, Ancelmo. **O arco-íris encoberto**. Joinville: Oficina Comunicações, 2000.

SCHWARCZ, Lilian Moritz. **O espetáculo das raças; cientistas, instituições e questão racial no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SEIXAS, Jacy Alves. Percursos de memórias em terras de História: Problemáticas atuais. **In: BRESCIANI, Stella; NAXARRA, Márcia (org.). Memória e**

(res)sentimento: indagações sobre uma questão sensível. Campinas: Editora da UNICAMP, 2001.

SEYFERTH, Giralda. **Nacionalismo e Identidade étnica**. Florianópolis: Fundação catarinense de cultura, 1981.

SEYFERTH, Giralda. **A colonização alemã no Vale do Itajai-Mirim**. Porto Alegre: Ed. Movimento, 1974.

SEYFERTH, Giralda. **Imigração e cultura no Brasil**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1990.

SILVA, Emílio. SILVA, Emílio. **Jaraguá do Sul: Um capítulo na povoação do Vale do Itapocu – II livro**. Jaraguá do Sul: s.ed., 1975.

SILVA, Maria Alice Setúbal Souza; GARCIA, Maria Alice Lima; FERRARI, Sônia Campaner Miguel. **Memórias e brincadeiras na cidade de São Paulo nas primeiras décadas do século XX**. São Paulo: Cortez/CENPEC, 1989.

TERNES, Apolinário. **Joinville, a construção da cidade**. São Bernardo do Campo: Bartira, 1993.

THOMPSON, Edward P.. **A formação da classe operária**. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, v.I.

THOMPSON, Paul. A transmissão cultural entre gerações dentro das famílias. **Ciências Sociais Hoje**. ANPOCS, 1993.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado; história oral**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

VARGAS, Christian. Os anjos decaídos: Uma Arqueologia do imaginário pós-utópico nas canções da Legião Urbana. In: COSTA, Cléria Botelho da; MACHADO, Maria Salete Kern. **Imaginário e História**. Brasília: Paralelo 15, 1999.

VERGER, Pierre Fatumbi. **Orixas, deuses orubás na África e no Novo Mundo**. 5. ed. Salvador: Corrupio, 1997.

VOLDMAN, Danièle. A invenção do depoimento oral. In: FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO, Janaína (orgs.). **Usos e abusos da História Oral**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1998.

VOVELLE, Michel. **Imagens e Imaginário na História**. São Paulo: Ática, 1997.

WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. 6.ed. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1989.

WILLEMS, Emílio. **A aculturação dos alemães no Brasil**. 2.ed.. São Paulo/Brasília: Ed. Nacional/INL, 1980.